

UFF – Universidade Federal Fluminense
ESS – Escola de Serviço Social
PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social

NÍKE ÁRTEMIS ECCARD MANHÃES

TRAJETÓRIAS TRANS E TRAVESTIS NA PLANÍCIE GOYTACÁ:

Encruzilhadas no acesso em Campos dos Goytacazes



Niterói – RJ

Julho, 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

NÍKE ÁRTEMIS ECCARD MANHÃES

**TRAJETÓRIAS TRANS E TRAVESTIS NA PLANÍCIE GOYTACÁ:
Encruzilhadas no acesso em Campos dos Goytacazes**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestra.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

Linha: Gênero, Raça, Identidade de Gênero e Política Social.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Nivia Valença Barros

Niterói – RJ

Julho, 2026.

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

E17t Eccard Manhães, Níke Ártemis
 TRAJETÓRIAS TRANS E TRAVESTIS NA PLANÍCIE GOYTACÁ :
Encruzilhadas no acesso em Campos dos Goytacazes / Níke
Ártemis Eccard Manhães. - 2026.
150 p.: il.

 Orientador: Nivia Valença Barros.
 Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Escola de Serviço Social, Niterói, 2026.

 1. Estudos interculturais. 2. Pessoa trans gênero. 3.
Feminismo. 4. Política Social. 5. Produção intelectual. I.
Valença Barros, Nivia, orientadora. II. Universidade Federal
Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

NÍKE ÁRTEMIS ECCARD MANHÃES

TRAJETÓRIAS TRANS E TRAVESTIS NA PLANÍCIE GOYTACÁ:

Encruzilhadas no acesso em Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestra.

Aprovada em: 16/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Nivia Valença Barros (Orientadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes (Membro Interno)
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Profª. Dra. Joyce Alves da Silva (Membra Externa)
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

Nike Artemis e.



...var em temperatura
...iente (entre 15 e 30°C).
...rotoger da luz.
...da mL contém:
...opionato de testosterona
...30 mg
...apropionato de testosterona
...60 mg
...icaproato de testosterona
...60 mg
...decanoato de testosterona
...100 mg

Dura

propionato de test...
fempropionato de testosterona
isocaproato de testosterona 60 mg
decanoato de testosterona 100 mg

solução injetável

**USO ADULTO E PEDIÁTRICO
ACIMA DE 3 ANOS**

uso intramuscular

ntém 1
1 mL

A SOB
MÉDICA.
DE SER VENDI
ENÇÃO DA REC

Informa
de reacç
Informe a
bula, fale c
Se você a
• limitaçã
• aumen
• aumen
• dese
de and



desconhecido
como se
desconhecido
de coler
questão
repre
st; Cr
pi
desconhecido
desconhecido

COMO E
análise
desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido

desconhecido
desconhecido



Trajetórias

Trans

Travestis

na

Planície

Goytacá

AGRADECIMENTOS

Desde que me propus a ocupar um espaço na academia como pesquisadora — enquanto autora travesti —, penso constantemente sobre, e recai sobre mim a responsabilidade de não ocupar este lugar sozinha. Movimento-me em “nós”. Aqui, faço uma ode a todas as pessoas trans e travestis que cruzam os meus caminhos, fazendo-me observar para além deste corpo pintado sem linhas. É por meio de quebras, brechas e aberturas inimagináveis de construção coletiva, autonomia e reconhecimento, que se criam possibilidades de existência e de luta por saúde, educação, dignidade e cidadania. Entre à negação, o abandono e à negligência de toda uma estrutura feita para nos matar, essas pessoas me fizeram enxergar um lugar para além desta terra colonizada, um lugar que se movimenta e ainda acredita nos encontros, nos sonhos, nas suas particularidades e no aprender constante com a diferença. São laços que criamos para contrapor a monocultura familiar e experimentarmos a vida para além da sobrevivência imposta.

Aprendi com a política, mas também com a música, o canto, a dança e a arte. Em todos esses movimentos, percebi a maestria de pessoas trans que se propuseram a ser e fazer o seu melhor, seja na terra que lhes foi condicionada, seja em outras, através da migração. São migrações de nomes, corpos e identidades que, embora estruturadas pela norma, mantêm-se em fluxo contínuo sobre nossas subjetividades ficcionadas, criativas, mutáveis.

Agradeço às pessoas trans que me fortaleceram nesse caminho: Ella Lucena, Sol, Luana, Ártemis, Caio Augusto, Remu, Rhavi Filipo (quem fez a capa), Nathan, Rudá, Carla, Ana Luiza, Nicky, Kimberli, Narú, Pê, Nicolas, Hisis; e às pessoas cis aliadas, Dhébora, Hugo, Douglas, Maiara, Fábio, Isabela, Melissa e minha turma de psicologia da UFF Campos, que me apoiaram e lutaram comigo nessa jornada. Agradeço também à minha orientadora, professora Nívia, pela oportunidade de produzirmos e inaugurarmos juntas este trabalho de pesquisa, aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Política Social na UFF de Campos dos Goytacazes, que me inspiraram no ensino e nas produções bibliográficas, e também à banca examinadora, composta pelo professor Carlos e pela professora Joyce, cujas contribuições foram fundamentais para o avanço da nossa pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Número do processo: 88887.990847/2024-00. Edital Regulamento DS.

*“Eu vou ficar um pouco.
Na encruzilhada.
Porque ela é o único lugar que existe.
Não existem margens opostas.
Estamos todos em encruzilhada.
E é dessa encruzilhada que lhes falo,
como o monstro que aprendeu a linguagem dos homens.”*
(Paul B. Preciado).

RESUMO

Esse trabalho apresenta contextos vividos pela comunidade trans e travesti na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), desde as suas aproximações com as Políticas Sociais — saúde, educação, assistência social e trabalho — voltadas para essa população. Tais contextos se iniciam em suas infâncias cerceadas, caminhando para um envelhecimento improvável e para precariedade em suas trajetórias nas instituições, até as experiências com o cotidiano, família, religião, acessos, e todas as negligências que perpassam as organizações de controle implementadas pelo Estado. Por entre elas, movimentam-se na vida e no ativismo político mudanças estratégicas, tecnologias sociais, coletivas de gênero e de sobrevivência que reagem a essas violações e violências transfóbicas, racistas, misóginas, patriarcais, capacitistas, xenófobas, que compõem a monocultura da cis-heteronorma acomodada com suas explorações e expropriações. A pesquisa é conduzida a partir de um acervo transespistemológico, representando diversos cenários de seus modos de viver e constituir uma contra-cultura por meio desses saberes que são incorporados na história do Brasil desde sua colonização, através da diversidade de seus conhecimentos e práticas. O estudo observa e evidencia múltiplas políticas, dados e exclusões, deslocando a persistente violência para o cuidado em saúde, o alívio, as artes, as expressões e as trocas que se criam em comunidades. Reconheço minhas limitações, e não tenho a pretensão de me ater e garantir todas as extensões que eu não puder alcançar, abrindo possibilidades futuras para que elas apareçam e se espalhem em nossas epistemes. As metodologias foram mergulhadas na autoetnografia, na inspiração etnográfica e na antropologia visual, com análises bibliográficas, jornais, artigos, dissertações, imagens, filmes, documentários e letras de música, entre outras. Inserem-se implicações localizadas, pois reconheço que é na coletividade que se constituem as encruzilhadas, pistas, fissuras, elaboradas de forma muito mais grandiosa que apenas no meu envolvimento individual. As entrevistas com as pessoas trans apresentam a intersecção de todas as palavras aqui escritas, evidenciando nossas confecções manuais, textuais e artefatos, contrários ao que se apresentam dentro dos muros: estruturas rígidas, mortes e violências sutis que nos afastam das nossas identidades e territórios. Os resultados evidenciam as contradições das políticas sociais, nas quais persistem barreiras institucionais e desigualdades interseccionais que limitam o acesso de pessoas trans e travestis, embora também revelem o acolhimento promovido por profissionais aliadas nos serviços, reforçando a necessidade do cuidado integral, do fortalecimento das redes de proteção e da ampliação da participação política da comunidade trans e travestis.

Palavras-chave: Encruzilhada; TransComunidade; Acesso; Política Social; Transespistemologias.

RESUMEN

Este trabajo presenta contextos vividos por la comunidad trans y travesti en la ciudad de Campos dos Goytacazes (RJ), desde sus aproximaciones a las Políticas Sociales — salud, educación, asistencia social y trabajo — dirigidas a esta población. Tales contextos se inician en sus infancias coartadas, transitando hacia un envejecimiento improbable y hacia la precariedad en sus trayectorias en las instituciones, hasta las experiencias con la vida cotidiana, la familia, la religión, los accesos y todas las negligencias que atraviesan las organizaciones de control implementadas por el Estado. Entre ellas, se movilizan en la vida y en el activismo político cambios estratégicos, tecnologías sociales, colectivas de género y de supervivencia que reaccionan a estas violaciones y violencias transfóbicas, racistas, misóginas, patriarcales, capacitistas, xenófobas, que componen la monocultura de la cis-heteronorma acomodada con sus explotaciones y expropiaciones. La investigación se conduce a partir de un acervo transepistemológico, representando diversos escenarios de sus modos de vivir y constituir una contracultura por medio de estos saberes que se incorporan en la historia de Brasil desde su colonización, a través de la diversidad de sus conocimientos y prácticas. El estudio observa y evidencia múltiples políticas, datos y exclusiones, desplazando la persistente violencia hacia el cuidado en salud, el alivio, las artes, las expresiones y los intercambios que se crean en comunidades. Reconozco mis limitaciones y no pretendo detenerme ni garantizar todas las extensiones que no pueda alcanzar, abriendo posibilidades futuras para que aparezcan y se expandan en nuestras epistemes. Las metodologías se sumergieron en la autoetnografía, la inspiración etnográfica y la antropología visual, con análisis bibliográficos, diarios, artículos, disertaciones, imágenes, películas, documentales y letras de canciones, entre otras. Se insertan implicaciones localizadas, pues reconozco que es en la colectividad donde se constituyen las encrucijadas, pistas y fisuras, elaboradas de forma mucho más grandiosa que solo en mi implicación individual. Las entrevistas con las personas trans presentan la intersección de todas las palabras aquí escritas, evidenciando nuestras confecciones manuales, textuales y artefactos, contrarios a lo que se presenta dentro de los muros: estructuras rígidas, muertes y violencias sutiles que nos alejan de nuestras identificaciones y territorios. Los resultados evidencian las contradicciones de las políticas sociales, en las que persisten barreras institucionales y desigualdades interseccionales que limitan el acceso de las personas trans y travestis, aunque también revelan la acogida brindada por profesionales aliados en los servicios, reforzando la necesidad de una atención integral, del fortalecimiento de las redes de protección y de la ampliación de la participación política de la comunidad trans y travesti.

Palabras clave: Encrucijada; TransComunidad; Acceso; Política Social; Transepistemologías.

ABSTRACT

This work presents the lived experiences of the trans and travesti community in the city of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, from their interactions with social policies — health, education, social assistance, and work — aimed at this population. These contexts begin with their restricted childhoods, leading to improbable old age and precarious experiences within institutions, and extending to their daily lives, family, religion, access, and all the negligence inherent in the control organizations implemented by the State. Amidst these experiences, strategic changes, social technologies, gender collectives, and survival strategies are emerging in life and political activism, reacting to these transphobic, racist, misogynistic, patriarchal, ableist, and xenophobic violations and violence that comprise the monoculture of cis-heteronormativity, complacent with its exploitations and expropriations. This research is conducted from a trans-epistemological perspective, representing diverse scenarios of their ways of living and constituting a counter-culture through this knowledge, which has been incorporated into the history of Brazil since its colonization, through the diversity of its knowledge and practices. The study observes and highlights multiple policies, data, and exclusions, shifting the focus from persistent violence to healthcare, relief, the arts, expressions, and exchanges created in communities. I acknowledge my limitations and do not intend to cover all the extensions I cannot reach, opening future possibilities for them to appear and spread within our epistemologies. The methodologies were immersed in autoethnography, ethnographic inspiration, and visual anthropology, with bibliographic analyses, newspaper, articles, dissertations, images, films, documentaries, and song lyrics, among others. Localized implications are included, as I recognize that it is in the collective that crossroads, clues, and fissures are constituted, elaborated in a much grander way than just in my individual involvement. The interviews with trans people present the intersection of all the words written here, highlighting our manual, textual, and artifactual creations, contrary to what is presented within the walls: rigid structures, deaths, and subtle violence that distance us from our identities and territories. The findings highlight the contradictions of social policies, in which institutional barriers and intersectional inequalities continue to limit access for trans and travesti people, while also revealing the support provided by allied professionals within public services, reinforcing the need for comprehensive care, stronger protection networks, and greater political participation by the trans and travesti community.

Keywords: Crossroads; Trans Communities; Access; Social Policy; Transepistemologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - III Marsha Trans: “Brasil Soberano é um país sem transfobia”	12
Figura 2 - Travesti ingressando em Psicologia na UFF Campos.....	13
Figura 3 - I Marsha Trans e Travesti nacional em Brasília - DF.....	16
Figura 4 - Workshop 15 anos da Rede Trans do Brasil.....	17
Figura 5 - Autorretrato de Nike Ártemis.....	19
Figura 6 - Marcha Trans & Travesti do Rio: “Pelo direito de sonhar novos futuros”	26
Figura 7 - Venus Santana - “Trava Deusa, Deusa Trava”, 2019.....	39
Figura 8 - Tina Thix - “A mulher mitológica”, 2024.....	44
Figura 9 - Ayò Adelowo - “Senhor do Fogo Oculto”, 2025.....	47
Figura 10 - Imagem do filme “Uýra - A Retomada da Floresta”	55
Figura 11 - “Laerte”	56
Figura 12 - “Sêxtupla Mastectomia” - Fefa Lins.....	58
Figura 13 - Vulcanica Pokaropa - “Vitória”, 2022.....	67
Figura 14 - TRANSĂLIEN - “Calling the aliens”, 2016.....	71
Figura 15 - Fefa Lins - “Broderagem”, 2021.....	83
Figura 16 - Bito Jazin - “Quem tem medo da cidadania trans?”, 2025.....	89
Figura 17 - “Efe Godoy”	127

SUMÁRIO

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: A TRAVESTI PODE FALAR?	12
2 APRESENTAÇÃO	20
2.1 Caminhos Metodológicos	33
3 SEÇÃO I: TRANSFEMINISMO COMO EPISTEMOLOGIA DA RESISTÊNCIA	37
3.1 Fissuras na ordem do gênero: o corpo como arquivo em disputa	39
3.2 Travestilidade em encruzilhada: territórios, memórias e afetos	48
3.3 Monstruosidade como gesto de criação política	52
4 SEÇÃO II: ESTILHAÇOS NO ACESSO À POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	60
4.1 Reflexões sobre a Política Social no Brasil	61
4.2 Estruturas rígidas no Campo de batalha	68
4.3 Punição e criminalização da travestilidade	72
4.4 Tecnologias de gênero, direitos e cuidados em saúde reprodutiva de homens trans, pessoas transmasculinas e não-bináries	80
5 SEÇÃO III: ODE ÀS MONSTRUOSIDADES: VOZES TRANS E TRAVESTIS EM PERSPECTIVAS	88
5.1 “Graças a Deus, olha só que coisa boa, um homem com buceta!”	90
5.2 “A vida da mulher trans e travesti não é fácil!”	96
5.3 “Se você precisar, se você falar, ó, preciso, é na hora. Sem hesitar.”	103
5.4 “E, a partir daí, eu me entendo enquanto uma pessoa trans, não-binária, indígena, nesse território.”	106
5.5 “Se as pessoas não vissem a gente como anormais ou como se homens não pudessem ter peito ou vagina, talvez eu não tivesse feito.”	117
6 CIRCULARIDADES	124
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE 1	144
APÊNDICE 2	146

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: A TRAVESTI PODE FALAR?

“Há outros sujeitos de fala, igualmente dignos, mesmo que dominem códigos diferentes, e que tenham propósitos diversos.” - Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p. 4).

“É preciso localizar as sujeitas, de modo a favorecer a dimensão plural de nossas existências.” - Leticia Nascimento (2021, p. 68).

Figura 1 - III Marsha Trans: “Brasil Soberano é um país sem transfobia”.



Fonte: Fotografia por Juliana Duarte (Melo, 2026).

Eu, Nike Ártemis (Figuras 2 e 5), me reafirmo na identidade travesti, branca, autista, não monogâmica, latina, transfeminista¹, bissexual, interiorana, artista, tatuadora e ativista dos movimentos sociais e estudantis pelos direitos de pessoas trans e travestis. O nome que escolhi, para este momento, é Nike Ártemis. Encontrei-o a partir da etnografia do meu nome morto: a deusa grega da vitória, *Níkē*. Para o segundo nome, inspirei-me na deusa grega da caça e da natureza, irmã gêmea de Apolo e filha de Zeus e de Leto, para exaltar a lua que me criou, a selva, os rios, as beiras e os limites, que me ensinaram a nadar e a correr, assim como os orixás Oxóssi, Iemanjá e Oxum, que me guiaram a sobreviver na cidade.

¹ Sayak Valencia destaca em sua entrevista para o Intercept Brasil: “O transfeminismo no qual milito considera os estados de trânsito de gênero, migração, mestiçagem, vulnerabilidade, raça e classe como elementos transversais para formar alianças emancipatórias contra a violência cis-hetero-patriarcal e racista dirigida a todos os corpos.” (Ribeiro, 2025, n.p.).

Figura 2 - Travesti ingressando em Psicologia na UFF Campos.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Nasci na cidade de Miracema e cresci em Aperibé, no interior do estado do Rio de Janeiro — Noroeste Fluminense² —, com aproximadamente 10 mil habitantes, cuja emancipação coincidiu com o ano do meu nascimento e do nascimento de meu irmão gêmeo, em 1992. Seus primeiros habitantes foram os indígenas Puri, no Brasil, país ocidental marcado pela colonização européia e matriz judaico-cristã. Foi nessa região que enfrentei, por quase três décadas, inúmeras violências e violações de direitos — dentre elas, o capacitismo e a violência homotransfóbica. Desde a infância, fui colocada em contextos de intimidade frágil, o que afetou profundamente minha experiência de construção subjetiva, principalmente diante das incontáveis normas cisgêneras e heterossexistas — construídas sobre a premissa de que o gênero é universal, binário (macho e fêmea) e totalizante de identidades e atribuições sociais —, que associam ódio aos corpos de sujeitas/es/os trans e travestis.

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. (Mombaça, 2023, p. 75).

² O filme “Transbordar”, dirigido pelo professor da UFF Pádua, Prof. Dr. Fabio Alves Gomes de Oliveira, retrata a realidade de pessoas trans e travestis no interior do Rio de Janeiro. Clique no link abaixo e assista: <https://youtu.be/HfPjVs9vm4Q?si=Vx-wUh0N-Y7UF-fb> (Aduff, 2024).

Sou gêmea univitelina de um homem cis-hétero branco, também autista — Nilo. Essa experiência resultou em um impacto muito grande do “outro”, porque, para a cis-heteronormatividade, ele era o que eu deveria alcançar, e o que era dele correspondia ao que eu deveria ter ou usar para ser alguém — e não somente, e sempre, a “outra”. Pelo menos hoje eu sou.

Por não corresponder às expectativas de gênero e orientação afetivo-sexual, experienciei — e, até hoje, experiencio — a negação de direitos sociais, de expressão e de manifestação, cerceados por padrões sociais, sexuais, capacitistas e políticos hegemônicos “(heteronormatividade, patriarcalismo, machismo)” (Jesus, 2014, p. 54).

Constantemente, preciso me afirmar para desconstruir imposições culturais totalitárias e fascistas, para poder simplesmente viver em meu corpo. Por isso, aqui me reafirmo: travesti.

Em minhas experiências, fui patologizada pela psicologia, desprotegida pela lei, levada à terapia de conversão³ de gênero e sexualidade — prática pela qual o Estado brasileiro se encontra denunciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por permitir e associar práticas relacionadas à “cura gay” (Queiroz, 2026) —, negligenciada por médicos, expulsa da casa da minha família por meu genitor, proibida de me expressar, demonizada e expulsa, desde que nasci, pela igreja cristã, e não protegida pela escola diante das inúmeras violências físicas e verbais que sofri. Sobrevivi ao suicídio, a pedófilos, abusadores e agressores e, diariamente, lido com a transfobia na academia e o medo em meu cotidiano. Enfrento dificuldades constantes em meus deslocamentos em razão da violência transfóbica — sobretudo das ofensas e dos assédios — e também no acesso às instituições que nos prometeram “cidadania”, mas não garantiram dignidade. Não vista, porém sempre vista: atravessada diariamente pelo olhar do outro, que insiste em confrontar minha existência — meu nome, meus pronomes, meus acessos, minha identidade, minha genitália, minhas roupas, minha expressão, meu deslocamento no cotidiano e até mesmo minhas idas ao banheiro feminino.

Como descreve João W. Nery *et al.* (2022, p. 65):

A maldade do bullying ou da transfobia, que ainda não tinham esses nomes, expressava, na verdade, um discurso de ódio pela ambiguidade da minha figura, que não atendia às normas binárias de gênero.

³ “Os esforços de correção consistem em tratamento, serviços e atividades destinados a tentar reprimir a orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero de uma pessoa. Tais práticas assumem inúmeras formas, incluindo o aconselhamento para mudança comportamental.” (Curi, 2025, n.p.).

Atuando no movimento social na cidade do Rio de Janeiro, participei da Marcha Trans & Travesti: *Pelo direito de sonhar novos futuros* (Figura 6) e da Marcha Trans & Travesti: *Para ecoar nossa voz*, por direitos trans e travestis, que honra a memória do primeiro ato de mulheres trans e travestis, realizado em 1993 — a *Marcha pela diversidade sexual* —, cujas participantes sonharam com o futuro e com os direitos que estamos conquistando agora, almejando perspectivas para além da sobrevivência, como empregabilidade, cotas trans, reconhecimento civil, permanência de pessoas trans em instituições de ensino, saúde física e mental, envelhecimento digno, políticas públicas de segurança e proteção social, entre outros. Ainda hoje, o acesso à segurança, à saúde, à educação e à moradia continua sendo negado à população trans e travesti (FODA - Fora do Armário, 2023). No Rio de Janeiro, também participei do *Primeiro Encontro de Parlamentares Trans do Brasil*, onde tive oportunidade de ouvir grandes referências trans e travestis na política, como Linda Brasil, Benny Briolly, Filipa Brunelli, Thabatta Pimenta e Atenas Beauvoir, entre outras.

Estive na primeira “Marsha”⁴ Trans do Brasil, em Brasília (Figura 3), onde colaborei na organização da caravana que levou 40 ativistas trans e travestis do estado do Rio de Janeiro, em 2024. Pude encontrar Erika Hilton, Bruna Benevides, Jaqueline Gomes de Jesus, Linda Brasil e Duda Salabert. Participamos de um evento na Câmara dos Deputados, em comemoração aos 20 anos da Visibilidade Trans, e do lançamento do *Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais em 2023*, no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Essas experiências inspiraram-me, naquele ano, a estudar e pesquisar Política Social.

Em 2026, participei da terceira “Marsha” Trans: *Brasil Soberano é País sem Transfobia* (Figura 1), que teve como pauta central o debate sobre cidadania, com destaque para o lançamento do *Dossiê Nacional de Transmasculinidades Negras e Periféricas por Justiça Reprodutiva Equidade Racial e Direitos Humanos*, na Câmara dos Deputados. O documento foi construído a partir de cinco Fóruns Regionais pela Liga Transmasculina e pelo Instituto Justiça Reprodutiva e entregue aos Ministérios da Igualdade Racial, da Saúde e dos Direitos Humanos.

Segundo Gab Van⁵ (FODA, 2023, n.p.):

⁴ Marsha P. Johnson foi uma das figuras mais proeminentes do movimento LGBTQ+ entre as décadas de 1960 e 1970 em Nova York (Reis, 2025).

⁵ Gab Van, transmasculino, na ocasião assessor da deputada estadual do Rio de Janeiro Dani Balbi, nos abrigou em sua residência na cidade do Rio para o evento de Parlamentares Trans no Museu do Amanhã e liderou a Caravana para Marsha Trans em Brasília, que custeou toda a viagem através de uma campanha de doação organizada por pessoas trans.

As violências e opressões que se abatem sobre nossas existências sufocam qualquer possibilidade de abstração. No entanto, sonhar dá sentido à luta. E é por isso que hoje ocupamos as ruas e tomamos de volta o protagonismo da construção da nossa realidade.

Figura 3 - I Marsha Trans e Travesti nacional em Brasília - DF.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

“Hoje a luta continua, todo dia a luta continua, desde quando minha criança trans foi violentada por se divertir com batons e vestidos, desde quando minha adolescente foi abusada por não ter proteção, desde quando minha jovem foi abandonada, expulsa! Que nossos gritos de indignação pelas ofensas aos nossos corpos ecoem pelos espaços, não vou aceitar ser tratada como um objeto que está aquém de tudo, de todas as violências, e todos os momentos. Se tornou meu corpo político? Não o escolhi, não sou uma rebelde do fim do mundo ou de Marte, não me rebelei de nada, só encontrei em mim o que esse mundo hipócrita insiste em matar. E o que encontrei é gigante ao ponto de não hesitar, continuo caminhando com medo e continuo gritando, pelos espaços com raiva, pelos caminhos com amor e vontade! Não escolhi nada além de ser, e a vida me levou, vocês me trouxeram nos braços com afeto abrindo meus olhos para as direções que eu precisava seguir. Hoje não aceito que meu corpo seja mais um objeto, ou uma exaltação do ego, uma articulação política. Como travesti branca carrego a empatia e responsabilidade de não lutar só por mim, muitas das minhas estão na rua, elas estão morrendo a cada dia uma! Ontem eu cheguei com a cabeça erguida. E vou lá porque sei que não acaba aqui, nem amanhã, talvez nem enquanto eu estiver viva! E eu vou lá, eu vou

por todes, eu vou para que tenhamos acesso a direitos que também são nossos, que meu corpo não se passe como objeto, e sim como instrumento de articulação para novos caminhos com esperança de que com afeto e verdade as portas se abram para nossa comunidade, queremos proteção, saúde, educação, comida, trabalho, tranquilidade e respeito! Queremos que vocês se preparem, pois não chegamos ontem e vocês estão muito mal-acostumados com o conforto de nos violentar! Basta! Tá na hora de rever seu lugar e aceitar que se você faz parte dessa estrutura genocida, é sua responsabilidade lutar conosco para quebrá-la!” (Diário de campo - Manifesto após o dia da Visibilidade Trans em Brasília, 2024).

No ano de 2024, também tive a honra de participar do *Workshop da Rede Trans do Brasil* (Figura 4), realizado na reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, liderado pela inspiradora travesti Tathiane Araújo — presidenta da Rede Trans Brasil —, em comemoração aos 15 anos da Rede Trans. Durante as articulações, podemos aprender a elaborar reivindicações ao governo em defesa da população trans e travesti do Brasil, em diálogo com uma equipe multisetorial composta por pessoas de diversos estados do país.

Figura 4 - Workshop 15 anos da Rede Trans do Brasil.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

Hoje, vivo em Campos dos Goytacazes (RJ) e componho ativamente o coletivo estudantil TransNB UFF e o coletivo Transgoytacá, mobilizando alternativas em coletividade. Estou localizada em Campos desde 2010, quando me mudei para cursar Arquitetura e Urbanismo, concluído em 2016. Posteriormente, trabalhei na cidade em lojas de móveis, recebendo salário mínimo, além de atuar em subempregos. Precisei retornar para Aperibé após ficar desempregada durante a pandemia, em 2020. Em 2021, voltei para Campos após

ser violentada e expulsa de casa pelo meu genitor — cidade que me possibilitou ampliar minhas redes de apoio e encontrar novas possibilidades de trabalho. Sobrevivi aqui pela arte, através da tatuagem, e com o suporte do Centro de Cidadania LGBTI+ do Norte Fluminense, instituição que me acompanha desde sua inauguração, em 2021. Nela, pude reivindicar meu nome juridicamente sem nenhum custo, acessar acompanhamento psicológico, assistência social e jurídica, além de obter encaminhamentos para o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e para o SUS (Sistema Único de Saúde). Ainda assim, aguardei um ano para iniciar minha hormonioterapia na cidade, em razão da falta de profissionais especializados para atender às demandas de pessoas trans e travestis.

Em conjunto, encontrei força e direção para que houvesse um caminho melhor para viver e, quando voltei a respirar, reingressei na educação no curso de Psicologia da UFF Campos. Com o apoio da assistência estudantil da universidade, consegui tentar suprir algumas necessidades — como saúde, insegurança alimentar e moradia — que vinham se acumulando e me adoecendo por falta de trabalho ou pelo acesso a trabalhos precarizados. A UFF, desde os meus 23 anos, acolheu-me e ofereceu suporte por meio de acompanhamentos psicológicos no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA). Hoje, aos 34 anos, após um diagnóstico tardio de Transtorno do Espectro Autista (TEA), sou grata por todos os acessos, políticas, informações e construções coletivas que me permitiram permanecer caminhando viva.

Desde 2024, residi na comunidade do Novo Jockey com Caio, um homem trans, e meus gatos, Anjo e Miguel (2018- † 2025) — este nunca me abandonou e viveu comigo durante sete anos. Com todas as dificuldades que me foram impostas pela falta — um tipo de “não-lugar” trans e travesti, marcado pela não-escolha e pelo não-poder —, negaram-me um trabalho digno, saúde física e mental, permanência e um chão. Hoje, ocupo a educação como autodefinição e o afeto como território em construção de corpo e mente, junto à minha comunidade trans e travesti do Brasil.

Sou filha de professora municipal da cidade de Santo Antônio de Pádua (RJ), atuante no distrito de Baltazar, onde nasceu. Mesmo distante e sem compreender plenamente o meu processo, fez o que pôde para me manter viva e, desde criança, incentivou-me e lutou para que eu seguisse o caminho da educação. Hoje, ocupo uma vaga afirmativa para pessoas trans na turma do programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade Federal Fluminense. Procuro um lugar — e aqui falamos de territórios — e segurança ao iniciar uma carreira acadêmica, que vem sendo construída diariamente diante do enfrentamento à

transfobia em uma universidade (UFF) que nos oferece o espaço, mas não elabora políticas efetivas, em diálogo com nossas realidades, para garantir nossa permanência nos interiores.

Enquanto pesquisadora, almejo a continuidade: para que as memórias que alcancei na produção da minha feminilidade — junto à liberdade do Rio Pomba, à criação afetiva e criativa das minhas artes, ao silêncio das árvores em meus refúgios e ao compartilhamento da vida com a comunidade trans e travesti, que me ajudaram a sobreviver no interior e em diversos lugares do Brasil — possam ser expostas. Que essas histórias revelem as barreiras que nos foram impostas, os trajetos, as estruturas e os “cistemas” que não foram feitos pensados em nós — e que, ainda assim, re-existimos, em todos os momentos, para transformá-los.

Figura 5 - Autorretrato de Níke Ártemis.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2025.

Hoje, vejo com clareza: se não tivesse sido indiferente ao mundo ordenado e supostamente feliz da norma, se não tivesse sido abandonado pela minha própria família, se não tivesse preferido minha monstruosidade à heteronormatividade social, se não tivesse optado pelo meu desvio de gênero ante a saúde sexual de vocês, eu jamais teria conseguido escapar... ou, para ser mais preciso, me descolonizar, me desidentificar, me desbinarizar. (Preciado, 2022, p. 34).

2 APRESENTAÇÃO

*Baseado em carne viva e fatos reais
É o sangue dos meus que escorre pelas marginais
E vocês fazem tão pouco, mas falam demais
Fazem filhos iguais, assim como seus pais
Tão normais e banais, em processos mentais
Sem sistema digestivo lutam para manter vivo
Morto, vivo, morto, vivo, morto, morto, morto, viva!
Linn da Quebrada - Bomba pra Caralho⁶ (2017).*

A proposta deste projeto de pesquisa se atém em analisar as dinâmicas sociais, institucionais, coletivas e individuais que afeiçãoam as experiências de pessoas trans⁷ e a diversidade em seus microcosmos (Almeida, 2012). Elaborado de forma a pensar questões do acesso às políticas sociais de pessoas trans e travestis, a partir de uma observação, escrita, experiência de emancipação e do compartilhamento da autora, que se reconhece na condição de uma travesti transfeminista, reclamando espaço dentro de um “cistema” colonial moderno de gênero, cissexista⁸ — com a máquina e o mercado estruturando ideias organizadoras na ciência da vida, gerenciando a vida orgânica, os instintos e o sexo (Haraway, 2023). Um “cistema” que cerceou com mecanismos sutis e delicados nosso poder de autodefinição em nossas dinâmicas de produção de “nós”.

Para Foucault (1988, p. 89), o poder está em toda parte, provém de todos os lugares em meio a relações desiguais e móveis: “(...) é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apoia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las.” Ao nos autoidentificarmos deixamos ver para além do que fomos orientadas/es/os a ser, com a audácia de cruzar, transpassar, atravessar, nos tornar (Moirá, 2017).

Ingressei neste programa por meio da Cota para pessoas trans e travestis, que reservou uma vaga para demarcar nosso acesso e nossa permanência. Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, na área de concentração Sujeitos Sociais e Proteção Social, inserindo-se na linha de pesquisa Gênero, Raça, Identidade de Gênero e Política Social.

Considera-se, uma análise de inspiração etnográfica (Laplantine, 2000) dos resgates históricos dos movimentos de pessoas trans e travestis inseridas no movimento social, a partir de seus acessos às políticas sociais. Parte-se do pressuposto de que todas as formas de fazer

⁶ Áudio-vídeo disponível no link abaixo:

https://www.youtube.com/watch?v=ZYOIvMyZ_GU&list=RDZYOIvMyZ_GU&start_radio=1.

⁷ Transexuais, transgênero, mulheres trans, travestis, homens trans, transmasculinos, não-binários, entre outras experiências mescladas em suas interseccionalidades.

⁸ Sistema de crenças e práticas discriminatórias que estabelece uma hierarquia de poder, priorizando pessoas cisgênero e validando exclusivamente as identidades que convergem com o sexo designado ao nascer.

movimento são expressivas para a reafirmação de nossas identidades e de que a participação nessas estratégias, por intervenção de cidadãos ativos da sociedade civil, é vital para a democracia brasileira, para o reconhecimento sociocultural e para a integração de projetos e implementação de políticas voltadas a essa luta por um espaço cívico⁹, sustentados pela liberdade do debate, da mobilização e da participação social (Szabó, 2020).

Desnaturaliza-se o processo de produção do sujeito político dos movimentos sociais, reconhecendo aqueles que se encontram na luta pelo acesso no cotidiano do movimento social da vida — “O indivíduo, portanto, se faz diverso no processo dinâmico e contraditório de sua própria existência.” (Santos *et al.*, 2023, p. 28) —, mesmo sem estarem, obrigatoriamente, envolvidos no cotidiano da militância (Facchini, 2012). De acordo com Araújo (1996), devemos nos ater aos processos de inserção que ocorrem em todos os espaços sociais, e não apenas nos grupais. Trata-se de uma lógica que perpassa a vida comunitária e não se reduz somente aos grupos institucionalizados, embora estes constituam importantes espaços de manejo, organização e intervenção na vida comunitária.

É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. (Foucault, 1988, p. 92).

A pesquisa destaca, para discussão, as construções subjetivas nas experiências de pessoas trans e travestis, cerceadas por falta de amparo familiar, de acesso à saúde, às políticas sociais e à proteção social, sendo frequentemente invisibilizadas e colocadas em diferentes riscos, abusos, abandonos e violências, em razão das intersecções de raça, etnia, gênero, deficiência e classe social (Antra, 2024). Collins e Bilge (2020) ressaltam a relevância das relações interseccionais de poder, que afetam os aspectos do convívio social. Tornando-se necessário ampliar as lentes dos poucos espaços que sobraram para abordar as desigualdades sociais a partir de problemas sociais complexos que essas relações produzem.

A perspectiva interseccional abre espaço para romper com o pensamento simplista e mecanicista, que reduz a vulnerabilidade à mera soma dos marcadores sociais (Almeida, 2012). Leda Maria Martins (1995) apresenta Exú, dono dos caminhos, como metáfora para manifestar a ocupação do “entre-lugar” da encruzilhada — espaço do jogo das aparências, da dupla fala, do dialogismo, do mascaramento sógnico e do uso da ironia — construindo

⁹ “O Espaço cívico pode ser definido, em poucas palavras, como a camada situada entre o Estado, os negócios e a família, na qual os cidadãos se organizam, debatem e agem. Um espaço cívico saudável e aberto implica que grupos e indivíduos da sociedade civil sejam capazes de se organizar, participar e se comunicar sem impedimentos – e, ao fazê-lo, possam acessar informação, reivindicar seus direitos e influenciar a opinião pública, as políticas públicas e as estruturas políticas e sociais ao seu redor”. (Szabó, 2020, p. 18-19).

narrativas e conferindo sentidos e formas, sobretudo para desmascarar o que a cultura branca, européia e judaico-cristã mascarou.

Este estudo também tem como objetivo, em uma construção coletiva, contribuir para preencher as lacunas existentes na produção acadêmica acerca de vidas trans e travestis no campo da proteção social, propondo caminhos para a inclusão e o respeito a esse grupo em todas as esferas da sociedade. Mannheim (1954, apud Collins, 2016) ressalta para os “estrangeiros” na academia como “intelectuais marginais” e destaca a importância de sua postura crítica, capaz de conferir aos empreendimentos acadêmicos maior criatividade e potencial para o desenvolvimento das próprias disciplinas.

Ao oferecer alternativas sobre como as narrativas dominantes podem ser desafiadas e reescritas, o estudo busca possibilitar a emergência de subjetividades singulares e fortalecer formas de resistência às normas. Tem, ainda, o intuito de ampliar a compreensão acerca da transexualidade para além das taxonomias, reconhecendo e celebrando a diversidade das experiências das identidades de gênero e das sexualidades.

Essa dissertação tem como objetivo geral analisar as dinâmicas sociais, institucionais, coletivas e individuais que moldam as experiências de acesso às políticas sociais por pessoas trans e travestis em suas encruzilhadas, na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), Brasil. Essas experiências são compreendidas a partir dos mecanismos de sobrevivência, das resistências afetivas e dos deslocamentos cotidianos diante das estruturas transfóbicas e excludentes da sociedade capitalista neoliberal.

A produção de conhecimento elaborada por pessoas trans e travestis, transfeministas e intelectuais no Brasil e no mundo — como Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Hailey Kaas (2015), Letícia Nascimento (2021), Amara Moira (2017), João W. Nery (1984), Paul B. Preciado (2018), Guilherme de Almeida (2012), Céu Cavalcanti (2018), Sara Wagner York (2025), Jota Mombaça (2023), Bruno Latini Pfeil (2024), Susan Stryker (2021), entre outras/es/os, referenciadas/es/os na fundamentação teórica — constitui uma contribuição extremamente valiosa para esta dissertação. A fim de que pessoas trans e travestis avancem na construção de novos e possíveis territórios, histórias, possibilidades e políticas, para que juntas aqui possam pisar. O estudo fundamenta-se em conceitos epistemológicos e metodológicos decoloniais e contracoloniais, materializados em cada palavra escrita e analisada por uma travesti ao longo deste trabalho.

A execução será feita por meio de um estudo qualitativo exploratório, com enfoque na população trans e travesti da cidade e da periferia de Campos dos Goytacazes (RJ), em cooperação com as encruzilhadas que atravessam as trajetórias dessa comunidade. Ao analisar

a realidade brasileira, é imprescindível reconhecer que discutir temas como racismo, transfobia e outras violências relacionadas ao gênero e à sexualidade coloca a produção acadêmica diante de um campo de disputas e resistências. Esse cenário se intensifica tanto pela expansão das dinâmicas capitalistas quanto pelo fortalecimento das extremas direitas.

A pesquisa busca contribuir para o reconhecimento e a identificação da natureza dessas violências e violações, que vão se intermediar e se relacionar nas tensões existentes entre realidade e aplicabilidade dos direitos. Essas tensões submetem corpos trans e travestis em constantes embates contra a violência transfóbica, tanto social quanto institucional, sustentada por suas estruturas rígidas, racistas, eurobrancas, sexistas, misóginas, machistas, cis-heteronormativas, classistas, xenófobas, capacitistas. A investigação conduz para interseções entre neoliberalismo, afronecrotransfobia¹⁰ e resistência transfeminista.

Mais importantes, porém mais difíceis de captar, são a mudança progressiva das relações humanas, a transformação das práticas cotidianas induzidas pela nova economia, os efeitos subjetivos das novas relações sociais no espaço mercantil e das novas relações políticas no espaço da soberania. (Dardot; Laval, 2016, p. 323).

Uma das principais justificativas para analisar política social está relacionada ao território, tomando como referência a cidade e as periferias de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, população de aproximadamente 483.540 habitantes. Ao longo de sua história, o município elegeu apenas 15 mulheres para a Câmara Municipal e apenas uma mulher para o cargo de prefeita. No contexto recente, em 2024, a Câmara era composta por 25 vereadores homens e nenhuma mulher eleita. Em 2025, passou a contar com apenas uma mulher, que posteriormente deixou o cargo. Além disso, até o momento, nenhuma pessoa trans chegou a se candidatar a um cargo no legislativo municipal (Folha1, 2024, n.p.).

No município, já se registram, há alguns anos, iniciativas legislativas voltadas à restrição de direitos da população LGBTQIAPN+¹¹, principalmente atingindo a população trans e travesti. Entre elas destaca-se a Lei Municipal nº 9.532/2024, que impede a realização de atividades pedagógicas relacionadas à chamada “ideologia de gênero”, ao vedar abordagens sobre identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, igualdade de

¹⁰ “A partir do conceito de necrobiopoder, Berenice Bento (2018, p. 3) demonstra que ‘nos estudos sobre pessoas trans, travestis, população negra, mulheres, entre outras, o Estado aparece como agente fundamental que distribui de forma não igualitária o reconhecimento de humanidade’. Nessa direção, parece ser que existe uma constante vigilância panóptica e estrutural por meio de diversas instituições nos contextos investigados.” (Rego, 2019, p. 178).

¹¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e o + para outras identidades.

gênero e outros assuntos similares¹², além de permitir os pais ou responsáveis de proibir a participação de seus filhos nessas atividades (STF - Supremo Tribunal Federal, 2023, n.p.). Entretanto, leis municipais que proíbem o debate sobre gênero nas escolas têm sido declaradas inconstitucionais pelo STF, considerando que estas normas devem ser tratadas pela competência federal (Vittorazzi, 2025); destaca-se, ainda, a Lei municipal nº 9.258/2023, que proíbe o uso da linguagem neutra e não-binária em publicações, peças publicitárias e demais mídias institucionais da Prefeitura de Campos dos Goytacazes (Leis Municipais, 2023) — análogo às políticas neoliberais, Lula sanciona lei que proíbe o uso da linguagem neutra na administração pública dos entes federativos (Souza, 2025); por fim, antes tramitando na Câmara, o Projeto de Lei nº 32/2025, que propunha a separação de banheiros com base no sexo atribuído ao nascimento, foi promulgado através da Lei nº 9.604/2025¹³ (Barbosa, 2025).

A audiência pública *Campos por Direitos Humanos, Equidade e Respeito*, convocada pelo coletivo Transgoytacá e realizada em 2025, em conjunto com outros movimentos, foi motivada pelas medidas discriminatórias adotadas pelo legislativo de Campos dos Goytacazes contra os direitos da comunidade. O encontro reuniu representantes do poder público, movimentos sociais e lideranças da comunidade LGBTQIAPN+, discutindo sobre o sucateamento do Ambulatório especializado, a ausência da Parada LGBTQIAPN+, a inexistência de um Conselho Municipal e a carência de políticas públicas. Concomitante à audiência, a deputada estadual Dani Balbi (PCdoB) ingressou com uma ação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), requerendo a suspensão da Lei Municipal nº 9.604/2025, sob o argumento de que a norma viola frontalmente a Constituição e expõe nossas vidas em constantes riscos de violência (Folha1, 2025).

Hísis Maria Nogueira, representante do Coletivo Transgoytacá, ressalta a necessidade de “debater os desafios enfrentados pela população LGBTQIAPN+ no município, denunciar retrocessos e propor políticas públicas que garantam direitos, equidade e respeito” (Folha1, 2025, n.p.).

O discurso de ódio, ao que parece, contaminou a todos, ainda que em graus possivelmente variados e também impacta, em algum nível, os próprios novos discursos críticos às identidades. Ou seja, somos um mal a ser combatido no espectro da extrema direita e do fundamentalismo religioso, através da ideologia de gênero, e um mal a ser combatido no campo progressista. (Colling, 2024, n.p.).

¹² Na ação, a Associação Comunitária, Cultural e de Apoio Social - Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FonaTrans), ligada à proteção dos direitos da população negra e da comunidade LGBTQI+, argumenta, entre outros pontos, que a lei é inconstitucional porque proíbe, de forma genérica e irrazoável, discussão sobre eses temas. (STF, 2023).

¹³ “A resposta é simples: populismo! Pastor da Igreja Universal, que por isso se elegeu e reelegeu vereador, (...) (...). Corre sabendo que não vai chegar. Mas cristaliza sua base eleitoral conservadora em torno da guerra cultural entre fundamentalismo neopentecostal e identitarismo.” (Barbosa, 2025, n.p.).

Como apresentado, todos os projetos se apresentam inconstitucionais, afetando diretamente a população LGBTQIAPN+, que já enfrenta tantos empecilhos e violências em seu cotidiano. Somam-se esses processos a uma região marcada historicamente por famílias oligarcas, que se forjaram na escravização da população negra, no genocídio e segregação de comunidades indígenas. Com influência econômica, política e social de "grandes senhores", tornando o abolicionismo em Campos dos Goytacazes violento pela luta entre "senhores" e abolicionistas, razão pela qual a cidade ficou conhecida como o "Quartel General da abolição" (Monnerat, 2013). Em 1909, a cidade teve, por um breve período, o primeiro presidente negro da República do Brasil, o político e advogado Nilo Peçanha (Veiga, 2024).

A região também apresenta um histórico de violência e segregação contra pessoas trans e travesti, registrando assassinatos com espancamento, tiros, prisões, com os noticiários informando com pouco respeito às vítimas, falta de dados, e uso de linguagem transfóbica, se referindo as travestis com pronomes masculinos (NFNotícias, 2022).

Considerando o contexto político local, em 2022, Jair Bolsonaro, candidato a presidente pelo Partido Liberal (PL), obteve 63,14% dos votos válidos (UOL, 2022). Em âmbito nacional, o PL liderou em 2024 o ranking apresentando 159 projetos de lei anti-LGBTI+ dos 342 que tramitaram no Brasil entre 2019-2024 (CartaCapital, 2024). Os projetos de lei incluem a proibição da linguagem neutra, restrição de políticas de educação antidiscriminatória e a restrição do uso de banheiros por pessoas trans (CartaCapital, 2024).

No primeiro semestre de 2025, registraram-se 57 projetos de lei com teor pró-LGBTI+, nas esferas estaduais e federal, superando as propostas contrárias aos direitos dessa população, que somaram 43 no mesmo período (Figueiredo; Malvezzi, 2025). No Senado Federal, entretanto, nenhuma proposta busca ampliar a proteção dessa população, e o número de projetos de lei que atacam direitos LGBTI+ vem se multiplicando: entre novembro de 2024 e junho de 2025, passaram de três para oito (Figueiredo; Malvezzi, 2025).

Campos inaugurou um Ambulatório para população LGBTQIAPN+ somente em 2024, após um longo período de atraso e sem a participação dos coletivos trans e travestis em sua construção. Anunciado em janeiro de 2023, não previa um cronograma definido para sua implementação. À época, a prefeitura informou que o ambulatório "não havia sido instalado pois ainda há alguns trâmites burocráticos a serem concluídos." (Folha1, 2023). A implementação do serviço foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Municipal de Saúde nos anos de 2023 e 2024, resultado de muitas reivindicações dos movimentos sociais, de denúncias encaminhadas ao Ministério Público e da atuação da "TransComunidade" na luta por uma saúde integral (Figura 6). No início de 2026, o ambulatório encontrava-se sucateado,

com a interrupção do acompanhamento da população em decorrência da saída de profissionais do serviço social, da endocrinologia e da psiquiatria, sem reposição por quase um ano. Em 2026, o ambulatório foi reinaugurado fruto de uma parceria técnica entre a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SUBVS), e a Faculdade de Medicina de Campos (FMC) (Azevedo, 2026).

Tudo nos leva a crer que estamos cercadas, que onde há nação há brutalidade, e onde há brutalidade nós somos o alvo. Mas nós também estamos onde a mira não alcança, porque embora não haja exílio, há a fuga. A fuga para onde estas palavras rumam. A fuga onde a gente se encontra. (Mombaça, 2023, p. 15-16).

Figura 6 - Marcha Trans & Travesti do Rio: “Pelo direito de sonhar novos futuros”.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Brevemente antecipando questões de gênero e sexualidade que serão apresentadas ao longo desta dissertação, observa-se que, à medida que a "homossexualidade" deixa de ocupar centralidade nos manuais psiquiátricos, os entendimentos da "intersexualidade" e "transexualidade" passam a emergir como novas patologias marginais, a serem tratadas pela medicina, farmacologia e pela lei, e não como parte de um “regime político-visual da diferença sexual à complexidade da vida” (Preciado, 2020, p. 27).

Os manuais diagnósticos não existiriam se não fossem para promover uma epistemologia colonial e capitalista, que vai agregar práticas sexuais reprodutivas como estratégia de dominação e gestão populacional. Apresentados no CID-10 (Código Internacional de Doenças), pessoas trans e travestis seriam acometidas/es/os por doenças

relacionadas à determinação de gênero, à sexualidade biológica e essencialista (Bento, 2017). Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou que a transexualidade/transgeneridade foi retirada da categoria de transtornos mentais na atualização da 11ª Cartilha Internacional de Doenças (CID-11), substituindo-a por “Incongruência de Gênero”, ainda tutelando as experiências de acesso à saúde integral das identidades trans e travestis (Domingues; Rodriguez, 2021).

Ao nos concentrarmos no tecido social do Brasil, com a eliminação diária de corpos e vidas de mulheres, o feminicídio é lembrado e recebe atenção pública no âmbito legislativo, executivo e judiciário (Marinho, 2020). No contexto das pessoas trans e travestis, a realidade é complexa e violadora de direitos. Diante da ausência de mapeamento da violência transfóbica e de seu enfrentamento pelo Estado, outros movimentos se encarregam de monitorar os homicídios de pessoas trans no país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo pelo 17º ano consecutivo (Antra, 2026), à frente de países onde gênero e sexualidade são criminalizadas, conforme relatório da Transgender Europe (Marinho, 2020).

Os mapas da violência são produzidos como forma de denúncia, desempenhando relevante papel na luta contra as violações de direitos e na produção de dados sobre as violências cometidas, como o *Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras*, divulgado anualmente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), evidenciando como a violência estrutural atinge as pessoas trans e travestis (Marinho, 2020).

A Antra (2024) destaca a alta taxa de assassinatos de mulheres trans e travestis, que têm até 32 vezes mais chances de serem mortas em comparação com seus colegas transmasculinos. Estes, por sua vez, também enfrentam múltiplas violências em seu cotidiano, sendo alarmante o fato de que 71,9% dos respondentes do *Relatório sobre as Mortes e Violências contra Pessoas Transmasculinas*, de 2023, relataram já ter pensado ou tentado cometer suicídio no mesmo ano (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - Ibrat, 2024).

Somente a partir de 2021 as pautas das transmasculinidades começaram a ser debatidas com maior frequência em círculos transfeministas. Questões como gestação paterna, direitos reprodutivos, o alto índice de tentativas de suicídio entre pessoas transmasculinas, casos de violência sexual (especialmente estupro corretivo) e exclusão do mercado de trabalho foram evidenciadas. (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024, p. 128).

A violência contra as pessoas transfemininas, descrita pelo dossiê (Antra, 2024), pode ser entendida como um reflexo dessa impossibilidade social e cultural, em que corpos trans e travestis, são não apenas desvalorizados, mas também desumanizados, gerando uma resposta

violenta de repulsa e exclusão. O dossiê (Antra, 2024) coloca em evidência a questão da interseccionalidade, indicando que fatores como raça, etnia e classe exacerbam as vulnerabilidades das pessoas trans e travestis, especialmente no contexto brasileiro. A violência contra corpos trans e travestis, portanto, não é apenas uma questão de gênero, mas também uma questão racial e social.

Em 2024, dentre os 86 casos em que foi possível determinar a raça/cor das vítimas, observou-se que pelo menos 67 casos, 78% das vítimas, eram pessoas trans negras (pretas e pardas de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), explicitando-se ainda mais os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans. (Antra, 2025, p. 75)

De acordo com Garcia, Silva e Sanchez (2020), a ausência de um tipo penal específico para crimes cometidos contra pessoas trans e travestis resulta na notificação inadequada desses homicídios, que, mesmo hediondos, acabam sendo tratados como homicídios comuns, sem levar em consideração as questões de gênero, raça e classe, frequentemente ignoradas nas investigações. Os autores afirmam que esses dados, invisíveis aos olhos do Estado, não são sequer coletados e analisados, o que impede a evidenciação da dimensão da omissão governamental, falhando assim, em atender às demandas da sociedade civil, afastando corpos políticos que reivindicam, obstinadamente, cidadania em ambientes cada vez mais hostis.

Em abril de 2025, os movimentos trans e travesti do Brasil convocam um ato contra resolução transfóbica do Conselho Federal de Medicina (CFM). O Ato Nacional foi liderado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) (York, 2025). A Resolução CFM nº 2.427/2025 estabelece a obrigatoriedade de um acompanhamento psiquiátrico, proíbe a prescrição de bloqueadores hormonais e hormônios para menores de 18 anos e restringe o acesso a cirurgias que acarretem esterilidade aos 21 anos de idade, remetendo à patologização das identidades trans e travestis, ao pressupor a validação dessas identidades por pontos de vistas médicos e psiquiátricos. Além disso, utiliza o termo “Incongruência de Gênero” para se referir ao acompanhamento que deveria atender à saúde integral de pessoas trans e travestis em todo o seu contexto geracional — pessoas que se suicidam¹⁴ em decorrência da disforia de gênero e que correm graves riscos à vida ao realizarem terapia de reposição hormonal (TRH) sem o devido acompanhamento (Marques, 2025).

Em estudo publicado no *The Lancet Child & Adolescent Health*, que analisou 2 milhões de casos de jovens trans, de 6 a 20 anos de idade, hospitalizados, em 2019, nos Estados Unidos, por qualquer motivo, comprovou que 66% desses jovens vivenciaram

¹⁴ “Em relato com 154 participantes transexuais, foi observado que 48,3% possuíam ideação suicida e 23,8% tentaram suicídio, constatando que existem níveis mais altos de ideação e tentativas suicidas em pessoas com disforia de gênero do que na população geral.” (Corrêa, 2020, p. 18).

tentativas de suicídio ou automutilação (Alejandro, 2022).

Para os movimentos sociais, essas regras não só desrespeitam o direito à autonomia e autodeterminação das pessoas trans, como também reforçam a transfobia institucional dentro da saúde pública e privada no Brasil. (York, 2025, n.p.).

A Antra e o Ibrat acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM). O argumento é de que as restrições não levaram em consideração as evidências científicas sobre a população, e de que os procedimentos restringidos para crianças, adolescentes e jovens trans e travestis promovem bem-estar psicológico e social, além de violar os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral da criança e o direito fundamental à identidade de gênero (STF, 2025). De acordo com Milanski, Pfeil e Albuquerque (2024, p. 123): “O mecanismo por meio do qual certos saberes são legitimados em detrimento da deslegitimação de outros chama-se monopólio de conhecimento, em que apenas um saber se torna legitimado e outros, relegados às margens.”

Em nova decisão, o procurador regional dos Direitos do Cidadão no Acre considerou que a norma impugnada representa um retrocesso social e jurídico, em afronta às evidências científicas consolidadas (Gama, 2025). Tal entendimento alinha-se aos princípios constitucionais que asseguram o direito à saúde, à liberdade e à autodeterminação, garantindo que cada pessoa possa decidir, sem interferência indevida do Estado, o tratamento mais adequado às suas necessidades. O Supremo Tribunal Federal (Gama, 2025), em reiteradas manifestações, reforça que as políticas públicas devem pautar-se pela medicina baseada em evidências, observando o princípio da razoabilidade, segundo o qual qualquer restrição à autonomia deve ocorrer apenas mediante devido processo legal substantivo, com finalidade pública legítima e medidas adequadas e necessárias.

Mediante as restrições que violam a dignidade, a saúde e a vida de pessoas trans e travestis, a implementação do novo Programa de Atenção à Saúde da População Trans (*Paes Pop Trans*) faz-se indispensável e urgente, sendo uma das principais reivindicações do movimento¹⁵. O *Paes Pop Trans* é um programa que garante o acompanhamento da população trans e travestis ao longo de todo o ciclo de vida, responsabilizando-se pelo cuidado de sua rede de apoio. Sendo mais completo e atual do que a portaria vigente, que segue engavetado pelo Ministério da Saúde desde 2024 (Marques, 2025). Motivados pelas *fakenews*¹⁶, diversos

¹⁵ “A 4ª Conferência Nacional LGBTQIA+ consolidou um avanço significativo para a promoção de políticas de saúde, com a aprovação de uma política essencial no GT 11 – Políticas Públicas Interseccionais de Promoção Integral do Direito à Saúde. A proposta aprovada em plenária final com 99% dos presentes, representa um marco na luta pelo direito à saúde da população LGBTQIA+, reforçando a necessidade de políticas específicas para travestis, pessoas trans e intersexo em todas as fases da vida, desde a infância até a terceira idade.” (Antra, 2025, n.p.).

¹⁶ Desinformação.

canais sugeriram haver uma “doutrinação ideológica” para transformação de crianças em pessoas trans e travestis por meio de cirurgias e do espantinho da “ideologia de gênero”, mobilizado nas redes sociais por grupos bolsonaristas, conservadores e feministas radicais¹⁷ — ou mulheres ultraconservadoras e fascistas de gênero — contra o programa de saúde *Paes Pop Trans* (Antra, 2025).

O desinteresse em garantir políticas públicas que protejam crianças e adolescentes, assim como pessoas trans, demonstra a fragilidade de um sistema que deveria estar alicerçado na promoção da dignidade humana. (Antra, 2025, p. 23).

De acordo com dados do Fórum de Empresas e Direitos LGBTQIAPN+ no Brasil, pessoas transexuais representam menos de 1% do total de colaboradores nas empresas do país (Pinto, 2024). O estudo *A inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal*, realizado pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea), comprova que o salário de pessoas trans é quase $\frac{1}{3}$, 32% inferior à média da população, ocupando atividades no comércio, administrativas, em serviços complementares e nos setores de alojamento e alimentação (Agência Brasil, 2025, n.p.).

Atualmente, a fonte de renda do trabalho mais recorrente para sobrevivência de pessoas trans e travestis é a prostituição. Em vez de ser regulamentada para garantir a saúde e a segurança des mesmas, o projeto de Lei nº 778, de 2025 que altera a Lei das Contravenções Penais, propõe a proibição da prostituição em vias públicas, relacionando essa prática ao tráfico de drogas e à perturbação das vias públicas, colocando em risco essa população, que já é tão afetada pelo descaso do poder público (Poder360, 2025).

(...) 89.6% da população de Mulheres Travestis e Transexuais, são profissionais do sexo, confirmando um antigo número de que ‘90% das pessoas trans se prostituem’, o número pode chegar perto dessa margem, porém é uma breve amostragem de experiências assertivas onde pessoas trans insistiram em estudar e atuar na educação. (Araújo; Souza, 2020, p. 19).

Em conformidade com os estudos de Monique Prada (2018), as prostitutas não existiriam sem a prostituição. Erradicar a prostituição é uma lógica das políticas higienistas, que tem buscado, há séculos expulsar essa população para realidades cada vez mais distantes — em situações precárias e inseguras —, tendo como base as leis, reforçando o estigma e declarando uma estratégia semelhante à da igreja, do machismo e do patriarcado, empurrando-as para clandestinidade ou para o cárcere (Prada, 2018).

No campo da educação, a realidade não é menos alarmante: cerca de 70% das pessoas

¹⁷ “As feministas radicais, chamadas de *radfem*, defendem que o movimento deveria abarcar apenas para quem é biologicamente mulher. O grupo também condena a prostituição.” (Ribas, 2025, n.p.).

trans e travestis não finalizaram o ensino médio, e apenas 0,02% conseguiram acessar o ensino superior, segundo levantamento da Antra (2020). Nos espaços educacionais, além das agressões verbais, o percentual de violência física contra LGBTI+ aumenta para 38% quando se trata de estudantes trans e travestis e de pessoas negras, em comparação aos seus pares cisgêneros, com o percentual de 31% (Almeida, 2024). Esses números expõem um cenário de exclusão sistemática que atravessa tanto os espaços laborais quanto os educacionais¹⁸.

A análise dos dados do Censo Trans, divulgado pela Rede Trans (Araújo; Souza, 2020), revela uma realidade alarmante: 63,9% das pessoas trans e travestis não concluíram o ensino médio. Esse índice aponta não apenas para o abandono escolar, mas também para um abandono institucional dessas pessoas durante sua trajetória educacional e na efetivação de seus direitos. Além disso, os dados do Censo Trans mostram que apenas 0,3% das pessoas trans chegam à terceira idade (entre 57 e 60 anos), evidenciando que, para essa população, o envelhecimento ainda é um privilégio raro — sua existência, muitas vezes, é interrompida antes mesmo da maturidade, em razão da institucionalização de mecanismos econômicos que sistematicamente lhes negam as oportunidades necessárias à sobrevivência (Fraser, 2006).

O *Mapeamento Educacional das Transmasculinidades no Brasil* (Pfeil *et al.*, 2023) expõe constantes violências no ambiente educacional, demonstrando que, dentre 406 respostas recebidas, 50 (12,3%) afirmaram ter interrompido os estudos por sofrerem violência transfóbica, e 4 (1%) relataram ter sido expulsos por serem trans. Outros dados expõem as violências institucionais: 209 (51,5%) denunciaram desrespeito ao nome social; 164 (40,4%), sofreram violência ao utilizar o banheiro; 141 (34,7%) foram violentadas por docentes; 101 (24,9%) violência relacionadas aos conteúdos didáticos; e 173 (42,6%), por parte de outros estudantes cis, entre outras violências institucionais praticadas por integrantes do corpo pedagógico, prestadores de serviços e demais profissionais (Pfeil *et al.*, 2023).

Dentro desse contexto acadêmico, a pesquisa destaca a importância de aprofundar as discussões sobre a interseccionalidade entre gênero, raça, etnia, classe e território, além de ressaltar a relevância das travestis como agentes produtoras de conhecimento e protagonistas de sua própria história. No que se refere ao âmbito social, é essencial que as políticas sociais desempenhem um papel fundamental, como no enfrentamento à transfobia nas escolas e na implementação das Cotas Trans, com o objetivo de não apenas combater a evasão escolar, mas também de garantir a preservação de suas vidas, promovendo uma cidadania equitativa e plena a partir desses espaços.

¹⁸ No recorte entre pessoas Trans, 93% não se sentem protegidas/es/os nas unidade educacional, sendo que 47% vivenciaram essa sensação no ambiente escolar em todos os períodos anteriores (Oliveira, Cavallin, 2025).

Encontramos no Brasil, até o mês de novembro de 2025, 39 universidades federais e estaduais que possuem acesso por meio de Cotas Trans na graduação, sendo 14 delas localizadas na região Sudeste (Benevides; Alves, 2025), e uma tentativa de anulação¹⁹ das cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de excluir o acesso para 30 pessoas trans e travestis que adentraram por essa política. Apontando que os direitos caminham com a força dos movimentos sociais, mas não estão sendo efetivados²⁰, muito menos garantidos (Nicolau, 2025).

Sob essa ótica, compreende-se que a sociedade civil não se constitui como uma instância autônoma ou exterior ao Estado, mas como um de seus prolongamentos, onde interesses coletivos se organizam e se expressam politicamente (Nogueira, 2005). Nessa inter-relação, torna-se evidente uma perspectiva anatomopolítica²¹ — o poder manifestando-se por meio da normatização dos corpos — para analisar como o controle sobre corpos trans e travestis é exercido por normas sociais, culturais e institucionais, regulando suas presenças nos espaços públicos e privados. Nesse contexto, a construção das identidades trans e travestis se dá em meio a dispositivos de exclusão e normatização que historicamente marcaram corpos dissidentes, conforme apontado por Giddens (1993), ao tratar da separação entre o “abjeto” e o sujeito socialmente reconhecido. Assim, a luta transfeminista reinscreve os conceitos de participação, cidadania e sociedade civil como práticas de resistência frente às estruturas de opressão.

O ponto focal da análise está nos mecanismos e tecnologias sociais²² de sobrevivência mobilizados pelo transfeminismo, que se manifestam nos afetos, nas resistências e nos deslocamentos cotidianos — seja na fala, no grito, na arte ou na construção coletiva trans e travestis. Partindo do pressuposto de que toda forma de fazer movimento é uma expressão da reafirmação da identidade (Facchini, 2012), a pesquisa examina como a participação nessas estratégias, impulsionada pela ação de sujeitos ativos da sociedade civil, contribui positivamente para a democracia brasileira.

¹⁹ O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) suspendeu a decisão que anulava a política de cotas para pessoas transgênero: “A Justiça entendeu, em 2ª instância, que os estudantes já matriculados e em atividade na universidade enfrentariam ‘extremo prejuízo’ com a suspensão.” (Lamas, 2025, n.p.).

²⁰ Levantamento realizado pela GLOBO, mostra que 4 de 6 instituições federais com ações afirmativas para pessoas trans ocupam menos da metade (34%) das vagas ofertadas para inclusão (Barbosa, Alfano, 2025).

²¹ “Quanto mais política houver, ou quanto mais politizada for uma comunidade, maiores chances existirão de que desejos, paixões e pulsões entrem em cena, sejam respeitados e produzam decisões que interessem a todos e vinculem a todos. Isso quer dizer que a política promove mediações e totaliza, possibilitando que uma comunidade se reconheça a si mesma e vivencie a mudança como processo relativamente ordenado.” (Nogueira, 2005, p. 63).

²² “Não esperamos permissão para estar nesses espaços — nos apropriamos dessas tecnologias e as TRANSformamos em algo melhor: mais acessível, mais justo e mais alinhado com as nossas realidades.” (Souza, 2025, n.p.).

2.1 Caminhos Metodológicos

O método da pesquisa ancorou-se em uma abordagem qualitativa exploratória, com foco na escuta sensível, situada e interseccional, voltada à compreensão das experiências de pessoas trans e travestis em Campos dos Goytacazes (RJ). A abordagem metodológica esteve comprometida com uma produção de conhecimento que reconhece os afetos, os deslocamentos e as estratégias de sobrevivência como práticas de resistência frente às violências e exclusões sistemáticas no acesso às políticas sociais.

A pesquisa pautou-se em uma inspiração etnográfica, fundamentada na construção de relações de confiança, na troca e na descrição contextualizada das experiências e dos significados produzidos pelas/es/os sujeitas/es/os, compreendendo o processo investigativo como uma passagem de olhares cruzados para olhares compartilhados entre a pesquisadora e les participantes da pesquisa (Laplantine, 2000). Foram empregadas diferentes estratégias metodológicas como a observação participante, o uso de diários de campo, entrevistas semiestruturadas, análises das entrevistas e uma revisão extensa da literatura sobre o tema, sendo feita uma revisão sistemática relacionada ao tema através de livros, artigos científicos, teses, dissertações, jornais, entrevistas, letras de músicas, imagens e artes. Essas estratégias possibilitaram uma compreensão mais rica e detalhada das subjetividades e experiências das pessoas trans e travestis no acesso às Políticas Sociais, vivências com a assistência social, por entre o acesso e suas resistências nas áreas da saúde, do trabalho e da educação, nos contextos da cidade e da periferia de Campos dos Goytacazes (RJ).

As estratégias da pesquisa foram realizadas por meio de cinco entrevistas semiestruturadas, com questões previamente elaboradas e flexíveis ao diálogo com les participantes (Alves, 1992), que se identificam e se autodeclaram como travestis, mulheres trans, homens trans, transmasculinos e/ou pessoas não-binárias em suas interseccionalidades. Conforme destacam Florêncio e Abib (2022, p. 115): “Aqui, deve-se ressaltar a sensibilidade, a atenção e a perspicácia do pesquisador em manter o foco, mas sem perder nuances importantes para o enriquecimento do trabalho de pesquisa.”

Para a seleção das/des/dos participantes, utilizou-se a técnica de amostragem “bola de neve” (*snowball sampling*), amplamente empregada em pesquisas com populações de difícil acesso, como as que sofrem com estigmatização sociais, e/ou pertencem a grupos sociais vulneráveis ou impenetráveis, resultando em uma rede de participantes indicada e facilitada por um informante-chave (Atkinson & Flint, 2001).

A partir da análise e aprovação final do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 92563125.5.0000.8160), a pesquisa teve sua coleta de dados realizada no Centro de Cidadania

LGBTI+ do Norte Fluminense, oferecendo segurança e privacidade. Como medida de proteção ética, a instituição contava com serviços de acompanhamento psicológico e social para eventual encaminhamento em situações de desconforto emocional.

As entrevistas foram conduzidas a partir de uma conversa planejada, orientada por um roteiro (Apêndice 1), com questões voltadas a temas como acesso a direitos, vivências e experiências com o acesso às políticas sociais, relações com as instituições públicas, deslocamento no cotidiano, vivências de violência, articulações de resistência, construção coletiva e afeto nos movimentos sociais (Facchini, 2012).

A análise foi orientada pela condição do discurso, questionando o olhar-posicionado que situa a ciência em um único lugar de fala (Jesus, 2014). Nessa perspectiva, abriu-se espaço para outras “epistemès”, constituídas por saberes-poderes estabelecidos que se encruzilham com diferentes conhecimentos, tempos e localidades (Foucault, 1966, apud Jesus, 2014). O diálogo estabeleceu-se por meio de transepistemologias — trans, travestis e não-binárias (York; de Oliveira; Benevides, 2020) — demonstrando os modos como os discursos operam na constituição desses sujeitos e das suas exclusões, bem como nas formas de re-existência que se deslocam entre as margens e o centro.

Os procedimentos envolveram a transcrição das entrevistas, com nomes das/es/os interlocutories da pesquisa substituídos por identificações fictícias e mantidos em sigilo. A análise considerou suas interseccionalidades de gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, territorialidade e outras (Collins; Bilge, 2020). O compromisso ético da pesquisa inclui o respeito à todas/es/os que aceitaram participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice 2), a garantia da confidencialidade e o cuidado com os possíveis efeitos da exposição de suas vivências, principalmente em contextos marcados por violência estrutural e institucional. Embora a pesquisa apresentasse riscos mínimos, considerou-se a possibilidade de fadiga ou desconforto emocional durante a participação.

Como complemento à pesquisa, adotou-se a metodologia da hipermídia etnográfica (Ribeiro, 2005), fundamentada na antropologia visual e voltada à construção de uma abordagem mais holística para a compreensão das experiências culturais trans e travestis. A hipermídia²³ mostrou potencial de ultrapassar o simples ato de descrever uma cultura,

²³ “(...) é uma forma de criar todo o tipo de ligações múltiplas entre dados e interpretação, múltiplos intertextos, decorrentes de múltiplas vivências, qualidades perceptivas, perspectivas de observação e análise, de confronto entre os dados e a teoria, ou mesmo a seleção e utilização dos *media* que se vão incorporando à investigação e à relação com o terreno, os pares, a comunidade científica, as instituições.” (Ribeiro, 2005, p. 631).

permitindo acessar o núcleo da experiência cultural em si (Ribeiro, 2005). Trata-se de um processo em que a utilização da hipermídia em estudos e análises antropológicas possibilitou não apenas a construção e organização da investigação, mas também a interpretação, de forma múltipla e interativa, das informações etnográficas, ampliando as possibilidades de compreensão (Anderson, 1999 apud Ribeiro, 2005). Essa metodologia envolveu a coleta de um acervo documental diversificado, composto por artes, poesias, desenhos, fotografias, jornais, letras de músicas, hiperlinks, devidamente referenciados, com o objetivo de selecionar e apresentar a evolução dos acontecimentos ao longo do texto, contribuindo para compreensão das conquistas de direitos, da construção de cidadania e das demandas de políticas sociais para pessoas trans e travestis.

Os trabalhos que fundamentaram esta metodologia incluíram autoras/ies/es — com preferência por produções de pessoas trans e travestis — articulando contribuições do transfeminismo, das transepistemologias, das epistemologias travestis, da política, do movimento social e dos estudos sobre colonialidade: Leticia Nascimento (2021), Berenice Bento (2017), Jaqueline Gomes de Jesus (2014), João W. Nery (1984), Paul B. Preciado (2018), Bruno Pfeil (2023), Leda Maria Martins (2021), Audre Lorde (2023), Michel Foucault (1988), Guilherme de Almeida (2012), Donna Haraway (2023), Glória Anzaldúa (2020), Antônio Bispo dos Santos (2023), Céu Cavalcanti (2018), Maria Clara Araújo (2022), Amara Moira (2017), Nancy Fraser (2006), Patricia Hill Collins (2016), Sara Wagner York (2025), Jota Mombaça (2023), Susan Stryker (2021), Viviane Vergueiro (2016), Okara Yby (2023), entre outras/es/os. Essas produções ofereceram suporte teórico para pensar os corpos trans e travestis como corpos-discursos, corpos-territórios e corpos-em-deslocamento, em constante disputa por reconhecimento, cidadania e direito à existência.

A elaboração da metodologia buscou valorizar os saberes situados (Haraway, 2023) e as epistemologias construídas desde os corpos à territórios que vivenciam exclusões. Para isso, foram consideradas tanto as experiências individuais quanto às práticas coletivas de organização (Facchini, 2012), especialmente em diálogo com dados referentes ao atendimento de usuáries trans e travestis maiores de 18 anos nas políticas sociais de Campos dos Goytacazes (RJ), incluindo informações socioeconômicas, de violência e de sofrimento psíquico da população trans, elaborados pelo Centro de Cidadania LGBTI+ Norte Fluminense entre janeiro a setembro do ano de 2025.

Uma das metodologias adotadas para a produção da escrita foi a autoetnografia ou escrevivência trans²⁴ (Dias, 2020), constituídas a partir dos diários de campo da autora e de

²⁴ “Escrevivências trans, como descrito por Jaqueline, e pelas/os/es demais autores/as da obra e outras tantas

análises críticas, sustentando-se politicamente em perspectivas trans e travestis para discutir sobre diversidades corporais, culturais e de gênero. Essa abordagem legitimou vozes diversas como produtoras de conhecimento crítico, possibilitando questionar e criticar a cis-heteronormatividade, e ressaltar demandas políticas historicamente marginalizadas, contribuindo para promoção de uma rede de saberes, recursos e afetos (Vergueiro, 2016). Através desse espaço de produção epistemológica e da participação da autora travesti em ativismos pela construção coletiva de cidadania, sua presença na academia e em debates relacionados à identidades de gênero, possibilitou articular as bibliografias, memórias pessoais e experiências coletivas. Confiando na autoetnografia ou escrevivência trans para produção deste projeto como um aparato histórico, significativo e amplamente utilizado para escrita por pessoas trans e travestis intelectuais na produção científica (Vergueiro, 2016).

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. [...] Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (Anzaldúa, 2000, p. 232).

A dissertação estrutura-se em três seções, findando com suas circularidades. A primeira seção versa sobre o transfeminismo e as transepistemologias que confluem com outros saberes incorporados (Martins, 2021) na história do povo brasileiro, evidenciando as capacidades de ser e as diversas culturas que se formam a partir de cada identidade trans, travestis e não-binárias, em suas múltiplas corporalidades e interseccionalidades. A segunda seção aborda a necropolítica (Mbembe, 2020) atravessada pelo apocalipse de nossas trajetórias — nas barreiras, quebras, estilhaços e nos extremos do abandono do Estado —, sobretudo nas experiências de pessoas trans e negras, e suas vivências nos acessos às instituições de assistência social, saúde, relações de direitos, cuidados, e expansão mútua de tecnologias sociais, de gênero e sobrevivência em um mundo que impõe a beira do precipício e o abismo às nossas singularidades monstruosas. Ao encerrar, a terceira seção relata, por meio das entrevistas realizadas com pessoas trans, nossas realidades nos encontros do cotidiano com a vida, com as redes de cuidado — que buscam suprir a negligência do Estado —, e com os saberes culturais incorporados, que, de forma pedagógica e por intermédio de muitos enfrentamentos ao longo dos acessos e caminhos, penetram as fissuras criadas nas paredes desse “cistema” determinado, ano após ano, a nos matar.

pessoas que escrevem sobre narrativas, correspondem a reflexões e histórias de vidas trans que não só se constroem em resistência aos discursos cisgêneros, heteronormativos e racializados, mas evocam transformações políticas”. (Dias, 2020, p. 331).

3 SEÇÃO I: TRANSFEMINISMO COMO EPISTEMOLOGIA DA RESISTÊNCIA

Ao iniciar esta seção, demarco meu lugar e me reconheço enquanto uma travesti branca, o que me implica privilégios ao longo de minhas vivências e também limites no alcance de minhas análises, sobretudo no que diz respeito às experiências de pessoas trans e travestis negras, indígenas e racializadas, cujas experiências aqui não pretendo universalizar, nem substituir. O percurso metodológico se constrói no tensionamento entre minha implicação subjetiva e os aportes críticos de autoras/ies/es e coletivos trans e travestis, dissidentes, dando prioridade a escutas e narrativas que evidenciam a pluralidade e a complexidade de nossos modos de existências.

Leda Maria Martins (2021) nos provoca a pensar na metáfora para a primeira base de nossa sessão, a partir de um grão transfeminista, que se funda aqui nas palavras de uma travesti como pedra, endurecida por meio da brutalidade dos trânsitos — “A fúria e a agonia condensadas foram tornadas pedra, pedra quente, pedra de lava. Despedaçadas pela grande velocidade das idas e vindas de dados e luzes na tela.” (Mombaça, 2023, p. 15) —, em virtude da perspectiva de um tempo espiralar, não-linear, não formativo, e de seus movimentos, que se fundam neste tempo e se inscrevem como temporalidade por saberes e conhecimentos culturais incorporados, de diversas naturezas, e por ações imperceptíveis no contexto do cotidiano brasileiro²⁵.

Como todas as neuroses, a minha está fincada no problema da metáfora, isto é, no problema da relação entre corpos e linguagem. Por exemplo, o imaginário dos campos de força dos movimentos no mundo totalmente textualizado e codificado é a matriz para muitos argumentos sobre a realidade socialmente negociada para o sujeito pós-moderno. (Haraway, 2023, p. 323-324).

Os conhecimentos culturais revelam saberes de diferentes naturezas — filosófica, estética, técnica, entre outras — que se manifestam tanto nos grandes eventos socioculturais quanto nos gestos mínimos e quase invisíveis do cotidiano (Martins, 2021). Em cada ação, projetamos aquilo que nos constitui: nossas pulsões, nossas formações e os vínculos que nos inserem em grupos, coletividades, culturas e sociedades. Assim, o conhecimento vivido e compartilhado não apenas orienta práticas, mas também forja atitudes e disposições que se perpetuam no tempo.

²⁵ “O Brasil, essa ficção colonizada e recolonial, submissa ao imperialismo e imperialista, dominada e dominante, nunca serviu de fato ao propósito das lutas contínuas por liberação do território e dos corpos subjugados em sua construção.” (Mombaça, 2023, p. 16).

Principalmente, por meio do que se instituiu por via das corporeidades e de suas ancestralidades²⁶: nós, que nos espalhamos pela história do mundo e devemos ser lembradas — Travestis, Hijras, Wakashus, Dois-Espíritos, Berdaches, e tantas/es/os outras/es/os mais (De Oliveira, 2025). Para Audre Lorde (2023), entrar em contato com nossa ancestralidade, com uma consciência não-europeia resulta no verdadeiro conhecimento, criando atitudes duradouras.

A nossa linguagem, segundo Leda Maria Martins (2021), é constituída pelo corpo vivo, provida e formada por culturas e sociedades africanas, de onde provinha os povos sequestrados para a América, por meio dos quais em suas transcrições se infiltraram como signo da nossa formação cultural: “(...) que têm como princípio básico do corpo não o repouso, como em Aristóteles, mas sim, o movimento.” (Martins, 2021, p. 23). De um corpo lutando por sua sobrevivência, vibrando apesar das barreiras, sobrevivendo o atestado de óbito do que se foi (Bosi, 1990, apud Martins, 2021, p. 26) — convulsões do corpo, do corpo contra ele mesmo, e do corpo contra o texto (Mombaça, 2023).

Assim também a imagem do rio cuja contemplação e acesso não poderia repetir-se, pois o rio fluiria sempre em uma mesma e sequencial direção, sem possibilidade do retrocesso, pois o rio não seria o mesmo assim como mesma não seria a pessoa, no instante já que se arrasta para o futuro, em um contínuo fluxo acelerado, não acumulativo e irreversível (Martins, 2021, p. 26).

Em confluências, movendo-nos para o compartilhamento, reconhecimento e respeito (Bispo dos Santos, 2023), bordando teorias que se sustentam e ajudam a compor coletivamente a epistemologia transfeminista, percorrendo literaturas, pesquisas, artes, teorias e práticas decoloniais e contracoloniais de pessoas trans e travestis, e cis²⁷ (não trans), a exemplo do feminismo negro — saudando as que vieram antes e deram respaldo para constituição do transfeminismo. Em concordância com Donna Haraway (2023), o nosso argumento deve ser elaborado a favor de conhecimentos situados e corporificados contra todas as formas de conhecimentos não localizáveis e irresponsáveis. “Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece.” (Bispo dos Santos, 2023, p. 15).

²⁶ “A reverência e respeito pela ancestralidade é a confirmação dos modos de vida de nossos ancestrais, a aderência e reconhecimento das estratégias, conhecimentos e estruturas morais que desenvolveram para sobreviver até aqui; e o compromisso de dar continuidade a este legado.” (Barbosa, 2022, n.p.).

²⁷ “(...) ‘cis’ surge apenas setenta anos após o termo que lhe faz oposição, ‘trans’, este na década de vinte, aquele quase que na virada para o século XXI, e é compreensível a demora. Poucos são os registros sobreviventes de pessoas que, no passado remoto, reivindicaram uma existência outra que não a predita por seu genital.” (Moir, 2017, p. 365).

Ao longo desta seção, percorremos três movimentos centrais que estruturam nossa reflexão: primeiro, o transfeminismo como epistemologia da resistência, questionando as bases coloniais e cis-heteropatriarcais do saber; em seguida, as travestilidades em suas encruzilhadas políticas, marcadas por deslocamentos, memórias e afetos; e, por fim, a monstruosidade como gesto criativo que reivindica corpos dissidentes como arquivos vivos e potências de invenção.

Referenciando autoras/ies/es relevantes para produções trans e travestis, como Paul B. Preciado (2019; 2020; 2022), Jota Mombaça (2023), Megg Rayara de Oliveira (2025), Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Letícia Nascimento (2021), Leda Maria Martins (2021), Foucault (2019; 1988), Bruno Pfeil (2021), Amara Moira (2017), Audre Lorde (2023), Okara Yby (2023), Hailey Kaas (2015), Guilherme Almeida (2012) e outros.

3.1 Fissuras na ordem do gênero: o corpo como arquivo em disputa

Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele. (Mombaça, 2023, p. 28).

Figura 7 - Venus Santana - “Trava Deusa, Deusa Trava”, 2019.



Fonte: Venus Santana (2019).

Conecto-me ao pensamento da intelectual Jaqueline Gomes de Jesus (2014) — primeira mulher trans a receber o Diploma Bertha Lutz —, através do livro *Transfeminismo: teoria & práticas* (2014), que introduz amplamente o transfeminismo no Brasil e se transporta da epistemologia criada pela branquitude: colonial e eurocêntrica — imaginada e reverenciada religiosamente por um comportamento marcado através de uma herança judaico-cristã. Esta, vai perpassar uma suposta imparcialidade na objetividade de nossas práxis científicas e vai

tentar a todo custo se perpetuar pela sua dominação, definindo o que é e o que não é aceitável dentro de um campo científico no campo das teorias e práticas (Jesus, 2014). Ao ingressar na universidade, percebi a herança acadêmica colonial e o esforço de me submeter não só a minha escrita e a minha voz, mas a minha identidade travesti aos moldes coloniais. Quando escrevo, me percebo costurando as minhas marcas pessoais com os textos teóricos, recusando a neutralidade que tanto nos é exigida.

Berenice Bento (2017, p. 48) afirma:

Construir conceitos referenciados na binaridade e universalidade produz uma violência epistemológica sutil, porque contribui para reproduzir invisibilidades. O que sobrava desse esquema analítico e político? Os seres abjetos.

Sendo assim, as contribuições das relações interseccionais (Collins; Bilge, 2020), que podem afetar todos os aspectos sociais, devem ser usadas como ferramenta analítica: “O uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou poucos espaços para os complexos problemas sociais que elas enfrentavam.” (Collins; Bilge, 2020, p. 19). Para Jesus (2014, p. 4), “Há outros sujeitos de fala, igualmente dignos, mesmo que dominem códigos diferentes, e que tenham propósitos diversos.”

Há, também, condições de discursos e pensamentos sociais se configurando por um saber-poder estabelecido pelo sistema vigente na história, os quais interagem com epistemes em diferentes tempos, constituindo a sua própria ciência (Jesus, 2014). O transfeminismo, com foco na realidade brasileira, está em construção e prolifera-se pela internet, blogs e redes sociais, e vem se formulando por uma rede de pensamentos que rediscute a “subordinação morfológica do gênero”²⁸ ao sexo, e que fornece justificativa para opressão sobre corpos que não servem à norma binária: “homem/pênis” e “mulher/vagina” (Jesus, 2014). De acordo com Okara Yby (2023), em *Transculturalidade indígena*²⁹:

A forma como o poder se organizou desde o período colonial, o capitalismo decorrente disso, a forma como a economia funciona, tem relações com a colonialidade do poder. A colonialidade do saber, que existe entrelaçada com a colonialidade do poder, seria o processo de controle dos saberes que vem da colonização, em que o saber eurocêntrico prevalece e os demais são rejeitados, até exterminados. E não apenas os saberes originários vão sendo exterminados, mas como os saberes brancos vão sendo impostos a esses povos. (Yby, 2023, p. 21).

Foucault (1988) manifesta, no livro *História da Sexualidade: I a vontade de saber*, o poder que sempre atuou de forma negativa sobre o sexo: “Seus efeitos tomam a forma geral

²⁸ “Com as pessoas trans, no entanto, é diferente. Seus corpos apresentam diferenças insuportáveis para um contexto marcado pela hegemonia dos discursos que definem os sujeitos por suas genitálias. Os corpos trans seriam a própria materialidade da impossibilidade de assimilação.” (Bento, 2017, p. 59).

²⁹ Para conhecer mais sobre as vivências de jovens trans indígenas assista o documentário “RETOMADA”: <https://www.youtube.com/watch?v=vlZzPTyZWJk&feature=youtu.be>. (Souza, 2023).

do limite e da lacuna.” (1988, p. 81), e este é reduzido a um regime binário — corpo-alma, carne-espírito, instinto-razão, pulsões-consciência — do que é lícito e do que é proibido: o “domínio do poder”. Fixando-o sobre o sexo através da linguagem, pelo ato do discurso que fundaria nele um “estado de direito”, estabelecendo-se regras: “não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo.” (Foucault, 1988, p. 81). Vive-se numa sociedade em que seus mecanismos de poder são tão sutis e delicados, além de numerosos e implementados com instrumentos eficazes, induzindo continuamente os estados de poder “localizados” e “instáveis” (Foucault, 2019).

O transfeminismo, importado de outros movimentos, surge para emancipação e autonomia de pessoas trans em um contexto mundial que tem pretensão de manter essas pessoas à margem (Kaas, 2015). Abrangendo homens trans, mulheres trans, travestis, pessoas transmasculinas e não-binárias, alcançando também pessoas cis (pessoas não trans), mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas, casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes, entre outras/es/os sujeitas/es/os (Jesus, 2014). “Todos os seres humanos nascem com um sexo biológico/ uma conformação genital e se tornam alguém de um gênero que corresponde ou não às expectativas sobre esse sexo/conformação genital.” (Jesus, 2014, p. 8).

O transfeminismo se destaca mediante a necessidade da auto-organização e emancipação de pessoas trans e travestis que ocupam espaços escassos nas políticas LGBTQIAPN+ — as quais privilegiaram lutas em prol de pautas exclusivas de identidades gay-lésbicas e configuraram na perda de direitos da população trans (Kaas, 2015). O feminismo, por já transmitir formas de emancipação e empoderamento das mulheres como sujeitas de suas políticas, mostrava-se útil para luta, porém dirige-se a algumas correntes que recusam pessoas trans e travestis de seus círculos, partindo de uma segregação bioessencialista, apática e transfóbica (Kaas, 2015). Amplamente criticado pelo feminismo negro e pelo transfeminismo, que observaram a vaidade de unificar a ideia de que, para ser mulher, você deve seguir um padrão normativo: branca, cis-heterossexual e pelo menos de classe média (Kaas, 2015).

O discurso universalista só é eficaz quando diferentes sujeitas/es/os de fala tem o mesmo poder. Em embates cotidianos, qualquer grupo discriminado busca por reconhecimento social ou político de suas particularidades e demandas de políticas afirmativas para inclusão e autonomia (Jesus, 2014). O transfeminismo combate formas de hierarquizações de opressões que subalternizam pessoas trans e cis, com herança de sua

relação teórica no feminismo negro, como forma de criar, para além de conceber as coisas como elas são (Jesus, 2014). De acordo com Paul B. Preciado (2020), a marca da identidade de gênero³⁰ revela não poder nomear sua configuração identitária como universal: “A subjetividade e a sociedade são constituídas de uma multiplicidade de forças heterogêneas, irreduzíveis a uma única identidade, a uma única língua, a uma única cultura (...)” (Preciado, 2020, p. 39).

O tecido cultural brasileiro funda-se por processos de cruzamentos transnacionais, multiétnicos e multi linguísticos, dos quais variadas formações vernaculares emergem, algumas vestindo novas faces, outras mimetizando, com sutis diferenças, antigos estilos. (Martins, 2021, p. 50).

Patricia Hill Collins (2016), em *Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro***, traz elementos centrais para formulação de epistemologias transfeministas, utilizando o termo “outsider within” — forasteiras de dentro — para demarcar estudiosas feministas negras que pertencem a vários grupos intelectuais da margem, enriquecendo o discurso sociológico contemporâneo com a potencial utilidade de se identificar com a sua própria produção ao conduzir uma pesquisa.

(...) ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos. (hooks, 1984: vii, apud Collins, 2016, p. 100).

A autodefinição desafia o processo de validação do conhecimento político, e a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras — movimentos que valorizam sua assertividade e outras qualidades ditas como “não femininas” para atribuir à condição feminina afro-americana. Esse processo desafia o controle externo pré-definido de suas imagens que, historicamente, vem imputando dano potencial à sua autoestima, requerendo delas uma força interior considerável para resistir à esses ataques (Collins, 2016). Outra contribuição do feminismo negro é a abordagem entre múltiplos sistemas como objeto de estudo, desenvolvendo interpretações teóricas de suas próprias interações e ajudando-as a verem circunstâncias que modelam opressões de raça, classe e gênero. Estas presentes nas instituições sociais, como igreja e família, na expressão da arte, na música, na dança, em atividades econômicas, políticas e na pesquisa acadêmica (Collins, 2016).

³⁰ “Gênero é algo que aprende a ser, a partir das percepções das construções que existem. Sexo é biológico e performativo por ser binário (masculino e feminino), uma vez que esse binarismo ignora pessoas que não fluam nessa regra, como os indivíduos intersexuados. Gênero é um modelo de que não se tem o original, porque todos são cópias de um anterior inquestionável até então, como nos diz Butler em suas colocações, a cópia, da cópia da cópia.” (York, 2017, p. 114).

Na medida em que aprendemos a suportar a intimidade da investigação e a florescer dentro dela, na medida em que aprendemos a usar o resultado dessa investigação para dar poder à nossa vida, os medos que dominam nossa existência e moldam nossos silêncios começam a perder seu controle sobre nós. (Lorde, 2023, p. 45).

Collins e Bilge (2020) relatam os “jogos de poder” elaborados por um “domínio estrutural” do poder, referindo-se às estruturas fundamentais das instituições sociais como mercado de trabalho, moradia, educação e saúde. As “estruturas de gênero”, que promovem um acúmulo de vantagens e desvantagens baseadas no gênero, e o “domínio cultural do poder”, que estabelece a importância das ideias e da cultura nas organizações das relações de poder, reforçam narrativas culturais sobre capitalismo e nacionalismo (mito cultural): “(...) achamos que estamos jogando em igualdade de condições quando na verdade não estamos.” (Collins; Bilge, 2020, p. 26).

Silvana de Souza Nascimento (2022), no artigo *Epistemologias Transfeministas Negras*, observa que para o transfeminismo do século XXI, deve-se considerar radicalizar a desnaturalização para legitimar políticas de diversas formas de mulheridade e feminilidades, que apesar de possuírem o direito, não foram designadas no “sexo feminino” ao nascerem. Não com o ideal de se tornarem mulheres, mas sim serem reconhecidas como sujeitas políticas para os feminismos:

No Brasil, travestis e mulheres trans, muitas delas negras, em movimentos organizados e, nos últimos anos, inseridas cada vez mais em espaços universitários e pesquisas acadêmicas, passaram a dar visibilidade a uma perspectiva transfeminista para denunciar os violentos efeitos das transfobia, do racismo, do sexismo e do heteropatriarcado na vida de pessoas transfemininas e, além disso, para destacar a centralidade das construções e desconstruções de gênero em corpos trans que não foram designadas (pelos poderes médicos) como femininas ao nascer e assumiram suas identidades para além dos determinismos binários. Em outras palavras, desvelaram, por meio da materialidade de seus corpos transicionados, modificados, transformados, montados, hormonizados, múltiplas possibilidades de experimentar formas de mulheridade e feminilidade possíveis, atravessadas por marcadores sociais da diferença (Brah, 2006), como raça, etnia, geração, região, nacionalidade, entre outros. Nesse sentido, criaram a própria corrente feminista para ter suas vozes ouvidas e reconhecidas. (Nascimento, 2022, p. 550).

Através do discurso de patologização, onde médicos³¹ eram vistos como salvadores e reprodutores de opressões de gênero e dominação, pessoas trans se viam obrigadas a reproduzir e acatar tutelas para conseguirem realizar intervenções corporais em suas afirmações de gênero. Em contrapartida, criaram conhecimentos culturais das pistas³², do

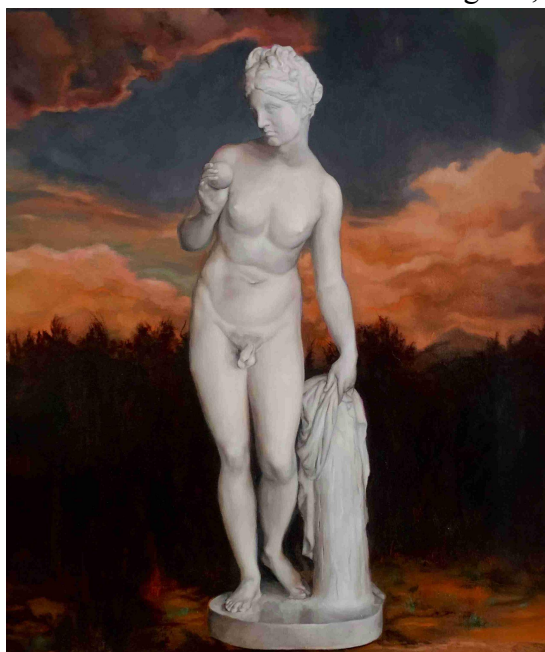
³¹ “É um mistério a origem do argumento que condiciona o acesso ao cuidado integral da saúde das pessoas trans ao parecer médico-psiquiátrico de transtorno de gênero. Esse terrorismo discursivo precisa ser radicalmente combatido. Ao nos rendermos a ele, estaremos alimentando *ad infinitum* a máquina produtora dos normais e dos anormais de gênero.” (Bento, 2017, p. 92).

³² “A ‘pista’ é um espaço muito intenso de socialização das travestis e de ‘muitas gays’ que também circulam por ali, mesmo que o objetivo não seja a realização de programas, mas apenas contar algum bafão, fazer pegação, ou

pajubá e da produção acadêmica (Nascimento, 2022). Segundo Collins e Bilge (2020), o domínio disciplinar do poder elaborado por “discursos médicos” determinam aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, gênero, classe, sexualidade, deficiência, criando canais para o sucesso ou marginalização, incentivando, treinando ou coagindo as pessoas a seguir caminhos estritamente regulados pelas “instâncias de controle bioquímico” (Mombaça, 2023).

“Dos genitais amputados de Urano nasceu Afrodite, a deusa do amor... o que poderia sugerir que o amor vem da desconexão entre os órgãos genitais e o corpo, do deslocamento e da exteriorização da força genital.” (Preciado, 2020, p. 23).

Figura 8 - Tina Thix - “A mulher mitológica”, 2024.



Fonte: Prêmio Pipa (2025).

A epistemologia da diferença sexual vai se fundar na binariedade, onde só existem duas opções: masculino e feminino (Preciado, 2020). A homossexualidade, a heterossexualidade, a intersexualidade e a transexualidade³³ não vão existir para além de uma epistemologia colonial e capitalista que busca privilegiar práticas sexuais reprodutivas para gerir a população, força de trabalho, e reprodução da população consumidora (Preciado, 2020). “O corpo e a sexualidade ocupam na atual mutação industrial, o lugar que a fábrica ocupou no século XIX.” (Preciado, 2020, p. 39).

simplesmente passar em direção à casa ou trabalho. Nesse espaço, entrecortado pelo dinamismo, as trocas são permanentes, e realizadas em vários níveis e sentidos.” (dos Santos, 2015, p. 114).

³³ “A transexualidade é a condição em que o gênero de uma pessoa (aquele percebido por ela) não corresponde com o que lhe foi designado ao nascer com base em sua genitália.” (York, 2017, p. 122).

A migração e a mudança de sexo, são práticas de transição que questionam a arquitetura política e jurídica do colonialismo patriarcal, do Estado-nação, colocando o corpo humano no limite da cidadania e do que entendemos por humanidade (Preciado, 2020). Quando se é possível atravessar e redesenhar os limites do que é e será um corpo humano vivo, um novo mapa para uma nova sociedade se forma, com outras formas de percepção de produção e reprodução da vida (Preciado, 2020).

Haraway (2023), no livro *A Reinvenção da Natureza*, nomeia de “reducionismo”, o ato de se impor uma língua como padrão para todas as traduções e conversões, sendo indispensável trocar as metáforas³⁴. Confiando metaforicamente em um sistema sensorial: a visão, que pode ser bem utilizada para evitar o binarismo. Um olhar para além do homem cis branco tensiona uma doutrina de objetividade corporificada que tem sido aperfeiçada na história da ciência pelo militarismo, capitalismo, colonialismo e a supremacia masculina — “E, como truque divino, esse olho fode com o mundo para criar tecnomonstros.” (Haraway, 2023, p. 330) —, transformando a visão em um desejo desregulado (Haraway, 2023).

De acordo com Haraway (2023, p. 332):

Todas as narrativas culturais ocidentais sobre a objetividade são alegorias das ideologias das relações entre o que chamamos de mente e corpo, distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência no feminismo. (...) (...) Dessa forma, devemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.

Na percepção de Guilherme Almeida (2012), acerca da construção de identidades transmasculinas em *'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?*, é que estas se constituem mais pela suposição da adesão aos signos corporais do que aos comportamentos sociais que constituem a norma da masculinidade, trazendo em si diferenças em função de seus marcadores sociais, como classe social, raça/cor, orientação sexual, geração, território, entre outros. É significativo observar a constituição dos signos corporais das experiências coletivas. Segundo Almeida (2012, p. 515), é possível identificar que a maioria das pessoas “(...) enfrentam dificuldades em função da predominância do binarismo de gênero e da matriz heterossexual na maioria das culturas”, porém estas dificuldades vão acontecer com diferentes naturezas e dispositivos de enfrentamento.

Conforme Milanski, Pfeil, e Albuquerque (2024), a autodeterminação de pessoas transmaculinas e a nomeação das violências que sofrem devem ser consideradas, mediante os obstáculos dos movimentos cisfeministas e transfeministas que vêm repreendendo suas

³⁴ “Metáforas, sempre metáforas. Aquilo que cruza, que transpassa, que atravessa e aquilo que permanece sempre dum mesmo lado, que margeia, que não cruza, que deixa de cruzar, tudo em função duma dada linha.” (Moirá, 2017, p. 365).

narrativas, atribuindo-os aos caracteres opressivos de uma masculinidade cis-hegemônica colonial: “Ao nos referirmos aos feminismos, devemos tomar cuidado para não os universalizarmos tal como criticamos a universalização das masculinidades.” (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024, p. 122).

Quando pessoas transmasculinas procuram serem ouvidas socialmente, busca-se enquadrá-los à imagem do homem branco, cisgênero, heterossexual e normativo, indicando uma centralidade dos discursos feministas na cisgeneridade (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024). Segundo Milanski, Pfeil e Albuquerque (2024), o transfeminismo surge nos meados dos anos 2000, tardando em não contemplar demandas transmasculinas, principalmente quando buscam informar as violências que acometem seus corpos pelo “cistema” patriarcal. Quando os feminismos latino-americanos observam as intersecções entre gênero, raça e classe nos territórios colonizados, ultrapassasse a barreira branca, burguesa do feminismo liberal, marcando os movimentos sociais que provêm da multiplicidade do nosso continente (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024).

Quando apontamos para a presença de pessoas transmasculinas em espaços feministas ao longo da emergência dos feminismos, como já contextualizado, somos acusados de nos apropriar de espaços que não nos dizem respeito, pois somos lidos como Homens – e a masculinidade é concebida como uma categoria única, qual seja, a do opressor patriarcal. Quando identificamos e nomeamos as violências que acometem as transmasculinidades, comumente diz-se que estamos nos isentando das violências que reproduzimos enquanto indivíduos dentro de esquemas históricos de poder e dominação. (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024, p. 129).

As pessoas transmasculinas vão carregar uma vida afetada por estruturas patriarcais, onde somente mulheres cis ou trans vão ser consideradas sujeitas atravessadas por tais violências, sendo necessário repensar as masculinidades para além do ideal “cisheteronormativo endossexo e branco”, reconhecendo outras experiências marcadas pela diferença (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024). As transmasculinidades negras vão ser ainda mais atingidas com a associação da “masculinidade opressora”, carregando estigmas racistas atribuídos a homens cisgêneros negros, hiperssexualizando-os e estereotipando-os como pessoas agressivas, entre outras violências (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024) — “Pessoas trans pretas se encontram isoladas de ambos os movimentos, sofrendo violências racistas em movimentos LGBTI+ e violências transfóbicas em movimentos negros.” (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024, p. 126).

Nessa dinâmica, não se faz viável o reconhecimento de pessoas transmasculinas enquanto sujeitos, não sendo legitimados para defesa, se deparando com caminhos de invisibilidade, tendo suas demandas desconsideradas, vilanizadas, e transformando seus

discursos em uma falsa acusação de violência (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024). Para Bruno Latini Pfeil, Cauê Assis de Moura, Cello Latini Pfeil, Thárcilo Hentzy, e Vita Evangelista (2023) no ensaio *Por um transfeminismo transmasculino e não-binário*:

É fundamental reconhecer a capacidade de todas as pessoas de reproduzir violências estruturais e históricas. Caso contrário, estaríamos recuando diante das adversidades que desejamos enfrentar. Devemos nos responsabilizar pelas violências que somos capazes de reproduzir, justamente para interrompermos o ciclo de perpetuação da opressão. Da mesma forma, também devemos compreender os lugares de vulnerabilidade que ocupamos na estrutura patriarcal colonial. Devemos assumir que pertencer a certo grupo populacional socialmente minorizado não nos isenta da responsabilidade sobre nossas atitudes frente a outros grupos também vulnerabilizados. (Pfeil *et al.*, 2023, n.p.).

Figura 9 - Ayò Adelowo - “Senhor do Fogo Oculto”, 2025.



Fonte: Fotografado pela autora na “Exposição Kitanda” - Museu Histórico de Campos (2025).

Madelyyna Zicqua (2024) apresenta o artigo, *Luta Trans e Anarquismo Queer: rompendo os dogmas (Trans)Feministas para a liberação total*, incorporando sua perspectiva da não-binariedade à discussão transfeminista, indicando o rompimento entre sexo e gênero, onde nossas práticas são programadas mediante uma normatividade rigorosa inerente a qualquer cultura. O binarismo “homem/mulher”, define as características biológicas que vão ser aderentes à normatividade de gênero, não considerando a existência de vários sexos além do masculino e feminino, como nos casos de aneuploidia sexual com pelo menos 50 possibilidades, presumindo que o sexo só poderia ser descoberto através da genética (Zicqua, 2024). E, por esse motivo, os textos anarquistas utilizam a expressão “sexo/gênero” como unidade definindo o aspecto majestoso da identidade de gênero (Zicqua, 2024) — “O chamado sexo biológico é uma categoria abstrata, social e, portanto, arbitrária, que reúne

(...)(...) um conjunto de critérios para estabelecer o que é masculino e o que é feminino. (Zicqua, 2024, p. 15).

No que se refere às políticas em saúde trans brasileiras, pessoas trans não-binárias ficam de fora, construídas a partir de protocolos da Portaria do Processo Transexualizador (2008; 2013) com referência na binariedade “mulheres trans” e “homens trans”, limitando o acesso, visto que muitas travestis também não se incorporam nesta normativa (Rodriguez; Morgado, 2021). De forma que tudo o que não a segue gera desorientação, violência e constrangimento no atendimento destas pessoas nos serviços de saúde, restringindo o acesso ou necessitando acessar esses espaços acompanhadas de outras pessoas trans para o tornar mais respirável (Rodriguez; Morgado, 2021).

Dessa forma, homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias acabam sendo apagadas das representações e dos discursos que se constroem em torno das experiências do aborto e do acesso aos serviços de interrupção legal da gravidez (Rodriguez, 2023). Para superar essa exclusão, torna-se necessário um esforço de descolonização do imaginário social, de modo que as políticas públicas que reivindicamos contemplem a diversidade de corpos e identidades, e que a linguagem empregada não reforce padrões brancos e coloniais, mas se mantenha viva, inclusiva e transformadora (Rodriguez, 2023).

Há um certo caminho novo do humano que se dá com o fim de iniciar o processo de refazer o humano. Posso sentir que sem certos traços reconhecíveis não posso viver, mas também posso sentir que os termos pelos quais sou reconhecida convertem minha vida em inabitável. Esta é a conjuntura da qual emerge a crítica como um questionamento dos termos que restringem a vida com objetivo de abrir a possibilidade de modos diferentes de vida. (Butler, 2022, p. 16-17).

3.2 Travestilidade em encruzilhada: territórios, memórias e afetos

*Tenho que descansar,
ai que terra tão dura como pedra.
Desde que me lembro
assim tem sido minha cama,
minha vida. Maldito o dia
em que me atrevi a cruzar.
Só quero juntar uns trocados
e voltar para minha terra.*

Gloria Anzaldúa - “sobre pedras com lagartixos
(para todos os mojados que cruzaram para este lado)”
(1987, p. 121, tradução nossa).

Com a emergência de pessoas trans e travestis na universidade e suas formulações coletivas transepistemológicas, que se configuram e se espalham pelas fronteiras do mundo e afloram em nossas escritas, em um procedimento que se opera na nossa formação cultural, na operação de equilíbrios assimétricos, deslocamentos, metamorfoses e recobrimentos (Martins,

2021). Assim como Donna Haraway (2023), preferimos que nossa ficção científica seja utópica e a manifestamos por meio das epistemologias das travestilidades, autoetnografias, literaturas e marcas históricas de nossas existências.

Segundo a travesti Viviane Vergueiro (2014), no artigo *É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?)uso de substâncias*, inserido no livro *Transfeminismo: teorias e práticas*, é importante nos posicionar criticamente sobre nossos corpos e gritos, mesmo que ninguém escute e essas palavras acadêmicas não sirvam para nada além de um diploma, não podemos deixar despercebido que este “cistema” — quando nos permite viver — ainda nos quer inferiorizadas, patologizadas, subalternizadas, eventualmente nos utilizando como objeto de ferramenta teórica ou de humanização para pessoas acadêmicas cisgêneras.

Dediane Souza (2022), analisa a identidade travesti como questão política, acreditando que travestis são “categorias corporais únicas”, tipicamente brasileiras e construídas à margem da sociedade, com vivências cotidianas em periferias de pequenas cidades ou à margem das metrópoles — “(...) essas identidades são conflituosas dentro do campo comunitário e da sociabilidade - a exemplo da casa, do convívio familiar, da vizinhança, do ambiente escolar e dos demais espaços de convívio do cotidiano.” (Souza, 2022, p. 26). Os caminhos de se tornar perpassam o fluxo de ser Travesti através do êxodo, sendo individual e coletivo, se reconhecendo e se percebendo por meio das outras — o que Souza (2022) vai nomear de “irmandade”. Conforme sustenta Mombaça (2023, p. 115): “(...) nossos corpos partidos encontram extensão e órgão uns nos outros e nas coisas – nas flores, na terra.”

Pietra Azevedo e Elcimar Pereira (2020) se referem à preferência das bonecas pela busca de oportunidades na “cidade”, contrapondo as dificuldades que enfrentam no “campo”, marcando seus deslocamentos por diferentes territórios. Azevedo e Pereira (2020) também relatam em seus estudos acerca das diferentes performances da travestilidade nas cidades, que devem ser observadas pelos seus próprios conhecimentos e modos de vida produzidos de maneira singular.

Este último apenas me referindo a nós, pessoas transmigrantes, que circulamos em espaços urbanos, pois, nos interiores dos nossos países, por exemplo, nas nossas aldeias, quilombos e favelas, as diferenças/desigualdades podem ser ainda muito mais chocantes. (Gualito, 2023, p. 75).

Para Almeida (2012), a proximidade de diferentes “experiências trans” é uma condição necessária para a reflexão política e a elaboração e enfrentamento da violação dos direitos humanos, principalmente a partir do “discurso médico” que oculta a pluralidade

das/des/dos sujeitas/es/os com variadas formações, capacidade crítica e diferentes interesses. Processos que estão para além do binarismo de gênero, com experiências pessoais e culturais que acabam se dando por um processo de associação “que informam características dos indivíduos e são simultaneamente transformados por eles” (Almeida, 2012, p. 514).

No livro *Pedagogia das travestilidades*, Maria Clara Araújo dos Passos (2023) discute o movimento e as lutas das travestis, destacando a relevância de valorizar o legado de suas trajetórias. A autora enfatiza que o reconhecimento acadêmico alcançado atualmente é resultado desse esforço coletivo, ainda mais significativo diante das frequentes violações de direitos e da forte presença da transfobia institucional no Brasil. Segundo Bustamante e Carnavale (2024), pessoas trans e travestis ocupam papel central nas lutas por visibilidade e na defesa do direito ao pleno exercício da cidadania.

Um marco histórico frequentemente mencionado é o de Xica Manicongo, uma travesti negra, oriunda do Congo, que foi sequestrada, escravizada e viveu no Brasil colonial. À época, sua identidade foi equivocadamente registrada como masculina, reflexo das normas sociais e da ausência de reconhecimento das diversidades de gênero³⁵. Essa distorção permaneceu por séculos, até que movimentos sociais mais recentes reivindicaram sua memória, reinscrevendo-a como símbolo de resistência e parte fundamental da história coletiva (Jesus, 2019).

No Brasil, já na década de 1970, travestis começaram a se organizar em resposta à violência policial. Nesse contexto, surgiram espaços de acolhimento criados e conduzidos por mulheres trans e travestis, que buscavam enfrentar as dificuldades impostas pela exclusão social, tais como a falta de acesso à educação e ao mercado de trabalho, além da constante exposição a agressões físicas e verbais (Bustamante; Carnavale, 2024). A postura do Estado, marcada pela resistência em reconhecer identidades de gênero dissidentes, reforça processos de silenciamento e apagamento, produzindo invisibilidade estatística e ampliando práticas de exclusão (Bento, 2017, apud Bustamante; Carnavale, 2024).

Evocando o cuidado travesti como autopreservação de um ato em uma guerra política, Audre Lorde (2023) nos intui para o encorajamento mútuo em nossas aventuras hereges, nossos sonhos e ideias antigas, que são desmerecidos, recorrendo à poesia para fabularmos a possibilidade de nos tornarmos real. Para Mombaça (2023) o “monopólio da violência” vai

³⁵ Era utilizado como marcador o "pecado original" no processo de degradação social que as mulheres e pessoas dissidentes sofreram com a chegada do capitalismo e ainda sofrem com a produção neoliberal. Tal processo aprofundou a divisão binária entre homens e mulheres, refletindo no contemporâneo a partir das práticas de perseguições do gênero (Federici, 2023).

gerenciar não apenas o acesso às técnicas, máquinas e dispositivos de violência, mas também vai dar forma a uma guerra contra imaginações visionárias e divergentes. Reimaginar o mundo e conhecê-lo requer “(...) tornar-se capaz de conceber resistências e linhas de fuga que sigam deformando os modos do poder através do tempo.” (Mombaça, 2023, p. 68)

Como criar condições para uma destruição sempre mais consistente dos mecanismos que dão peso e densidade ao fundamentalismo cisgênero, com sua máquina patológica a capturar e reinscrever tudo que escapa à norma como condição de emergência do normal? Finalmente, como integrar tais processos no aparato dinâmico e intensivo de preservação dos germes das gentes ainda sem nome na carne das gentes cujo nome foi negado; como fazer implicar, em cada transição que se anuncia, a ancestralidade das gentes cuja terra foi roubada, como pólen e semente das gentes cuja terra ainda há de ser feita? (Mombaça, 2023, p. 62).

Colocamos-nos em perspectiva nas esquinas e nas águas dos rios a ideia de modificar o nosso corpo, que depois de despedaçado, jamais retornará ao seu estado original, e a integridade só vai se constituir quando em aliança dermos as mãos recusando o medo, e desejando juntas que a terra vibre o apocalipse (Mombaça, 2023):

Àquelas de nós cuja existência social é matizada pelo terror; àquelas de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas de nós que fomos feitas entre apocalipses, filhas do fim do mundo, herdeiras malditas de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como rios a esconder-se na terra; àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçaram, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele. (Mombaça, 2023, p. 28).

“Quase toda manhã acordo com algumas questões, hoje olhei no espelho e vi minha mãe, a uns tempos vejo minha irmã, minhas avós, minhas bisavós, observei elas por muito tempo sem muito e aprendi muita coisa, mas não é essa a questão, Tive um impulso, uma pulsão nessas últimas semanas, nas leituras, no descanso, no encontro, na arte, na decepção, na escolha. Minha vida não pára, então eu não paro também. Eu olhei no espelho e levei um susto, mas foi um susto agradável, e era essa a intenção. Eu sou muito mais forte do que isso, não tenho escolha do que me atravessa, só me atravessa, vivo numa tensão de morte, e de estados de alívios, me procurando nos reflexos, além do que reflete no outro, e me deixando sair de novo e aos poucos por essas tintas pretas e coloridas.

E eu quero muito mais a partir daqui, muito mais espaços, muito mais tempo no pensamento, nos paralelos. Tenho medo de não viver muito tempo, então eu vivo no tempo que eu tenho, com o que eu consigo agarrar, e soltando devagar o que é leve demais pra se sustentar. Sobre expor meu corpo, queria que fosse mais naturalizado a pele, o que não se esconde, o que se toca, sem que em si constrange. Não tô preparando vocês pra isso, não

quero que minha vida seja um grande exemplo de nada, não vou ficar aqui alimentando observadores, conservadores, isso é um convite pra viver!” (Diário de Campo - Níke Ártemis, 2023).

3.3 Monstruosidade como gesto de criação política

(...) meu corpo vivo, que engloba tudo em suas constantes mutações e múltiplas evoluções – é como uma cidade grega onde coexistem, com variados graus de energia, edifícios trans contemporâneos, uma arquitetura lésbica pós-moderna e belas casas art déco, mas também velhas casas de campo sob cujas fundações subsistem ruínas clássicas, animais, ou vegetais, substratos minerais e químicos por vezes invisíveis. (Preciado, 2022, p. 35).

Segundo Fanon (1972, p. 46, apud Martín-Baró, 2017, p. 196): “no mais fundo recesso de seu ser, o colonizado não reconhece nenhuma jurisdição. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade.” A rebeldia e a recusa de um destino inevitável precisam apenas encontrar uma circunstância favorável para brotar, considerando que quanto maior o controle que as pessoas e grupos têm sobre suas realidades, menor será a convicção fatalista³⁶. O que se supõe além dessa relação dialética entre pessoa e mundo, é a mudança social e pessoal que vão se possibilitando mutuamente (Martín-Baró, 2017). A superação do fatalismo requer uma mudança revolucionária nas estruturas políticas, econômicas, psicossociais, as quais se fundam estruturas que marginalizam e docilizam os corpos, fundamentando o bem estar de poucos para a exploração e opressão de muitos.

Somente na medida em que as pessoas e os grupos adquirirem consciência sobre suas raízes históricas sobre todos os fatos e as condições que configuraram sua realidade poderão se situar em uma perspectiva adequada para avaliar sua própria identidade. Saber quem você é significa saber de onde você vem, de quem ou do que você depende. Não há verdadeiro conhecimento de si mesmo que não seja um reconhecimento das próprias origens, da própria identidade comunitária, da própria história. Os povos latino-americanos necessitam de uma clara memória histórica para rastrear os dinamismos de sua história, para saber onde buscar as causas de sua opressão secular e de sua situação presente. (Martín-Baró, 2017, p. 198).

O corpo, vai aparecer como alvo de múltiplos “cenários” e “figura-fundo” da construção da ordem para qual ele opera consolidado a conjurar seu modo de ser, estar e pensar (Tavares, 2020, apud Martins, 2021). A autoetnografia é um gênero que apresenta as pessoas pesquisadoras autoras como “insider” completa por ser “nativa”, posição que pode ter uma perspectiva privilegiada, inserindo “narrativas pessoais”, “autohistórias”, entre outras

³⁶ “(...) a raiz do fatalismo não está na rigidez mental das pessoas, mas na imutabilidade das condições sociais nas quais as pessoas e os grupos existem e se formam.” (Martín-Baró, 2017, p. 197).

(Vergueiro, 2016). Os potenciais desse método pensam em diversidades corporais a partir de seus diálogos, trazendo o protagonismo para essas vozes que se fazem muitas vezes ausentes no processo de produção de conhecimento.

O que percebi em minha pesquisa, enquanto um corpo travesti, é que desde a infância muitas/es/os autoras/ies/es relatam suas experiências — para além de uma narrativa geracional, e sim ancestral — a datar desse primeiro retorno e de suas história sendo definidas através da “tecnologia do olhar”, e de um saber localizado em seus corpos “monstruosos” que importam para além da “perfeição” capitalista, colonial, e da supremacia branca (Haraway, 1995, apud de Oliveira, 2025).

Para Jorge Leite Junior (2012, p. 560), “Talvez um dos grupos sociais que atualmente mais causem repulsa, medo, ódio e, ao mesmo tempo, curiosidade, espanto e desejo seja o das pessoas que transitam entre os gêneros e/ou sexos.” O lugar abjeto vai ser imposto para esse sujeito, sendo expulso de categorias de pensamentos socialmente criados e determinados culturalmente em um certo período histórico, que se organiza de uma forma muito específica:

(...) tem pênis, logo é homem, masculino e deve sentir atração afetivo sexual por mulheres (é heterossexual)’, e ‘tem vagina, logo é mulher, feminina e deve sentir atração afetivo-sexual por homens.’ Nesse campo, tanto pessoas homossexuais, bissexuais, quanto intersexuais, travestis, transexuais e todas aquelas que quebram essa pressuposta continuidade podem ser consideradas abjetas. (Leite Junior, 2012, p. 561).

O corpo transexual, conforme Susan Stryker (2021), é um corpo não natural, resultante de uma ciência médica³⁷, de uma construção tecnológica, de um corpo dilacerado e reconstruído em uma nova forma daquela em que nasceu. O monstro³⁸, menos humano e excluído da comunidade humana, alimenta uma fúria que se direciona contra as condições que nos exigem lutar por nossas existências (Stryker, 2021). Assim, como o monstro Frankenstein, que foge da raça humana, perseguido por aldeões raivosos, pessoas trans afrontam em reconhecer que suas existências emergem da mesma matriz de possibilidades. O monstro é aquele que vive no limite do saber, do humano, das terras conhecidas e socialmente reconhecidas, nas periferias e favelas, sendo encarado como equivalente ao mal e ao caos, como reação a única solução socialmente inteligível seria sua destruição e aniquilamento (Leite Junior, 2012). A etimologia do nome deriva do substantivo latino *monstrum*: “portento divino”, formado pela origem do verbo *monere*: “advertir” (Stryker, 2021).

³⁷ “A psiquiatria também se faz presente na tradição ocidental de classificar prodígios, monstros e aberrações que violam a ordem divina, natural, biopsicológica ou social.” (Leite Junior, 2012, p. 563).

³⁸ “O monstro então é aquele que ‘mostra’ algo: uma revelação divina, a ira de Deus, as infinitas e misteriosas possibilidades da natureza, aquilo que o homem pode vir a ser, as bordas entre o humano e o inumano.” (Leite Junior, 2012, p. 561).

Eu quero reivindicar o poder sombrio de minha identidade monstruosa sem usá-lo como uma arma contra os outros nem ser ferida por ele. Direi da maneira mais direta possível: sou uma transexual e, portanto, sou um monstro. Assim como as palavras ‘sapatão’, ‘bicha’, ‘viado’, ‘vadia’ e ‘puta’ foram reivindicadas, respectivamente, por lésbicas e gays, por minorias sexuais anti-assimilacionistas, por mulheres que buscam o prazer erótico, e por trabalhadoras da indústria do sexo, palavras como ‘criatura’, ‘monstro’ e ‘não natural’ precisam ser resgatadas pelas pessoas transgêneras. (Stryker, 2021, p. 47).

O conceito de gênero emerge na cultura ocidental somente no século XX, ligado aos conceitos institucionalizados de família nuclear, observados na Europa e nos Estados Unidos da América, naturalizando o binarismo e reforçando o gênero associado à anatomia biológica com papéis sociais definidos para cada pessoa, executados a partir desse modelo (de Oliveira, 2025). Megg Rayara Gomes de Oliveira (2025) pesquisa e apresenta em seu livro *Entre silêncios, sussurros e gritos*, a diversidade de sexo/gênero na arte tradicional Africana. Em cerimônias de iniciação *N'domo* se encontram exemplos não normativos de gênero, que escapam ao binarismo em relação à cultura ocidental na etnia Bambara³⁹, na qual produziam máscaras masculinas, femininas, e com ambas características em uma mesma peça.

Os *Dogons* também produziam esculturas com seios e pênis, indicando a existência de sujeitos e divindades que não seguiam a normatividade representada pela figura do homem e da mulher cisgêneros (de Oliveira, 2025). A mitologia egípcia também vai ser composta por divindades com características de corpos diversos: *Hapi*, divindade do rio Nilo, está entre a mais relatada entre as deusas e deuses trans do Egito, revelando que as artes visuais e a religião vão influir suas existências diretamente na organização social e política de um povo (de Oliveira, 2025).

Temos, então, a cada época, representações visuais que correspondem a determinados códigos sociais, e ter acesso a esses códigos e convenções socioculturais de representações é reconhecê-los, identificá-los, nomeá-los e produzi-los, dando um sentido de forma contextualizada. (de Oliveira, 2025, p. 29).

Nos genocídios povos indígenas⁴⁰ Tupinambás — narrados por Driskill (Gualito, 2023, p. 86) —, indígenas Dois-Espíritos eram torturados e tinham seus corpos jogados para os cachorros. No caso Tibira, entendido pelos colonizadores enquanto homossexual, e/ou como uma pessoa intersexo, foi punido de maneira extremamente violenta, executado para servir de exemplo para sua comunidade sobre as consequências dos “pecados” de suas ações.

³⁹ Vivia na região do atual Mali (de Oliveira, 2025).

⁴⁰ Hoje a violência no Brasil continua com aprovação da PEC 48 no Plenário do Senado Federal, a adoção do marco temporal que marca um retrocesso, no qual o direito originário indígena anterior ao próprio Estado é afetado, indenizando invasores de terras por “benfeitorias”, podendo chegar a cifras bilionárias. Representando um retrocesso grave que põe em risco a sobrevivência dos povos indígenas e a segurança jurídica no país (Ministério dos povos indígenas, 2025).

O termo “Muxe”, originário da etnia zapoteca, também vai fazer referência às identidades não-binárias comumente designadas ao “sexo masculino” no nascimento (Gualito, 2023).

A noção de transcestralidade pode ser compreendida como um modo de reconhecer e afirmar nossas matrizes de origem e de pertencimento, articulando dimensões subjetivas, territoriais e também estético-políticas (Gualito, 2023). Trata-se de um vínculo que não se limita aos laços consanguíneos ou familiares tradicionais, mas que se estabelece a partir das redes de afeto, identificação e resistência. Nesse sentido, pessoas transvestigêneres frequentemente constroem suas referências a partir da memória e da experiência daqueles que abriram caminhos antes de nós (Gualito, 2023).

Figura 10 - Imagem do filme “Uýra - A Retomada da Floresta”⁴¹.



Fonte: (Curi; Sönksen, 2022).

O livro *As malditas*, narrado pela autora travesti Camila Sosa Villada (2025), busca entregar na literatura e na ficção histórias de irmandades travestis que sobrevivem em coletividade e, ao serem abandonadas por seu primeiro núcleo familiar, recorrem a prostituição como forma de sustento. O medo do pai marca uma das histórias da narrativa, acima de qualquer outra crueldade que o seu corpo travesti vivenciou pela polícia, ou por clientes agressivos nas pistas. A conversão em sua mulheridade se deu por pura necessidade, em uma infância⁴² marcada por um pai violento, que batia em sua mãe, filho e cachorro, a ideia de ser um homem neste mundo se tornava horrível demais para suportar (Villada, 2025).

“E, quando fico sozinha, repito seu ritual diante do espelho, provo a roupa, eu também sou um pouco minha mãe.” (Villada, 2025, p. 49).

⁴¹ Reprodução do filme “Uýra: A Retomada da Floresta” disponível em: <https://www.primevideo.com/-/pt/detail/U%C3%BDra-A-Retomada-da-Floresta/0SWOSGIYUKPZEHP5O9LIM9AC90>. (Curi; Sönksen, 2022).

⁴² A infância é como uma construção social e histórica, desafiando a noção de uma essência universal e imutável. Argumenta-se que a infância é instituída conforme as condições de cada época, sendo moldada por fatores sociais, culturais e históricos (De Castro, 2002).

Figura 11 - “Laerte”.



Fonte: Laerte Coutinho (2025).

Dediane Souza (2022), quando ainda não podia se defender, nem mudar o nome de todas as coisas, lembra acerca de sua vivência na infância enquanto uma travesti negra:

Na minha infância, minhas expressões corporais, brincadeiras, performances e sociabilidades eram lidas como ‘femininas’ não no sentido de reconhecimento da minha feminilidade, e sim no de desqualificar minha existência. Xingamentos como ‘mariquinha’, ‘mulherzinha’ e ‘macho-fêmea’ eram muito comuns. Porém, naquela idade, eu não compreendia o que estava por acontecer; sequer sabia o que significava isso, pois estava por ainda me encontrar com o que hoje consigo denominar enquanto uma experiência situada de uma infância travesti. (Souza, 2022, p. 28).

De acordo com Amara Moira (2017), o medo de ser violentada foi a primeira pedagogia vivenciada pelo seu corpo travesti, ainda quando criança, ultrapassando sua vontade de autodescoberta, fugindo da lógica de que para ser travesti ela teria que fazer uma simples escolha. Mas, na verdade, caracterizou-se mais para um obstáculo, “travas”, “adestramentos sistemáticos” — “para você sequer perceber a máscara que puseram em seu rosto quando nasceu e, caso um dia perceba, não ousar jamais perguntar-se o que há por trás dela.” (Moira, 2017, p. 20). Minha própria infância também foi atravessada por essas pedagogias do medo. Lembro de como meus gestos eram corrigidos, de como minhas brincadeiras eram vigiadas, e de como qualquer traço considerado “feminino” era reprimido. Cresci aprendendo a reprimir o que era mais natural em mim.

Hija de Perra (2014) em sua infância, nunca se identificou com o binarismo de gênero, naturalmente vivenciando brincadeiras de ambos os lados, beijando garotos e garotas. Quando a inscreveram em um colégio católico para homens, sua mente ignorante da heteronorma não conseguiu acompanhar o que impedia suas liberdades infantis naturais. Após suas professoras descobrirem sua boneca e chorar traumatizada por sua perda, sem saber o que se seguiria, foi obrigada a passar por um tratamento psicológico que durou 4 anos para sua “cura” (Perra, 2014).

Exotização, infantilização e patologização são termos que têm um parentesco próximo. São crias do mesmo ventre: uma ciência que se apropria da vida e existências alheias como ‘objetos de pesquisa’, que busca as identidades, os tipos, as coesões e repetições de um dado recorte da vida. (Bento, 2017, p.49)

João W. Nery (1984) pressentia que o errado deveria ser ele, e quanto mais idade, mais exigências eram feitas. Ao vestir roupas de “menino”, era cerceado, sabia que não possuía um pênis do tamanho dos outros meninos, mas desejava que este fosse crescer algum dia. Com o tempo passou a sentir-se com vergonha do próprio corpo, como se tivesse um “defeito físico”. As violências passaram a se tornar públicas, e quando passava pela pracinha ouvia: “Maria-homem! Maria-homem!”. Suas brincadeiras foram limitadas ao quintal de sua casa onde estava mais protegido, porém sempre foi criticado por suas escolhas ao longo da vida. Nery (1984, p.25) em seu livro *Erro de pessoa*, relata:

Às vezes, antes de dormir, deitava na minha caminha e ficava puxando-o, para ver se aumentava. Mas, que decepção! Ao acordar - quem sabe, uma fada, um milagre, sei lá - poderia ter ocorrido comigo uma mudança, por menor que fosse... mas verificava que tudo continuava no mesmo.

Paul B. Preciado (2022) indaga, que se tivesse seguido os caminhos de sua infância, limitados pela institucionalização da educação, da punição e do medo, não teria sido possível atravessar a fronteira, encontrar uma saída e fundar um “corpo vivo” — uma “sodateca”, “arquivo político vivo”. Resistindo à domesticação, sobrevivemos à esse processo sistemático de aniquilação da nossa potência vital, que se organizou em nossas infâncias e adolescências. “Sou Frankenstein em busca de alguém que o ame, passeando com uma flor na mão, enquanto todos à volta fogem.” (Preciado, 2022, p. 40-41). As relações de violência com os trajetos no cotidiano, que tornaram sua transição de gênero⁴³ um espetáculo público, ensinaram Preciado a levantar a cabeça, encarar seriamente os homens na rua, sem baixar os olhos. Essa jornada

⁴³ “O gênero é oferecido, ou mais precisamente, imposto como uma forma de ‘massacrar o corpo assim que nasce’, de fato, antes mesmo de nascer. E tal massacre – tal gênero, gênero como tal – é vital para a produção de uma força de trabalho produtiva ou do corpo produtivo.” (Bey, 2023, p. 4 - tradução Bibliopreta).

da transexualidade para ele, por mais tortuosa e desigual que fosse, o permitiu a experimentar a vida para além desses limites.

O monstro é aquele que vive em transição. Aquele cujo rosto, corpo e práticas não podem ainda ser considerados verdadeiros em um regime de saber e poder determinados. Fazer uma transição de gênero é inventar um agenciamento maquínico com o hormônio ou com algum outro código vivo – que pode ser uma língua, uma música, uma forma, uma planta, um animal ou outro ser vivo. (Preciado, 2022, p. 36).

Figura 12 - “Sêxtupla Mastectomia” - Fefa Lins.



Fonte: Folha de Pernambuco (2024).

O transfeminismo, como atravessado ao longo desta pesquisa, sobretudo por transepistemologias, emerge como epistemologia da resistência questionando os limites impostos pela colonialidade, pelo cis-heteropatriarcado e pelas estruturas de saber que historicamente aprisionaram corpos dissidentes. A fixação binária, denunciada por Jaqueline Gomes de Jesus (2014), não apenas define quem pode existir, mas também legitima exclusões e violências sutis à esses corpos. Contra esse movimento de silenciamento, Patricia Hill Collins (2016), Audre Lorde (2023) e Leda Maria Martins (2021) oferecem caminhos de enraizamento na ancestralidade, na interseccionalidade e nas temporalidades, permitindo compreender o conhecimento como prática situada e encarnada em nossos afetos.

Ao adentrar nas encruzilhadas da travestilidade e das transmasculinidades, compreende-se que não se tratam de categorias estáveis, mas de territórios de luta, memória e criação. Dediane Souza (2022), Pietra Azevedo (2020) e Maria Clara Araújo dos Passos (2023), nos mostram como a identidade travesti se constitui como gesto político, enraizado em deslocamentos e irmandades forjadas à margem. Por outro lado, Milanski, Pfeil e Albuquerque (2024) evidenciam a marginalização das transmasculinidades dentro dos próprios espaços feministas e transfeministas, advertindo para o reconhecimento das

vulnerabilidades múltiplas como condição para construir resistências coletivas mais amplas, recusando invisibilidades impostas.

Paul B. Preciado (2022) e Susan Stryker (2021) propõem uma virada radical: assumir a monstrosidade, uma “sodateca” dos corpos trans como gestos criativos, capazes de romper com os ideais de naturalidade e pureza que sustentam o “cistema”. Esses corpos, outrora tratados como abjeções, aparecem como forças inaugurais que inventam outras formas de viver. O transfeminismo se afirma como prática encarnada, tecida em afetos, memórias e resistências cotidianas que recusam a universalização do humano e reivindicam a multiplicidade das existências. Como argumenta Butler (2022), é a partir da crítica que se abrem possibilidades de novas vidas, e para Haraway (2023), é no compromisso com saberes situados que se constroem epistemologias responsáveis. Nas brechas do presente, anuncia-se um caminho para mundos habitáveis gestados por corpos que, mesmo em rígidos e constantes embates de violência, insistem em florescer nas brechas.

“Eu sou Semente da Terra. Qualquer pessoa pode ser. Um dia, acho que seremos muitos. E acho que teremos que espalhar nossas sementes cada vez mais longe deste lugar moribundo.” (Butler, 2018, p. 101).

4 SEÇÃO II: ESTILHAÇOS NO ACESSO À POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Então se pensada como estilhaçamento, como é possível insinuar na quebra um qualquer modo de estar junto? Se a quebra rompe com um sentido de integridade, como então pode precipitar a reunião de forças, entidades e existências? Se ela é o evento do desmantelamento, após o qual um corpo já não pode ser lido como um corpo próprio, que política da afinidade pode ser engendrada aí, apesar e através da quebra? (Mombaça, 2023, p. 24).

A segunda seção analisa as batalhas e fragmentos no acesso às políticas sociais no Brasil, a partir das experiências de pessoas trans, travestis e não-binárias, a datar das/es/os autoras/ies/es que investigam a Política Social no Brasil, acompanhada de uma síntese do avanço do neoliberalismo, a crise da cidadania, reconhecimento da diversidade, eugenia, racismo, colonização, homotransfobia, subjetividade capitalista como produtora de desigualdades e os afetos que agem como revolução no sofrimento ético-político. Abordando temas sobre cidadania, cotidiano, monstruosidade, tecnologia social e de gênero, trabalho, educação, cuidados em saúde, direitos, e despatologização das transexualidades.

Pretende-se, nesta seção, verificar a exclusão⁴⁴ integrativa, ou exclusão precária (Martins, 2002), em que as pessoas trans e travestis enfrentam no Brasil ao não participarem dos processos de decisão política e acessos de bens e serviços, no decorrer da história e sua redemocratização, da mesma maneira que pessoas cisgênero, sendo desqualificadas/es/os e colocadas/es/os no campo do “abjeto” (Ferreira, 2014). A noção de exclusão integrativa é mobilizada no percurso para evidenciar como a inserção de pessoas trans nas políticas sociais ocorre de forma precária, moralizada e tutelar, sobretudo no campo da saúde — que deveria se entender por integral —, da criminalização desses corpos e a privação de liberdade, onde persistem na história do Brasil dispositivos biomédicos definidos a partir de normas racistas.

Pensando com a abordagem pós-estruturalista⁴⁵, teorias decoloniais e transfeministas, o estudo dialoga com autoras/ies/es da teoria social crítica, destacando Nancy Fraser (2024) e Potyara Pereira (2013) na análise introdutória da política social sob o neoliberalismo; Frantz Fanon (2022) e Lélia Gonzalez (2020) para a compreensão da colonialidade, do racismo e da dominação; Donna Haraway (2023) e Octavia Butler (2018) como referência para pensar corpos, fronteiras e fabulações; com destaques para as transepistemologias⁴⁶ confeccionadas

⁴⁴ “(...) é uma ficção: não existe exclusão propriamente dita. Na sociedade capitalista, a rigor, não pode haver exclusão; não pode existir sociedade capitalista baseada na exclusão. Toda a dinâmica dessa sociedade se baseia em processos de exclusão para incluir.” (Martins, 2002, p. 120).

⁴⁵ “O descentramento do sujeito anunciado pelo pós-estruturalismo rompe com a concepção de um ser humano essencialista e universal compreendido pelos estruturalistas e permite pensar nas mais variadas formas de experiências vivenciadas em diferentes contextos, por diferentes indivíduos.” (Aguilar, Gonçalves, 2016, p. 38).

⁴⁶ Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides (2020).

por Tatiana Lionço (2019), Amara Moira (2023), Sara Wagner York (2022), Paul B. Preciado (2022), Guilherme Almeida (2013), Jota Mombaça (2023), Camila Sosa Villada (2023), Céu Cavalcanti (2018), Ale Mujica Rodriguez e Raiz Policarpo Medeiros (2024), Leonardo Peçanha; Jaqueline Gomes de Jesus e Anne Monteiro (2023), João W. Nery e Maranhão Filho (2013), Cello Pfeil; Bruno Pfeil e Cauê Assis de Moura (2024), centrais para a discussão da patologização de pessoas trans, da transfobia institucional, das nossas interseccionalidades e da consubstancialização do sofrimento ético-político.

Continuarão a ser revisadas, problematizadas e sintetizadas cartilhas informativas, literaturas, políticas, notícias, artigos, estudos sobre movimentos sociais de pessoas trans e travestis no Brasil. Alerta-se para a necessidade de práticas profissionais ético-políticas comprometidas com a justiça social, e a defesa intransigente dos direitos humanos.

4.1 Reflexões sobre a Política Social no Brasil

O Brasil, em sua autodescrição como promessa utópica de um mundo pós-racial, configura-se, mais bem, como uma distopia antinegra e anti-indígena, em que as figurações de uma liberdade carnavalizada expressam não a ruptura com todas as normas, mas seu excesso. (Mombaça, 2023, p. 16).

Potyara Pereira (2013), nos introduz, nesta segunda seção, para uma breve análise da política social contemporânea no despertar da “crise estrutural do capitalismo”⁴⁷, entendida como sistêmica, global e permanente. Nessa perspectiva, a política social se dispõe em uma profunda encruzilhada, pois ela vem sendo progressivamente apropriada pelos interesses do capital, afastando-se de sua função central que é a efetivação dos direitos sociais. O caráter contraditório da política social pode tanto atender às demandas da classe trabalhadora, quanto servir à reprodução do capital, dependendo da correlação de forças sociais e políticas (Pereira, 2013).

Segundo Pereira (2013), propiciou-se um destaque recorrente do discurso social, da política e do trabalho em um período em que os mesmos vinham sendo precarizados dada a incompatibilidade dos valores individualistas, privatistas e desregulamentadores do neoliberalismo dominante. Submetendo a política social às demandas de pessoas e grupos, expansão e maximização do lucro (Pereira, 2013). Para Almeida *et al.* (2024, p. 91):

⁴⁷ Conforme Nancy Fraser (2024, p. 13), um “(...) emaranhado de ameaças iminentes e desgraças concretizadas: o endividamento devastador, a precarização e os meios de vida sitiados; o declínio nos serviços, o dilaceramento das infraestruturas, e o endurecimento das fronteiras; a violência racializada, pandemias mortais e eventos climáticos extremos – tudo envolto em disfunções políticas que bloqueiam nossa capacidade de vislumbrar e implementar soluções.”

As políticas sociais são atravessadas por uma lógica neoliberal e familista, baseadas num modelo idealizado de família nuclear burguesa, que insiste em transferir responsabilidades públicas e governamentais para o núcleo familiar, sobrecarregando-o acerca de suas tarefas e atribuições sob formas autoritárias e intervencionistas. Estas dizem respeito especialmente à exclusão permanente dos povos originários, negros escravizados e imigrantes pobres, considerados inaptos, da formação de uma nação onde a política de estado foi de branqueamento, de cunho eugenista, racista e altamente violenta no processo de normatização dos códigos de conduta e de convivência familiar e comunitária.

O surgimento de partidos nacionalistas em países coloniais vai coincidir com a formação de uma elite colonial e mercantil (Fanon, 2022). Com o avanço do neoliberalismo, e a crise das pautas de cidadania na década de 90, observa-se um processo de direitização da política social por meio da focalização⁴⁸, privatização⁴⁹, descentralização⁵⁰ e a imposição de condicionalidades e mecanismos de “ativação para o trabalho”⁵¹ (Pereira, 2013). De acordo com Nogueira (2005, p. 89): “O capital invade tudo, impelido pela revolução digital, pelos celulares, pela Internet móvel, pelas plataformas de comércio eletrônico, por satélites, chips e cabo de fibra ótica.”

As políticas sociais escapam dos mecanismos de regulação ou interferência estatal, atendendo as demandas sociais, e ao mesmo tempo sendo capturadas pelo capital para servir aos seus interesses (Pereira, 2013). Esse movimento contribuiu para a descidadanização, a precarização do trabalho e a desproteção social, transformando direitos em benefícios condicionados e moralizados.

Servindo essa riqueza de bandeja às classes empresariais, essa sociedade as convida a se alimentarem de nossas capacidades criativas e da terra que nos sustenta sem a obrigação de reporem o que consomem, nem de repararem o que danificam. (Fraser, 2024, p. 15).

Forjou-se e condensou-se a opinião pública em termos de “reconhecimento da alteridade”⁵² e “direitos do outro”, estruturando as relações sociais e proporcionando o início de uma dominação que ocorre para além da esfera econômica e da força, mas sim no plano das ideias, efetivando-se nas ações estatais desde constantes ameaças à laicidade do Estado à demonização da classe trabalhadora (Rosa, Guimarães, 2020).

⁴⁸ “(...) no sentido de restringir a política social, especialmente a assistência, aos segmentos mais pobres da população.” (Pereira, 2013, p. 24).

⁴⁹ “(...) transformar os bens públicos, como saúde e educação, em propriedade privada; ou de transferir a gestão e a execução de serviços sociais à iniciativa particular, mercantil ou não mercantil.” (Pereira, 2013, p. 24).

⁵⁰ “(...) transferir da esfera federal para as estaduais e municipais e para instituições privadas responsabilidades governamentais que deveriam ser conjuntas, além de confundir descentralização com segmentação do princípio da universalidade, desregulamentação da economia e flexibilização da seguridade social.” (Pereira, 2013, p. 24).

⁵¹ “(...) os trabalhadores foram castigados, seus salários e rendas decresceram; seus empregos se precarizaram ou foram extintos; e suas condições de vida e de cidadania se degradaram, impunemente.” (Pereira, 2013, p. 16).

⁵² Reconhecimento do que é distinto, diferente.

Em razão da raça, etnia, sexualidade, pertencimento ou expressão de gênero:

(...) constitui também um importante e altamente lucrativo dispositivo ideológico por legitimar um projeto societário onde a liberdade e a diversidade humanas são cambiadas pelos privilégios de uma idealizada teocracia cristã afinada com as desigualdades históricas da sociabilidade capitalista. (Almeida, 2013, p. 77).

As primeiras medidas públicas para responder ao que se manifesta da “questão social”⁵³ emergem de medidas saneadoras do meio urbano, vinculadas e sintetizadas pela eugenia, pelo higienismo, pela institucionalização, materializadas pela “ajuda” no assistencialismo, segregação e a internação das/es/os “indesejáveis” socialmente (Rosa, Guimarães, 2020). Hannah Arendt (2013, p. 208) afirma que a eugenia:

(...) prometia vencer as incômodas incertezas da doutrina da sobrevivência, segundo a qual era tão impossível prever quem viria a ser o mais apto quanto proporcionar a uma nação os meios de desenvolver aptidão eterna.

As desigualdades sociais no Brasil vão se reproduzir nas políticas sociais, associadas ao contexto ditatorial que predominou nas suas origens e desenvolvimento (Rosa, Guimarães, 2020). Particularmente, no campo médico, advém um processo de grande mobilização política, surgindo inúmeras instituições e medidas apoiadas em diagnósticos e soluções dos técnicos do setor. Transformando o Brasil em um enorme laboratório hospitalar, com modelos deterministas dos racismos científicos biologicamente comprometidos pela mistura do elemento branco, com o negro e indígena (Reis, 2000).

Desse modo, essa sociedade se configurou a partir da colonização pelo europeu, homem e branco, sendo uma colônia de exploração, em que a metrópole extraía toda a riqueza local para seu benefício exclusivo. As relações de trabalho que se constroem têm por base o trabalho escravo do indígena e do negro, sequestrado da África. Neste país, as desigualdades foram naturalizadas pelas elites dominantes. (Rosa, Guimarães, 2020, p. 28).

Tatiana Lionço (2019) apresenta um paradoxo na patologização da transexualidade⁵⁴ e na lógica discursiva da produção dos manuais diagnósticos da Medicina Psiquiátrica, que ocasionou na classificação do “transexualismo” como uma doença mental. Segundo a autora, a classificação não continha uma base orgânica em sua lógica, assumindo um equívoco ao ser classificada enquanto doença mental, e revelando suas verdadeiras intenções em questões morais e classistas.

⁵³ “O Estado organiza o enfrentamento da ‘questão social’ pela via da crescente militarização combinada entre outros aspectos, a dispositivos de transferência de renda aos mais pobres que não alteram com radicalidade a desigualdade econômica entre as classes sociais, desigualdade que nos manteve historicamente entre os países do topo da desigualdade econômica mundial.” (Almeida, 2013, p. 75-76).

⁵⁴ “(...) a patologização da transexualidade é uma arbitrariedade de desqualificação moral de determinados sujeitos que não expressam feminilidade ou masculinidade de acordo com a cisnormatividade e também com a heteronormatividade.” (Lionço, 2019, p. 46).

Durante a 72ª Assembleia de Saúde, após 28 anos de patologização da transexualidade enquanto transtorno mental, entrou em vigor para cada país se adaptar até o dia 1 de janeiro de 2022 com a remoção do “Transexualismo” no CID-11, sendo substituído ainda de forma patológica para “Incongruência de Gênero”, mantendo o método de que teríamos que nos enquadrar em alguma norma binária de gênero para obtenção do acesso à saúde integral (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2021).

O que vai diferir no cuidado com as pessoas transexuais é a “tutela”, em relação ao acesso para modificação corporal do “sexo” — pois essa interessa aos nichos de mercado —, para que se expandam as produção de laudos, acessos a serviços, além de criarem alternativas para disponibilizar e regular esses serviços (Lionço, 2019). As pessoas transexuais, muitas vezes por conta do longo período de espera no SUS, ficam sujeitas a esses dispositivos reguladores e das tutelas para obterem procedimentos biomédicos e suas tecnologias (Lionço, 2019). Manter a patologização é importante para oferecer meios lucrativos de acesso de pessoas trans e travestis aos cuidados em saúde para o mercado neoliberal.

Em 2023, após esperar um ano para ser atendida por uma médica endocrinologista no Sistema Único de Saúde (SUS), a profissional sinalizou nos meus dados clínicos para a Classificação Internacional de Doenças (CID): “Transexualismo” — tanto nos pedidos de exames quanto na receita. Além disso, não respeitou o meu nome social⁵⁵ (utilizado na época), escrevendo o meu “nome morto” e exigindo a apresentação da Carteira de Identidade com o prenome retificado⁵⁶. Tais condutas me ocasionaram contínuas violências e violações de direitos no meu acesso à saúde.

Como assim, eu posso mudar o meu sexo na certidão de nascimento? Eu posso vestir roupas diferentes daquelas que a nossa sociedade acredita que são próprias para o meu gênero? Como assim, eu posso me colocar de outra forma na sociedade?
- Amara Moira (Bessa *et al.*, 2023, p. 4).

Despatologizar a transexualidade é libertar a vida social para construções singulares dos acessos aos espaços sociais, independentemente do que se diz “natural”. O debate que

⁵⁵ “I - identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas.” (Ministério da Saúde, 2009, n.p.).

⁵⁶ “O Supremo Tribunal Federal (STF) assegurou, em março de 2018, o direito de pessoas trans de mudar o nome e o sexo no registro civil sem necessidade de realizar cirurgia de redesignação sexual e processo judicial. Tal decisão foi devidamente regulamentada pelo provimento 73/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regularizou o procedimento para todo o Brasil.” (Rego, 2019, p. 172).

devemos pautar é o da “integralidade”⁵⁷ como princípio do cuidado para além das cirurgias e modificações corporais (Lionço, 2019).

Santos (2023) investiga a “crise estrutural do capital” sob a perspectiva da “totalidade”, analisando os indivíduos como seres históricos, sociais e diversos — como expressão da própria diversidade — que gravitam em torno dos conflitos. Após trajetórias de reivindicações e conflitos, o povo, que batalha diariamente e comemora suas constantes e suadas vitórias, sente-se simultaneamente traído, o que resulta na politização dessas massas (Fanon, 2022). A burguesia, detentora de poder material, cultural, político e simbólico sobre as classes, elabora tensões e contradições presentes na realidade com o auxílio da individualidade, personalidade, direito, família, cultura e sexualidade (Santos, 2023). Este cenário revela a extrema importância da mobilização social, da democracia e do compromisso ético-político dos profissionais do campo social na defesa dos direitos, da cidadania e da justiça social.

Em relação à dedicação ao referencial ético-político do Serviço Social, Guilherme de Almeida (2013) reitera acerca do sexto princípio do Código de Ética, que compreende o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2012, p. 23, apud Almeida, 2013, p. 75). No que concerne às lutas históricas com forte influência cultural, elas denunciaram tanto a desigualdade econômica, como outras formas de “expressão da questão social”. Essas lutas foram lideradas contra o racismo por pessoas negras e indígenas provenientes desde o período colonial. Somam-se a elas o combate ao sexismo, pelo movimento feminista, e a resistência da população LGBTQIAPN+ afetadas também pelo sexismo e pela homotransfobia⁵⁸. Esses movimentos protagonizaram formas individuais e coletivas de resistência que, embora remontem ao período colonial, começaram a ter destaque nas primeiras décadas do século XX (Almeida, 2013).

⁵⁷ “A Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi desenvolvida pelo Ministério da Saúde, instituída pela Portaria nº 2.836 de 2011, visando a orientar o Plano Operativo de Saúde Integral LGBT. Este é um marco de política pública de reconhecimento das demandas específicas e da vulnerabilidade da população LGBTI+ no que tange à efetivação do seu direito constitucional à saúde.” (TODXS Brasil; UNAIDS, 2021, p. 18).

⁵⁸ O STF determinou que discriminações e ofensas contra homossexuais e transgêneros podem ser enquadradas na Lei do Racismo (7.716/1989). Para denunciar por ligação Disque 100, há também opções via WhatsApp, site e aplicativo, garantindo anonimato e sigilo. O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recebe, analisa e encaminha aos órgãos de proteção e responsabilização as denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, racismo, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, população em situação de rua, violência policial, e outras populações em situação de vulnerabilidade, como indígenas, quilombolas, ciganos, entre outros (Governo Federal, 2025).

(...) é indiscutível o quanto a luta intracategoria por hegemonia da teoria social crítica para estabelecer-se como referencial na profissão tornou possível o alargamento da compreensão acerca das relações sociais no Brasil e dos significados da atuação profissional, reorientando a discussão do referencial ético-político da categoria. (Almeida, 2013, p. 75).

O estigma e a discriminação⁵⁹ — protagonizados por profissionais, gestoras/ies/es e familiares — estão presentes no cotidiano e nas instituições em que as políticas sociais vão ser implementadas: postos de saúde, hospitais, centros de atendimentos sociais, nos abrigos, asilos, conselho tutelar, nas diferentes instâncias da justiça, delegacias, presídios e penitenciárias, medidas socioeducativas para adolescentes, escolas, universidades, empresas públicas e privadas (Almeida, 2013). Sendo eles, construções sociais, ideológicas, que podem vir a ser desconstruídas com trabalho político e educativo na dimensão individual e coletiva.

A invisibilização é uma das expressões mais violentas do preconceito, sendo exercida pelo não reconhecimento da existência de práticas discriminatórias “(...) como o silêncio, a dissuasão dos/as que desejam denunciar, a rejeição do debate, quanto através da invisibilização da existência material dos próprios sujeitos.” (Almeida, 2013, p. 79), e a vitimização das/es/os usuárias/ies/os vão destituí-las/es/os do protagonismo de suas lutas diárias individuais e coletivas, extraindo sua calejada capacidade de resistência.

O capacitismo, em acordo com Moreira *et al.* (2022), é uma gramática que devemos assumir que fornece estrutura para “múltiplos duplos”, os quais hierarquizam e discriminam corporalidades dissidentes ou “abjetas”. Esse fenômeno repercute para violações de direitos à saúde e vida de pessoas com deficiência, travestis, transexuais, intersexos, crianças e adolescentes, que continuam a ocorrer nas instituições de saúde e educação, sendo esses sujeitos considerados sem autoridade para decidirem sobre si (Moreira *et al.*, 2022).

A interseccionalidade deve ser utilizada como chave analítica para gramáticas capacitistas, aperfeiçoando as produções críticas em saúde coletiva e superando sistemas de opressão compostos pelo capitalismo neoliberal, os quais estão entrelaçados na “corponormatividade”⁶⁰ da estrutura social (Moreira *et al.*, 2022). É necessário entender que o capacitismo incide sobre as pessoas com deficiência, assim como o racismo para pessoas negras e indígenas, o adultocentrismo para crianças e adolescentes, e o sexismo para mulheres, pessoas trans e travestis e intersexo (Moreira *et al.*, 2022). Todos esses sistemas de

⁵⁹ “E me faz refletir que a transgressão da norma de gênero é apresentada como uma falha individual e que pode ser punida em razão de seu caráter desviante (tachado de loucura, doença, perversão, maldade, capricho, pecado etc.) através da violência e, nesse sentido, esta é visibilizada.” (Rego, 2019, p. 174).

⁶⁰ “Essa na qual o patriarcado, a branquitude e a cisheteronormatividade também são estruturantes e estão estruturalmente implicadas entre si.” (Moreira *et al.*, 2022, p. 3952).

opressão são atravessados pelo capacitismo, dobrando o duplo “capaz/incapaz” em outros processos de gramáticas morais, tais como:

(...) no racismo (que hierarquiza brancos, negros e indígenas), no sexismo (que hierarquiza homens e mulheres), nos comportamentos LGBTfóbicos (homossexuais versus heterossexuais; transgêneros versus cisgêneros; e intersexos versus endossexos) e no adultocentrismo que hierarquiza adultos e crianças e adolescentes, submetendo estes últimos aos primeiros. (Moreira *et al.*, 2022, p. 3951).

A subjetividade explica, produz a desigualdade, ao mesmo tempo que obstaculiza qualquer ação transformadora mediante o controle, a disciplina, eliminação e patologização (Sawaia, 2009). A desigualdade social caracteriza-se pela ameaça persistente às existências, cerceando a experiência, a mobilidade e a vontade, infligindo diferentes formas de violência e humilhação (Sawaia, 2009). Em conformidade com Sawaia (2009) haverá sofrimento, mas também o imprevisível do ser humano: a vontade de recomeçar onde qualquer esperança parece perdida. O desejo atua no sofrimento ético-político, assim como a alegria, a criação e a imaginação podem ser exercidas como fontes para revoluções (Sawaia, 2009).

(...) há um além do discurso que insiste nos corpos e que emerge na dor ou no riso, na angústia sem palavras, no buraco da fome que atravessa o corpo, nas grades da cela, no ensurdecido estampido das armas, no abraço carinhoso de mãe (sem o qual não há possibilidade de ser humano) ou na arquitetura do tribunal. (Murillo, 2007, p. 42).

Figura 13 - Vulcanica Pokaropa - “Vitória”, 2022



Fonte: Prêmio Pipa (2024).

4.2 Estruturas rígidas no Campo de batalha

*Nascemos em manjedouras
E depois de crucificadas, ressuscitamos
Deize são as Yabás falando ao pé do meu ouvido
Juntas em unção
Fizemos da cruz, encruzilhada
Nos levantamos do vale de ossos secos
Transformamos pranto em festa
Nossos cus em catedrais
Conhecemos os mistérios por com eles andar
Não mais calvário
Arrebatamos das mãos do senhor
As chaves de nossas cadeias
Dancemos engenhosas e aprendamos a voar
Para respirarmos submersas em águas vivas
Superabundantes.
Ventura Profana - “Eu não vou morrer”⁶¹ (2020).*

Em consonância com Yordanna Lara Pereira Rego (2019), em seu estudo *Reflexões sobre Afronecrotransfobia*, discute-se o intrincamento das intersecções entre o racismo e a transfobia na vida de pessoas trans e negras no Brasil, sob a perspectiva da “Necropolítica”, de Achille Mbembe (2020). O conceito de “afronecrotransfobia” conecta-se a novas formas de eliminação, gestão e domesticação das diferenças, evidenciando a articulação entre o fomento da “vida/biopolítica” e a promoção da “morte/necropolítica” como estratégias complementares de controle: “A transfobia, assim como o racismo, é estrutural e estruturante, sendo necessário esmiuçar processos socioculturais que (re)produzem subordinação e marginalização dos corpos negros e trans como fato intransponível.” (Rego, 2019, p. 170).

O racismo epistêmico e a transfobia epistêmica corroboram para as mortes simbólicas e materiais dessas populações (Rego, 2019). Nessa gerência neoliberal, as discriminações e exclusões estigmatizam vivências trans com múltiplas violências — “como a expulsão do seio familiar ou do ambiente escolar, a negação do nome social, os xingamentos e ridicularização da imagem da pessoa trans em locais públicos, como a rua” (Rego, 2019, p. 174) —, as quais são naturalizadas para assegurar a continuidade do regime da norma de gênero.

Para Haraway (2023), a libertação coletiva depende da construção da consciência e da compreensão tanto da imagem quanto da opressão para que se alcance a possibilidade. Nesse sentido, o que está em jogo na guerra do capitalismo racista dominado pelo masculino, são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação (Haraway, 2023).

⁶¹ Conheça a travesti pastora Ventura Profana, através do videoclipe da música “Eu não vou morrer”: <https://www.youtube.com/watch?v=MWZPd5EcJO8>.

Ao final do século XX, a cultura científica oriunda dos Estados Unidos dismantela a fronteira entre o animal e o humano, sem, contudo, resolver a questão da fragmentação entre essas categorias:

Diferentemente das esperanças do monstro de Frankenstein, o ciborgue não espera que seu pai o salve mediante uma restauração do Paraíso, isto é, através da fabricação de um parceiro heterossexual, de sua complementação em um todo terminado, uma cidade e um cosmos. Ele não sonha com a comunidade no modelo da família orgânica, dessa vez sem o projeto edipiano. O ciborgue não reconheceria o Jardim do Éden; ele não é feito a partir do barro e não pode sonhar em retornar ao pó. (Haraway, 2023, p. 263).

Octavia Butler (2018), que aprendeu a fabular entre muros em sua literatura pós-apocalíptica, considera ilusória a fronteira entre a ficção científica e a realidade social, tratando-as como uma luta pela vida e a morte. Nas tradições da ciência e da política ocidentais, a apropriação da natureza é compreendida “como um recurso para a produção da cultura, a da reprodução de si a partir das reflexões do outro —, a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteira.” (Haraway, 2023, p. 261).

Mas essa coisa (Essa ideia? Filosofia? Nova Religião?) não me deixa em paz, não me deixa esquecer, não me larga. Talvez... Talvez seja como o meu compartilhar: mais uma esquisitice; mais uma ilusão maluca e arraigada à qual estou presa. Eu estou realmente presa a isso. E, com o tempo, terei que fazer algo a respeito. Apesar do que meu pai me dirá ou fará comigo, apesar da podridão venenosa para além do muro, para onde poderei ser exilada, terei que fazer algo a respeito. Essa realidade me assusta demais. (Butler, 2018, p. 39).

Antônio Bispo dos Santos (2023) descreve os seres humanos como os únicos que possuem uma estrutura capaz de gerenciar o outro de forma vertical, estabelecendo a política como um instrumento colonialista. Segundo o autor: “Entre as outras vidas, cada um defende de forma segmentada para defender o território de forma integrada.” (Bispo dos Santos, 2023, p. 47). A biologia, como disciplina, dita uma ruptura entre a natureza e a cultura, produzindo organismos modernos como objetos de conhecimento e reduzindo os seres humanos a um “traço débil”, ressignificado pela luta ideológica e pelas disputas entre as ciências sociais e biológicas (Haraway, 2023).

Segundo Haraway (2023, p. 264), “Longe de sinalizar a separação das pessoas com relação aos outros seres vivos, os ciborgues anunciam de forma perturbadora e prazerosa um acoplamento firme.” O *mito ciborgue*, para Haraway (2023), diz respeito à “transgressão de fronteiras”, “poderosas fusões” e “possibilidades perigosas” em que as pessoas podem explorar quando são parte de um trabalho político fundamental. A consciência de gênero, raça

e classe, é uma conquista imposta sobre a angustiante experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, capitalismo e colonialismo⁶².

A luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas de uma só vez, porque cada uma revela dominações e possibilidades inimagináveis a partir do ponto de vista da outra. A visão única produz ilusões piores do ponto de vista da outra. A visão única produz ilusões piores do que a visão dupla ou do que monstros de muitas cabeças. Unidades ciborgues são monstruosas e ilegítimas; em nossas circunstâncias políticas atuais, não poderíamos esperar por mitos mais potentes de resistência e reagregação. (...) (...) dedicadas a combater de modo realista os laboratórios que incorporam e expelem de forma mais feroz as ferramentas do apocalipse tecnológico e comprometida com a construção de uma forma política que de fato consiga manter unidos bruxas, engenheiros, anciãos, pervertidos, cristãos, mães e leninistas por tempo suficiente para desarmar o Estado. (Haraway, 2023, p. 269).

Frantz Fanon (2022) em *Os condenados da terra*, descreve acerca da descolonização como um fenômeno violento necessário para a libertação nacional. A transformação é exigida e desejada na consciência e na vida de todas as pessoas colonizadas, sendo um processo histórico que só se percebe e compreende no movimento historicizante que lhe dá forma (Fanon, 2022). “Desde o seu nascimento, está claro para ele que aquele mundo estreito, repleto de proibições, só pode ser reformado pela violência absoluta.” (Fanon, 2022, p. 33). Essas técnicas de explorações estéticas enraizam um clima de submissão que se atenua na atuação da segurança pública:

Nas regiões coloniais, ao contrário, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselham, valendo-se de coronhadas ou bombas de napalm, a ficar quieto. (...) (...) O intermediário não alivia a opressão, não encobre a dominação. Ele as exhibe e manifesta com a consciência tranquila das forças de segurança. O intermediário leva a violência para dentro das casas e do cérebro do colonizado. A zona habitada pelos colonizadores não é complementar à zona habitada pelos colonos. (Fanon, 2022, p. 34-35).

Lélia Gonzalez (2020) afirma que o racismo latino-americano, por meio da ideologia do branqueamento, mantém negres e indígenas ligadas à uma estrutura de subordinação sofisticada. No âmago das classes exploradas, ideologias tradicionais que perpetuam saberes e valores da cultura ocidental branca como padrões únicos e universais, travando uma batalha no campo da cultura, dos saberes e das técnicas. De acordo com Fanon (2022), o maniqueísmo⁶³ desumaniza o colonizado e o animaliza — essa “coisa” colonizada, oprimida, sustenta o movimento⁶⁴, sonha e recria constantemente o seu próprio solo. A comunidade,

⁶² “É uma lógica estrutural e estruturante de uma sociedade que nasce a partir da exploração colonialista e ainda carrega em todas as suas relações e instituições sociais marcas da violência, repressão, usurpação e extermínio daquele período da nossa história.” (Rego, 2019, p. 170).

⁶³ Defendia a dualidade de princípios antagônicos: o Bem e o Mal.

⁶⁴ “Sabe-se, com efeito, que em determinadas condições emocionais a presença do obstáculo acentua a tendência ao movimento.” (Fanon, 2022, p. 50).

nesse ponto, já se faz vitoriosa, pois concebe e afirma sua própria razão, não reconhecendo nenhuma autoridade alguma sobre si (Fanon, 2022).

Devemos persistir na análise do cenário das profundas desigualdades sociais do continente, as quais se conectam com as desigualdades de sexo/gênero, gerando uma dupla discriminação para mulheres não brancas (Gonzalez, 2020). A condição racial e sexual faz com que estas sejam as mais exploradas no “capitalismo patriarcal racista dependente” (Gonzalez, 2020).

Figura 14 - TRANSĂLIEN - “Calling the aliens”, 2016.



Fonte: Museu Transgênero de História e Arte⁶⁵ (2021).

Mombaça (2023) tateia a possibilidade da coletividade estruturada no movimento do “estilhaçamento”, que abre espaço para politizar nossas feridas em ação conjunta sobre os cacos e estilhaços, para assim, podermos nos espalhar juntas. Habitando espaços inférteis e resistindo com o desconforto da solidão, tomamos consciência de quando existimos coletivamente, e uma vez reunidas, reconhecemos as “quebras” uma das outras (Mombaça, 2023). Em acordo com Mombaça (2023, p. 27), aquelas por qual a vida foi atravessada pelo horror de existir, desenhadas por apocalipses, filhas do fim do mundo: “herdeiras malditas de

⁶⁵ Acesse o Museu Transgênero de História e Arte - MUTHA: <https://mutha.com.br/2021/05/04/ana-giselle/>.

uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como os rios a esconder-se na terra.”

Todavia, na luta pela libertação, esse povo outrora distribuído em círculos irreais, esse povo sujeito a um terror indizível mas feliz de perder-se numa tormenta onírica, se dispersa, se reorganiza, e engendra, com sangue e lágrimas, confrontos muito reais e imediatos. (Fanon, 2022, p. 53).

4.3 Punição e criminalização da travestilidade

*Matriarcas de muitas nações
Esse corpo ancestral
Nunca precisou de aval para existir
Hoje todos vivem a nos punir
E nossa opção é resistir
Para existir
Desistir não é opção
Não importa sua opinião
Nossa vingança é permanecemos vivas
E acreditamos com esperança de nossas vidas,
Serem vividas em abundância
Vida em abundância
Foda-se a sua tolerância
Filhas de Oxum, filhas do ouro, filhas da abundância
Ayô Tupinamba - “Ancestravas”⁶⁶ (2022).*

Guilherme Gomes Ferreira (2014), no artigo *A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais*, investiga a condição das pessoas trans e travestis (principalmente as travestis) que constroem suas experiências sociais em situação de privação de liberdade. O Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), campo investigado por Ferreira (2014), possui uma ala que é fruto das reivindicações das travestis, apoiadas pelo movimento social da cidade, sem recursos de projetos sociais ou apoio estatal. Essas reivindicações expuseram diversas violações de direitos humanos e da violência cissexista⁶⁷, fatores que as impedem de ocupar e participar, igualmente, dos processos de decisão política e do acesso de bens e serviços, como as pessoas cisgênero. Através das categorias de interseccionalidade, percebe-se que as prisões latino-americanas operam para violentar determinadas sujeites em razão de suas diferenças e de seu pertencimento a grupos historicamente subalternizados (Ferreira, 2014).

(...) as prisões não podem ser espaços de produção da cidadania enquanto forem instituições que só funcionam porque existe violência; é preciso entender que todos os espaços que se dizem, na prisão, pró-cidadania, convivem com a contradição de redução das violências, e não obliteração delas — é certo dizer, ademais, que o próprio funcionamento da prisão captura esses espaços para servirem à instituição com mecanismo de controle. (Ferreira, 2014, p. 96).

⁶⁶ Escute a música através do vídeo disponível no link a seguir:
<https://www.youtube.com/watch?v=vgQmxK1mHLI>.

⁶⁷ Um dos principais objetivos dessa violência é o apagamento das vozes trans e travestis, potencialidades, ações por reconhecimento e cidadania no processo civilizatório (Ferreira, 2014).

As violências do cissexismo e do machismo direcionadas às travestis no Brasil — onde há uma predominância de travestis negras⁶⁸ e de seus recortes de classe —, constituem-se da mesma fonte do racismo e do classismo (Ferreira, 2014). A opressão⁶⁹ que a travesti sofre é resultante da articulação entre diferentes categorias de diferenciação. No cenário prisional, a transfobia — procedente de uma classe e raça específicas — intensifica-se na medida em que ela é a causa última da discriminação que sofrem dos outros presos e também dos policiais (Ferreira, 2014). A opressão agrava-se por meio de diferentes dimensões:

(...) se sofrem violência, elas merecem porque são travestis; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual, é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportaram bem; se não conseguem emprego, são vagabundas; e toda uma ordem de enunciações que podem ser explicativas das experiências das travestis com o social, mas que seriam interpretadas de outra maneira para explicar a experiência das pessoas cisgênero pobres e negras. (Ferreira, 2014, p. 113).

Consoante Ferreira (2014), o abandono familiar sofrido pelas mulheres cis em privação de liberdade também é vivenciado pelas travestis, embora ocorra por movimentações distintas. No caso das travestis, o abandono costuma ser reflexo de sexualidades e expressões de gênero dissidentes. Muitas vezes, os relatos indicam a saída de casa na adolescência, motivada por desentendimentos e violências sofridas no ambiente familiar (Ferreira, 2014). A prisão torna-se mais um motivo para a família abandoná-las. Esse acontecimento estende-se também aos homens com os quais elas se relacionam no cárcere: lidos pela cis-heteronormatividade como homossexuais, estes também são discriminados por suas famílias e pela massa carcerária (Ferreira, 2014).

Wescla Vasconcelos (Barbosa, 2024), na entrevista intitulada *Com Nome, Mas Sem Endereço*, destaca que a não aceitação familiar resulta na expulsão compulsória de mulheres trans e travestis de seus lares. Uma vez que essa comunidade já encontra obstáculos à permanência estudantil devido às violências de gênero no ambiente escolar, isso ocasiona a falta de qualificação para o mercado de trabalho e reduz possibilidade de obtenção de

⁶⁸ “Assistente social do Centro de Cidadania LGBTI Metropolitana I, em Niterói, Renata Marques pontua que mulheres trans e travestis negras estão suscetíveis a violências maiores, porque não enfrentam apenas situações de transfobia, mas também de racismo. Ela acrescenta que muitas das pessoas que chegam ao Rio de Janeiro são de outro estado, o que pode complicar a situação de vulnerabilidade por não conhecerem o território.” (Barbosa, 2024, p. 5).

⁶⁹ “(...) essa discriminação não só tem relação com uma identidade de gênero que foge dos padrões do sistema binário sexo/gênero (porque são identidades que borram as fronteiras daquilo que a sociedade considera ‘masculino’ ou ‘feminino’) como também muitas vezes é violência contra sua raça/etnia, além de certamente ter sua raiz na discriminação com relação à estética/cultura da travesti, baseada numa cultura popular formada por aspectos ambíguos constitutivos do projeto de cultura dos dominados e reinterpretativos da cultura dominante.” (Ferreira, 2014, p. 111).

melhores rendas. Para além, essas pessoas também sofrem discriminação institucional no ambiente de trabalho, enfrentando a falta de oportunidades e dificuldades para ingressar no mercado de trabalho formal (Barbosa, 2024).

As famílias violentam, não aceitam, humilham e constroem. A humilhação e o sofrimento mental que causam ao não entender a transexualidade é um dos principais pontos que faz as pessoas saírem de casa, o que eu, na verdade, não considero como 'sair de casa', mas sim como sendo expulsas. - Wescla Vasconcelos (Barbosa, 2024, p. 4).

Como ocorre com a maioria das pessoas trans no Brasil, muitas travestis e mulheres transexuais vivenciam trajetórias marcadas pela expulsão do ambiente familiar, pela precarização extrema das condições de vida e pela inserção compulsória na prostituição como estratégia de sobrevivência (Antra, 2022). Em entrevista aos *Estudos trans e políticas globais em perspectiva feminista*, Susan Stryker afirma (Vieira, 2023, p. 3): “O único emprego que uma mulher trans pode ter é descobrir como fazer com que pessoas cis a paguem para ser uma mulher trans para elas”. Nesse contexto, tornam-se alvos fáceis do sistema penal, sendo frequentemente aliciadas como “mulas” no mercado ilícito de drogas, configurando a principal causa de aprisionamento dessa população, como aponta o *Dossiê Trans Brasil: Um olhar acerca do perfil de Travestis e Mulheres Transexuais no sistema prisional*, realizado pela Antra no primeiro semestre de 2021, em sete estados: Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Sergipe e Espírito Santo (Antra, 2022).

Sob a justificativa do combate às drogas, o Estado brasileiro tem lançado às prisões jovens negres, pobres, travestis e transexuais, produzindo vítimas a partir de um racismo genderizado que opera na intersecção entre classe, raça e gênero (Antra, 2022). Muitas prisões decorrem de crimes de menor potencial ofensivo, como pequenos furtos, ou mesmo de falsas acusações de roubo, frequentemente associadas a situações em que clientes se recusam a pagar por programas sexuais após sua realização (Antra, 2022). Esses processos evidenciam que o aprisionamento de pessoas trans e travestis está profundamente enraizado na transfobia e no racismo estrutural, que caracterizam a sociedade brasileira, bem como na criminalização das drogas e nas políticas que sustentam essas dinâmicas de segregação.

É assim que se pratica a prostituição. O pai fez o que o mundo exige: pediu de todas as formas que seu filho viado não fosse a futura travesti, a grande puta. Que não viva, que negocie com Deus e viva sem viver, que seja outro, que seja seu filho, mas que de nenhuma maneira seja isso que quer ser, isso que quer se manifestar. No entanto, como ocultar essa revelação? Como alguém pode ocultar isso que se dá a conhecer desde o coração da pedra, isso que esteve oculto toda a vida dentro dessa pedra, essa forma para ser vivida, não apenas manifestada? Essa realidade impossível de rastrear, de saber quando começou, quando se decidiu que fôssemos prostitutas. (Villada, 2025, p. 58).

Essa estrutura contribui para a reafirmação do mito da “travesti perigosa”, do “monstro criminal”, reiterado por mecanismos sociais de exclusão, apagamento e eliminação simbólica e material dessas existências (Antra, 2022). A violência vivenciada pela população de travestis e mulheres transexuais é intensificada no sistema prisional, em razão da institucionalização da violência e do falocentrismo⁷⁰ que estrutura as práticas policiais e penitenciárias. Para Villada (2025), a vida não poderia funcionar sem a presença das travestis nas margens, uma existência que, sob constante violência, rompe todas as normas.

A ausência de formação adequada dos agentes do Estado para lidar com questões de gênero resulta no tratamento de pessoas trans como corpos abjetos — ou seja, “(...) aquilo que fica de fora, expulso das categorias de pensamento socialmente criadas, estabelecidas e culturalmente inteligíveis em determinado período histórico.” (Leite Junior, 2012, p. 560) —, com completo desrespeito às suas identidades de gênero (Antra, 2022). Não raras vezes, conforme o dossiê, muitas travestis e mulheres trans são encaminhadas ao chamado “seguro”, junto a estupradores. A justificativa institucional de que a medida seria adotada para a sua própria “segurança” não apenas agrava a violência estatal, mas também reforça estigmas e produz falsos dados que as associam, injustamente, a crimes pelos quais não foram responsabilizadas (Antra, 2022).

Na perspectiva de Jorge Leite Junior (2012), o nojo, a zombaria e o medo no cotidiano sustentam violências inferiorizantes que demonstram pessoas situadas fora das fronteiras das categorias de inteligibilidade social deixam de ser, sequer, consideradas para serem pensadas. No caso de homens trans e pessoas transmasculinas, há uma subnotificação que incide de maneira especialmente intensa, mantendo esses grupos ainda mais invisibilizados. Essa invisibilidade expressa-se tanto na produção acadêmica sobre a população LGBTQIAPN+ quanto no interior dos movimentos sociais e das unidades prisionais, que raramente reconhecem a presença desses sujeitos (Antra, 2022).

Dessa forma, o estudo também indica que as identidades transmasculinas nas prisões femininas são atravessadas por profunda confusão institucional. Homens trans e pessoas transmasculinas são frequentemente tratados como mulheres lésbicas masculinizadas ou enquadrados em categorias amplas e homogeneizantes que circulam nesses espaços, o que contribui para o apagamento de suas identidades e para a negação de seus direitos (Antra, 2022).

⁷⁰ Estrutura social que apresenta o falo como centro simbólico, supervalorizado a partir do biologicismo.

Homens trans e pessoas transmasculinas seguem, de modo geral, fora do horizonte das políticas e das práticas de cuidado no cárcere (Antra, 2022). Não são contemplados nos debates e nas ações voltadas à pobreza menstrual, aos cuidados relacionados ao câncer de mama ou à saúde sexual e reprodutiva, tampouco às dimensões das afetividades e da constituição de arranjos familiares (Antra, 2022). Da mesma maneira, permanecem invisibilizados/inviabilizados quando se trata dos cuidados inerentes às modificações corporais e à manutenção de seus caracteres sexuais secundários masculinos no contexto prisional, evidenciando um apagamento sistemático de suas demandas específicas (Antra, 2022).

A investigação *Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização*, envolvida por Céu Cavalcanti e Roberta Bicalho (2018), manifesta os lugares de inferiorização aos quais as travestis estão socialmente expostas e que acabam por naturalizar ao longo de suas vidas. Cavalcanti e Bicalho (2018), retificam para composição de projetos que desprivatizem os sofrimentos e sinalizem o caráter coletivo da violência, produzindo registros sobre nossas histórias coletivas.

Analisar o lugar que historicamente as travestilidades vêm sendo alocadas em nossos contextos sociais abre um nicho no pensamento que convida a observar algumas brechas, como uma reflexão sobre fascismos cotidianos e suas materialidades que se enraízam em diferentes regimes de organização do Estado, marcados por um projeto de acirramento da violência direcionada a corpos trans. Em que pese incontestáveis violências ocorridas no período ditatorial no Brasil, operações policiais ocorrem justamente no período de redemocratização e se mantêm por vários anos após significativas mudanças sociais e políticas no Brasil, fato que nos alerta que a violência transfóbica é estabelecida como ação rotineira e cotidiana do Estado penal, operado por políticas de segurança pública. (Cavalcanti, Bicalho, 2018).

Ao final da década de 1980, o processo de redemocratização marcou aberturas políticas que aliviaram as comunidades após décadas de um regime ditatorial (Cavalcanti; Bicalho, 2018). A democracia garante direitos básicos para populações em desproteção social, compondo grandes sistemas públicos, como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que se inscrevem no plano de abertura da política e do social.

O “pensamento tentacular” (Haraway, 2016, apud Cavalcanti; Bicalho, 2018), considera as diferentes direções do poder e seus efeitos práticos, articulando-se na metáfora da “rede”, das “aranhas” e dos “tentáculos”. Tais figuras marcam a confluência do poder em tempos e espaços específicos, exemplificada pela operação policial denominada “Operação Tarântula”, ocorrida em São Paulo, entre fevereiro e março de 1987. Esse episódio escancarou

o contexto sociopolítico que percebe e recebe corpos travestis através de uma política de ódio e abjeção. A pandemia do HIV, existente no senso comum dos anos 1980 e demarcada, na década de 1990, pela expressão “peste gay”, foi relacionada a julgamentos religiosos apocalípticos, criminalizando a prostituição e intensificando a perseguição a corpos trans e travestis (Cavalcanti; Bicalho, 2018).

Os discursos coletivos sobre a Síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), também operam para validar as violações e as violências aos corpos apontados para serem combatidos, mantendo a atenção voltada às pessoas LGBTQIAPN+ e não visibilizando os casos de contaminação entre pessoas heterossexuais cisgêneras (Cavalcanti; Bicalho, 2018). Ao mesmo tempo em que o Sistema Único de Saúde (SUS) se prepara para atender à demanda da epidemia da Aids, outros setores da sociedade, como a polícia, utilizam como base novas funcionalidades do Código Penal Brasileiro (1940), acionando o sistema penal — já operacionalizado à décadas sobre o racismo — e, sem qualquer debate epidemiológico, passam a apreender⁷¹ travestis por supostos crimes de contágio venéreo⁷² (Cavalcanti; Bicalho, 2018).

A criminalização, para as travestis, passa a ser acionada pela punição em função do que se é: “O nojo que o corpo travesti provoca ativa processos de desumanização e imposição de um lugar da monstruosidade.” (Cavalcanti; Bicalho, 2018, P. 182).

Uma racionalidade como essa se enraíza nas práticas cotidianas e produz efeitos subjacentes. No contexto em que o Estado brasileiro investe em processos de branqueamento da população, na medida em que se cria o lugar social da degenerescência para pessoas não brancas, abre-se um sistema de pensamento que interpreta o delito a partir de uma relação direta com os marcadores sociais de quem o comete. (Cavalcanti; Bicalho, 2018, P. 182).

Mulheres trans e travestis constituem um dos grupos populacionais mais expostos a situações de desigualdades no acesso à saúde no Brasil. Essa condição não decorre de suas identidades de gênero, mas das violências estruturais, institucionais e simbólicas que atravessam suas trajetórias de vida. Estudos de saúde pública da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, 2024) apresentam resultados do projeto *TransOdara*, desenvolvido entre 2019 e 2021, com financiamento do Ministério da Saúde e

⁷¹ “Cabe pensar a prisão como um desses espaços de fronteira (Davis, & Dent, 2011) em que a suspensão do estado de direitos opera em favor do combate ao mal ali encarcerado. Trata-se, pois, de uma continuação do processo que anteriormente elegeu esse mal para em seguida justificar que sua vida sempre ocorra nestes tais espaços de fronteiras borradas.” (Cavalcanti; Bicalho, 2018, p. 186).

⁷² “Art. 130 - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa. § 1º - Se é intenção do agente transmitir a moléstia: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa” (Decreto - Lei n.º 2.848/1940, apud Cavalcanti, Bicalho, 2018, p. 179).

da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). O estudo avaliou a prevalência de sífilis e de outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) a partir de entrevistas realizadas com 1.317 mulheres trans e travestis em cinco capitais brasileiras: Manaus, Salvador, Campo Grande, São Paulo e Porto Alegre.

A prevalência de infecção pelo HIV entre as participantes alcançou 34,4% no conjunto das capitais analisadas, conforme estudo conduzido por pesquisadoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Fapesp, 2024). Em São Paulo, os dados revelam um cenário ainda mais preocupante: entre as participantes que realizaram testes rápidos, 58% apresentaram resultado positivo para sífilis e 27% para HIV, além de registros de clamídia, gonorreia e hepatites virais (Fapesp, 2024). Os números evidenciam não apenas a exposição às infecções sexualmente transmissíveis, mas também as barreiras persistentes no acesso às políticas de prevenção, diagnóstico e cuidado contínuo.

Estima-se que cerca de 3 milhões de pessoas trans e não-binárias vivam atualmente no Brasil, o que corresponde a aproximadamente 2% da população adulta, segundo estudo da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB-Unesp), publicado em 2021 na revista *Scientific Reports* (Fapesp, 2024). Ainda assim, mantém-se concepções reducionistas e equivocadas, inclusive no interior dos serviços de saúde, que restringem as necessidades dessa população a intervenções hormonais ou cirúrgicas.

A implementação de ambulatórios especializados, aliada à qualificação permanente dos profissionais de saúde e à oferta de atendimentos individualizados por equipes multidisciplinares, apresentam-se como estratégia fundamental para o enfrentamento das barreiras de acesso aos serviços de saúde vivenciadas por mulheres trans e travestis (Fapesp, 2024). A ausência de cuidado integral⁷³ e de abordagens sensíveis às especificidades dessa população contribui para o agravamento de quadros de saúde mental, que variam da depressão à ideação e às tentativas de suicídio, frequentemente intensificados pelo uso de substâncias psicoativas como estratégia de enfrentamento do sofrimento cotidiano (Fapesp, 2024).

O pessimismo é tão potencialmente tóxico quanto a crença na verdade, no futuro e no bem. Se a gente ao menos soubesse enfeitiçar os efeitos da ansiedade noutras direções, para aprender com eles. Mas a gente vai ficando doente e se sente descartável. Estamos sempre à porta ou na esquina de qualquer coisa. (Mombaca, 2023, p. 29).

⁷³ O Ministério da Saúde publicou em 2026 as notas técnicas 242 e 243 que orientam os sistemas de informação e os serviços de saúde a respeitarem identidades de gênero. Como proposta de garantir um cuidado mais seguro para pessoas trans, travestis e não-binárias. As orientações devem abranger laboratórios e serviços de saúde que realizam o diagnóstico e cuidado de pessoas que vivem com HIV e/ou Aids, hepatites virais e outras IST's (infecções sexualmente transmissíveis) (Ministério da Saúde, 2026).

As narrativas produzidas no âmbito das pesquisas evidenciam que a precariedade das redes de apoio, marcada pela falta de vínculos sociais, pela instabilidade financeira e pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, atravessam diretamente essas trajetórias (Fapesp, 2024). No contexto da prostituição, por exemplo, o consumo de álcool e outras drogas surge, muitas das vezes, como um recurso para suportar situações de violência, exaustão física e emocional e a imposição cotidiana do sexo como meio de sobrevivência. Como relatado por participantes da pesquisa, o uso ocasional de bebidas alcoólicas pode evoluir para o consumo de outras substâncias, aprofundando ciclos de vulnerabilidade (Fapesp, 2024).

Diante das dificuldades impostas pelos serviços de saúde, a maioria das mulheres trans e travestis recorrem à automedicação hormonal como forma de afirmar suas identidades de gênero e reduzir os efeitos da disforia, ainda que cientes dos riscos de danos graves à saúde (Fapesp, 2024). Essas práticas revelam, de forma contundente, como a negligência institucional e a transfobia estrutural produzem adoecimentos evitáveis, deslocando para seus próprios corpos a responsabilidade por cuidados que deveriam ser assegurados pelo Estado. “Porque se o mundo, que é meu trauma, não para nunca de fazer seu trabalho, então ser maior que o mundo é meu contratrabalho.” (Mombaça, 2023, p. 31).

De acordo com o Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2023 foram 145 casos de assassinatos de pessoas transexuais, sendo a vítima mais nova uma adolescente de 13 anos. A maioria delas, segundo o documento, foram mulheres transexuais ou travestis (94%), pretas ou pardas (72%) e com idade média de 30 anos. Mais da metade (54%) vivia da prostituição. (Barbosa, 2024, p. 5).

4.4 Tecnologias de gênero, direitos e cuidados em saúde reprodutiva de homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias

O que cê diz que é natural
Se desfaz aqui
Eu só preciso existir
Você não é natural nem na sobancelha
Nós não somos naturais nem na sobancelha
Vou me modificar, escova fazer, siliconar, eu vou emagrecer
Vou morrer de malhar; vou injetar; um maromba é o que eu quero ser
(E aí, com tantas modificações corporais já existentes)
Eu vou demonizar quem se modificar de uma forma que eu não quero ser
Porque eu sou
Um lixo.
Mascucetas - “Nem nas sobancelhas”⁷⁴ (2023).

João W. Nery e Eduardo Maranhão Filho (2013) discorrem acerca das “transexperiências” por meio de uma etnografia digital e de um recorte sobre as transmasculinidades⁷⁵, introduzindo o termo “transhomens”, no artigo *Transhomens no ciberespaço 2: biopolíticas nos tecno-homens*. O trabalho desempenhado por eles possibilita o entendimento das tecnologias de gênero⁷⁶ enquanto “tecnologias que produzem vida (e que incluem as de modificação ou aumento corporal), são tecnologias materiais e discursivas, culturais e políticas e não simplesmente técnicas no sentido literal do termo” (Bourcier, 2008, p. 65, apud Nery; Maranhão Filho, 2013, p. 1). Homens trans, segundo os autores, vivenciam uma “masculinidade inquietante”, marcada por inseguranças em uma cultura brasileira que ainda resiste em considerá-los homens sem pênis, com seios e vaginas. Nery e Maranhão Filho (2013) também indicam uma preocupação com a família e com as formas de obter seus hormônios, bem como as dosagens corretas. Segundo os autores:

Uma das principais demandas da maioria dos transhomens é a hormonioterapia. Na fase pré-T6⁷⁷, há muitos relatos de ansiedade, depressões, síndrome do pânico, diagnósticos errados de transtorno afetivo bipolar, paralisias motoras, tentativas de suicídio, síndromes fóbicas e outras afecções, quase todas, como resultantes da transfobia e que cessam quando começam a transição. A hormonização tem demonstrado acalmar a maioria. (Nery; Maranhão Filho, 2013, p. 2).

⁷⁴ Assista a performance musical dos artistas a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=CcSIbaRoQ5M>.

⁷⁵ “As transmasculinidades, como o próprio nome nos sugere, são múltiplas e podem ser compreendidas como novas identidades políticas e sociais produzidas por homens trans e também pelas pessoas não-normativas (não binárias) que se identificam com as transmasculinidades e nem todas essas pessoas se identificam exclusivamente enquanto homens”. (Almeida, 2012, n.p., apud Neves; Peçanha, 2021, p. 147).

⁷⁶ “Tecnologias de gênero também são relatadas como estratégias de autopreservação por parte de pessoas transmasculinas e não-binárias gestantes. Essas estratégias variam entre tentativas de ocultação da gestação, como uso do binder, casacos, blusas de frio e roupas largas, ou a prática de cisplay, com a aceitação de imposições do feminino cisgênero para evitar a exposição a violências transfóbicas.” (Rodriguez; Medeiros, 2016, p. 26).

⁷⁷ Antes do uso da testosterona.

A partir da Segunda Guerra Mundial, com o avanço da biotecnologia, das técnicas cirúrgicas e da produção de drogas sintéticas — entre elas, os hormônios —, possibilitaram-se transformações “somatoplásticas” até então inimagináveis no estatuto moderno dos corpos (Nery; Maranhão Filho, 2013). Esses dispositivos biomédicos ampliaram as formas de intervenção sobre a materialidade corporal, deslocando fronteiras historicamente consideradas naturais ou imutáveis. Preciado (2008, apud Nery; Maranhão Filho, 2013) denomina esses artefatos como “tecnopolíticas moles”, “leves”, “gelatinosas” ou “injetáveis”, caracterizando-os como tecnologias que assumem a forma do corpo, incorporam-se a ele e operam diretamente na produção de subjetividades e identidades de gênero. Os “piratas do gênero”⁷⁸, autoexperimentadores voluntários e considerados “autocobaia”, constituem-se como potências políticas criativas de um novo modo de subjetivação⁷⁹ (Nery; Maranhão Filho, 2013).

Relatos de interlocutores na pesquisa de João W. Nery e Eduardo Maranhão Filho (2013) indicam a recorrente escassez de testosterona nas farmácias, evidenciando falhas persistentes nos circuitos formais de abastecimento desse insumo. Diante da ausência de acompanhamento endocrinológico e da dificuldade de obtenção de prescrição médica, alguns homens trans recorrem à automedicação e à aquisição de hormônios por meios informais (Nery; Maranhão Filho, 2013). Segundo o estudo, estima-se que uma parcela significativa da testosterona em circulação provenha do mercado clandestino esportivo, especialmente de academias de musculação e de plataformas virtuais vinculadas ao fisiculturismo. Embora essa prática não seja recomendada por profissionais da saúde, ela se configura como uma estratégia possível diante da falta de recursos financeiros, da escassez de profissionais especializados, da transfobia e da morosidade do Sistema Único de Saúde (SUS) no acesso à hormonização (Nery; Maranhão Filho, 2013).

A mastectomia masculinizadora costuma ser uma das principais intervenções cirúrgicas às quais muitos homens trans se submetem, sobretudo por possibilitar a eliminação do uso contínuo de *binders*⁸⁰, faixas compressivas, esparadrapos e fitas adesivas, além de favorecer processos de aceitação pessoal e reconhecimento social (Nery; Maranhão Filho,

⁷⁸ “(...) gender hackers — como cita Preciado (2008, p. 47) —, que consideram os hormônios sexuais como biocódigos livres e abertos, cujo uso não deve estar regulado nem pelo Estado nem confiscado pelas campanhas farmacêuticas.” (Nery; Maranhão Filho, 2013, p. 3).

⁷⁹ “A ‘história da humanidade’ se beneficiaria se fosse rebatizada como ‘história das tecnologias’, sendo o sexo e o gênero dispositivos inscritos em um sistema tecnológico complexo.” (Preciado, 2022, p. 34).

⁸⁰ O uso contínuo de *binders*, faixas compressivas, fitas adesivas e esparadrapos pode ocasionar diversos incômodos e agravos à saúde, como falta de ar — especialmente entre aqueles que já apresentam comprometimentos pulmonares —, sensação excessiva de calor, assaduras e lesões cutâneas. Em casos mais graves, observa-se o surgimento de escoriações intensas, podendo evoluir para quadros de sofrimento tecidual significativo, com risco de necrose das mamas. (Nery; Maranhão Filho, 2013).

2013) — “Tanto o binder, que é o colete compressor, quanto à faixa torácica ou as fitas adesivas e esparadrapos, têm a função de esconder as mamas.” (Nery; Maranhão Filho, 2013, p. 9). Trata-se de um procedimento que independe da pan-histectomia⁸¹ e/ou das cirurgias genitais, as quais são classificadas como intervenções sobre caracteres sexuais secundários. Para a maioria dos sujeitos, o percurso cirúrgico se satisfaz nesse estágio; em outras construções, podem ocorrer a realização da neofaloplastia, frequentemente denominada, de forma imprecisa, como “ortofaloplastia” — termo que, na prática médica, refere-se a procedimentos voltados à correção de curvaturas penianas (Nery; Maranhão Filho, 2013).

A neofaloplastia é a reconstituição de um ‘novo pênis’. Trata-se de cirurgia considerada ainda ‘experimental’ (só no Brasil), e por isso, só é feita em hospitais universitários, mas, somente para os trans-homens – e não mais para os homens assim designados no nascimento, o que evidencia o preconceito da Medicina. (Nery; Maranhão Filho, 2013, p. 8).

O *packer* também é uma alternativa que consiste na utilização de uma órtese em formato de pênis, disponível tanto no modelo flácido, utilizado para conferir volume à região genital, quanto no modelo rígido, comumente associado às práticas sexuais (Nery; Maranhão Filho, 2013). Em uma sociedade estruturada a partir de um modelo binário e excludente, as hormonizações e cirurgias acabam sendo vivenciadas, muitas vezes, como imposições para que esses corpos sejam reconhecidos socialmente (Nery; Maranhão Filho, 2013). As experiências dos *transhomens*, em concordância com Nery e Maranhão Filho (2013), evidenciam que não é a anatomia que define o gênero, mas o contrário: é o gênero que organiza a forma como os corpos são lidos e legitimados.

A partir dessas reflexões, torna-se possível ampliar o olhar para outras experiências e demandas que atravessam as transmasculinidades. Temas como a gestação paterna, a interseccionalidade, o aborto transmasculino, a paternidade trans, a saúde obstétrica transmasculina e a legalização do aborto integram a agenda de debates do transfeminismo das transmasculinidades. De acordo com Leonardo Peçanha, Jaqueline Gomes de Jesus e Anne Monteiro (2023), no artigo *Transfeminismo das transmasculinidades: diálogos sobre direitos*, essas pautas permitem aprofundar a compreensão sobre como gênero, corpo e direitos reprodutivos se articulam, revelando tensões e silenciamentos ainda presentes nos campos da saúde, do direito e das políticas sociais. Cauê Assis de Moura (2021, p. 115) afirma: “Nosso lugar nas discussões acerca dos feminismos e dos transfeminismos são frestas por onde, com um certo esforço, é possível vislumbrar outros horizontes.”

⁸¹ “Retirada de todos os órgãos reprodutores internos.” (Nery; Maranhão Filho, 2013, p. 8).

Figura 15 - Fefa Lins - “Broderagem”, 2021.



Fonte: Bravo! (2025).

Constitui-se, portanto, uma epistemologia centrada na experiência transmasculina, especialmente no que se refere aos direitos civis, à cidadania, à saúde, aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como às demandas relacionadas às violências às quais essas existências estão expostas. Incluem-se, ainda, as “brechas” e “não-lugares” produzidos socialmente, assim como as discussões sobre relacionamentos e formas de reconhecimento que envolvem homens trans e pessoas transmasculinas. Nesse cenário, observa-se que muitos homens trans e pessoas transmasculinas têm se apresentado como pais biológicos, fomentando debates sobre paternidade transmasculina, gestação paterna e a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos para esses sujeitos (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023).

Busca-se, assim, conscientizar a população sobre a existência e a autenticidade das famílias trans, bem como afirmar que as transmasculinidades podem consolidar seus projetos parentais por meio da gestação, conforme seus desejos. As questões relativas à obstetrícia e à ginecologia têm sido pautadas de formas distintas, colocando homens trans e pessoas transmasculinas em constante enfrentamento, coação e apagamento de seus corpos e identidades no acesso à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos — fundamentais para garantir a autonomia sobre o próprio corpo (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023).

Em relação à gestação, observa-se que ela ainda é tratada no âmbito do processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de uma lógica

cis-heteronormativa. É como se a adequação de gênero implicasse, necessariamente, a supressão das nossas capacidades reprodutivas, desconsiderando a existência de mães e pais trans biológicos, bem como famílias transcitradas e não-heterossexuais. Essa perspectiva reforça um imaginário social ancorado na heterossexualidade compulsória e em normas cisgêneras aplicadas às pessoas trans e travestis — o que não condiz com as multiplicidades e práticas vividas por esses sujeitos (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023).

Assim, a autonomia corporal e reprodutiva é uma demanda urgente para os homens trans e pessoas transmasculinas que tem sistematicamente seus direitos negados. Essa negação, reflete, sobretudo, na saúde física e mental, uma vez que, homens trans que gestam podem recorrer ao suicídio após serem submetidos a um pré-natal precário, tendo que lidar com a ausência de políticas públicas e a violência institucional. A violência obstétrica, que se caracteriza pela violência física ou psicológica praticada por profissionais de saúde contra gestantes durante o período da gravidez e do parto, estende-se também aos homens trans e pessoas transmasculinas. Nesse caso, a violência obstétrica ganha contornos específicos, pois é atravessada pela transfobia, além de outras formas de violência como o racismo por exemplo. Atitudes como o não respeito ao nome social, trocar os pronomes, chamar a pessoa gestante e puérpera de mãe, mesmo ela apontando seu desejo de ser denominada de outra forma, como pai, são exemplos de como violência obstétrica incide sobre as transmasculinidades. (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023, p. 99).

Para além das pautas já apresentadas por Peçanha, Jesus e Monteiro (2023), a menstruação ocupa um lugar central nas discussões das transmasculinidades nos discursos transfeministas. Esse tema tem sido atravessado por disputas em torno da linguagem, especialmente com a difusão do termo “pessoas que menstruam”⁸². A resistência a essa expressão, observada em determinados segmentos do feminismo radical e entre mulheres cisgêneras, revela uma compreensão restritiva que associa a menstruação exclusivamente à identidade da mulher cis (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023). Perspectivas marcadas pelo cissexismo acabam, assim, apagando a diversidade de corpos e identidades que vivenciam o ciclo menstrual. Torna-se necessária, portanto, a adoção de termos mais abrangentes para romper com esse apagamento, reconhecendo que homens trans, pessoas transmasculinas, não-binárias e intersexo também menstruam e devem ser contempladas nas políticas e nos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Cello Pfeil, Bruno Pfeil e Cauê Assis de Moura (2024), recomendam também a nomeação da violência contra pessoas transmasculinas, introduzindo o termo “transmasculinofobia”:

⁸² Apesar das polêmicas que envolvem o termo “pessoas que menstruam”, o qual foi extremamente atacado pelas feministas radicais que não querem reconhecer as transmasculinidades que menstruam e engravidam, com objetivo de excluir esse grupo no enfrentamento ao capitalismo patriarcal, apagando e violentando seus saberes, práticas, corpos e experiências (Ibrat, 2022).

Tal como o termo transfobia surge para designar violências específicas contra pessoas trans; tal como travestifobia surge para designar as violências transfóbicas específicas que atravessam as travestilidades e transfeminilidades, o termo transmasculinofobia surge para designar as violências transfóbicas que atravessam as transmasculinidades, incluindo as violências sexuais, tão invisibilizadas fora e dentro da comunidade trans. (Pfeil; Pfeil; De Moura, 2024, p. 132).

O direito de decidir sobre gestar ou não gestar, em conformidade com Ale Mujica Rodriguez e Raiz Policarpo Medeiros (2024), na cartilha *Justiça Reprodutiva para Todes*, deve ser assegurado a todas as pessoas cujas experiências de gênero se distanciam da norma. Isso inclui mulheres cis lésbicas, bissexuais e pansexuais, pessoas transmasculinas e pessoas não-binárias designadas femininas ao nascer (AFAB). Todavia, a efetivação desse direito é perpassada por múltiplas desigualdades: marcadores étnico-raciais, territoriais e socioeconômicos, bem como a diversidade de corporalidades e experiências intensificam os obstáculos de acesso, interseccionando-se com as dimensões de gênero e sexualidade e produzindo formas específicas de exclusão (Rodriguez; Medeiros, 2024).

O que é preciso fazer é sacudir as tecnologias da bioescritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições. Não se trata de substituir certos termos por outros. Não se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas de modificar as posições de enunciação. (Preciado, 2022, p. 38-39).

Os direitos reprodutivos devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva ampliada, que garanta a todas as pessoas a possibilidade de decidir sobre a reprodução de maneira livre de violência, discriminação e coerção. Esses direitos sustentam-se no acesso a métodos contraceptivos, ao tratamento da infertilidade e ao planejamento reprodutivo, à possibilidade de interromper uma gestação de forma segura quando esta não for desejada, bem como ao acesso a serviços de saúde reprodutiva de qualidade e a uma atenção ao parto pautada pela humanização (Rodriguez; Medeiros, 2024).

A defesa da autonomia corporal de homens trans, pessoas transmasculinas e não-binárias ocupa um lugar importante nas agendas transfeministas, sobretudo diante da invisibilidade que enfrentam nos serviços de ginecologia e obstetrícia⁸³ (Rodriguez; Medeiros, 2024). Em resposta a esse apagamento, têm sido construídas estratégias coletivas de circulação de informações, cuidado compartilhado e práticas de autocuidado. As transmasculinidades estabelecem uma marca histórica nas experiências de parentalidade,

⁸³ “De acordo com os dados apresentados no mapeamento, em espaços de saúde, 27,8% de transmasculinos não possuem seu nome social respeitado; 29,4% não possuem sua identidade de gênero respeitada (Pfeil *et al.*, 2023). A violência obstétrica se expressa, dentre outras formas, pelo desrespeito ao nome social da pessoa gestante, pelo desrespeito de pronomes, por comentários sobre seu corpo e identidade.” (Pfeil; Pfeil; De Moura, 2024, p. 128).

afirmando que diferentes corporalidades e expressões de masculinidades também fazem parte dos processos reprodutivos, gestacionais e do cuidado obstétrico⁸⁴ (Rodriguez; Medeiros, 2024). Assegurar a autonomia reprodutiva dessas pessoas é, portanto, garantir que seus projetos parentais possam ser reconhecidos e efetivados com dignidade.

As masculinidades hegemônicas são para serem desconstruídas nos vieses das transmasculinidades, pois não se pode ter uma leitura rasa e unificada de ser homem, e sim múltiplas formas de expressar a masculinidade. As transmasculinidades têm muito a ensinar, e nós, homens trans e pessoas transmasculinas, fazemos isso com os nossos corpos, nossas performances transgressoras, nossas tecnologias de resistências. Modificamos o cotidiano com as nossas existências e formas de viver. Nossas vivências e vidas são educadoras. Nossos corpos educam, educamos com as nossas vidas. O viver já é uma enorme resistência. Defendemos nosso direito de "EnvelheSer"(neologismo que reflete nossa visão sobre, em sobrevivendo a todas as violências transfóbicas, passarmos pela experiência da velhice) com dignidade, com respeito. Somos responsáveis pelos que já estão, pelos que virão. (Mahin, 2020, p. 60).

As análises desenvolvidas ao longo desta seção demonstram que o acesso às políticas sociais no Brasil estrutura-se a partir de um regime seletivo de cidadania, atravessado por racionalidades neoliberais, coloniais e cis-heteronormativas, que produzem estilhaçamentos profundos nas trajetórias de pessoas trans e travestis. Conforme argumenta Potyara Pereira (2013), a política social, ao ser capturada pela lógica da focalização e da responsabilização individual, deixa de operar como garantia de direitos universais e passa a funcionar como dispositivo de regulação moral da pobreza. Para as transmasculinidades e travestilidades, esse processo resulta em experiências reiteradas de inclusão precária — aproximando-se do que Martins (2002) define como exclusão integrativa —, nas quais o acesso formal não se traduz em proteção social efetiva, mas em abandono e em alvos de violência voltados para coerção e à correção desses “desvios” alicerçados em normas racistas e sexistas na história do Brasil.

A partir de uma leitura interseccional, ancorada em Fanon (2022), Lélia Gonzalez (2020) e Haraway (2023), torna-se evidente que raça, gênero e classe constituem dispositivos mutuamente imbricados na produção da desigualdade. As transmasculinidades negras e as travestilidades negras ocupam lugares distintos, sendo frequentemente submetidas/es/os à vigilância, à suspeição e à patologização. Historicamente empurradas para zonas de punição, violência, suicídio, abandono e morte social, esses sujeitos inscrevem-se em uma gestão necropolítica da diferença na qual, conforme aponta Rego (2019), em *Afronecrotransfobia*, o

⁸⁴ O programa “TRANSGESTA” é pioneiro no cuidado assistencial voltado para pessoas trans gestantes, desenvolvendo uma caderneta de pré-natal para essa população. Facilitando o acompanhamento gestacional e contribuindo para geração de dados e elaboração de políticas públicas inclusivas e efetivas (HUBrasil, 2026). Conheça a “Caderneta Transgesta” disponível no link a seguir: <https://www.gov.br/hubrasil/pt-br/atencao-a-saude/CadernetaTransgestaA5Novembro2024Site.pdf>.

Estado não apenas falha em proteger, mas atua ativamente na produção da exclusão e da morte de pessoas trans e negras.

No campo da política social, esses processos tornam-se particularmente visíveis. A política de assistência, ainda distante de se configurar como espaço de cuidado e garantia de direitos, opera frequentemente como instância de triagem moral, punição e tutela (Almeida, 2013). As travestilidades — sobretudo aquelas em situação de rua, no trabalho sexual ou em conflito com a lei — são reiteradamente enquadradas sob as lógicas de “risco” ou “periculosidade”, sendo alvo de abordagens coercitivas e de práticas institucionalizadas de expulsão, silenciamento e aprisionamento (Antra, 2022). Pode-se afirmar que a assistência social, operada nesses contextos, integra o aparato estatal da *afronecrotransfobia* no momento em que suas instituições decidem quem merece acessar a proteção e o cuidado.

Por fim, esta seção sustenta que uma inflexão transfeminista, antirracista e decolonial das políticas de assistência social é imprescindível para romper com a lógica da “invisibilidade” que estrutura o atendimento às pessoas trans, travestis, transmasculinas e não-binárias. Não se trata de meramente ampliar dispositivos de inclusão tutelar, mas de reconfigurar os fundamentos rígidos da política social, deslocando-a para um campo efetivo de reconhecimento e de efetivação na garantia de direitos. As experiências trans e travestis, conforme analisadas nesta seção, não apenas revelam os estilhaços de uma luta constante por cidadania, mas constituem sujeitos políticos centrais que, por meio de suas autoconstruções “monstruosas”, revelam outras possibilidades de vida, autonomia e justiça social para além das imposições neoliberais normativas.

5 SEÇÃO III: ODE ÀS MONSTRUOSIDADES: VOZES TRANS E TRAVESTIS EM PERSPECTIVAS

*Aí, Ele que criou esse mal
E que era Pai, Filho e Espírito Santo
Então, era Ele mesmo
Se sacrificou e morreu em uma cruz
Como sacrifício pra livrar o mundo do mal
E não livrou
Então Ele é um fracasso
Em tudo o que Ele se propôs, Ele é um fracasso
'Você se sente fracassada?'
Eu não, Ele que é um fracasso
Eu me sinto vitorioso
Eu sou uma experiência fora da
cisheteronormatividade
Construída através das religiões, inclusive
Então, nós não somos fracassados
Nós somos a liberdade de ser e existir
Jup do Bairro & Indianarae Siqueira - "INTRO"⁸⁵ (2025).*

A metodologia desta pesquisa sustenta-se na inspiração etnográfica (Laplantine, 2000) e busca construir relações de confiança entre a pesquisadora e les participantes. Com abordagem qualitativa e exploratória, é costurada pela observação participante e por entrevistas semiestruturadas, sobretudo a partir de uma escuta sensível (Florêncio; Abib, 2022), situada (Jesus, 2014), corporificada (Haraway, 2023) e interseccional (Collins; Bilge, 2020). Essas posturas valorizam os discursos e os saberes das/des/dos sujeitas/es/os, intrínsecos às produções bibliográficas e literárias percorridas até aqui.

Tais procedimentos visam evidenciar as realidades impostas pelas instituições em contraste com as suas práticas comunitárias, demonstrando como o acesso e as barreiras influenciam não apenas a saúde coletiva da população trans e travesti, mas também sua inserção na educação, no trabalho e na assistência social. Ao todo, foram realizadas cinco entrevistas com pessoas trans, selecionadas por meio da técnica de amostragem “bola de neve” (Atkinson & Flint, 2001), o que facilitou o acesso a grupos em situação de desproteção social. Também foram utilizados dados referentes aos atendimentos realizados no Centro de Cidadania LGBTI+ Norte Fluminense. Em suma, a pesquisa observou todos os princípios éticos, garantindo sigilo, consentimento e cuidado, sem que fossem registrados prejuízo ou impactos emocionais aos participantes.

Para situar brevemente, antes de adentrarmos a pesquisa, a realidade do acesso às políticas sociais em Campos dos Goytacazes (RJ), apresenta-se um panorama construído com base nos atendimentos realizados pelo Centro de Cidadania LGBTI+ Norte Fluminense entre

⁸⁵ A música de introdução do álbum “Juízo Final” (2025) pode ser acessada clicando no link a seguir: https://www.youtube.com/watch?v=derFvnNOcxY&list=RDderFvnNOcxY&start_radio=1.

janeiro e setembro de 2025. Nesse período traçou-se o perfil de 50 pessoas trans, sendo a maioria composta por mulheres trans jovens e adultas, com idade entre 18 e 49 anos.

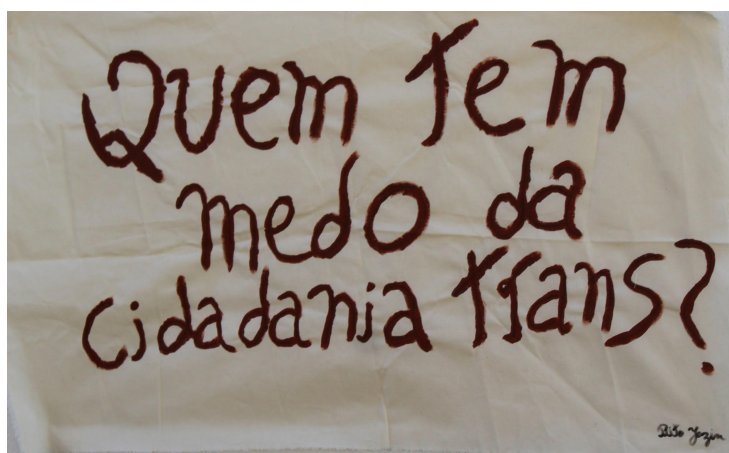
Os dados revelam que a requalificação civil constitui a principal porta de entrada para o exercício da cidadania, seguida da busca por atenção à saúde transespecífica — pelo processo transexualizador e pela garantia da atenção integral à saúde. Por sua vez, o elevado índice de sofrimento psíquico (42 casos) aponta uma fragilidade crítica da saúde mental, decorrente das experiências de discriminação.

O cenário socioeconômico é marcado pela instabilidade, com predominância de pessoas inseridas em ocupações nos setores de serviços pessoais, cuidados e atividades administrativas, baixa adesão a benefícios sociais (36 casos) e uma rede de apoio habitacional fragilizada. O que reforça a necessidade urgente de fortalecer a articulação intersetorial promovida pelo Programa Rio Sem LGBTIfobia, a fim de garantir direitos básicos e ampliar a inserção social dessa população.

Ao inaugurar a terceira seção, dedicada às práticas e às vivências de pessoas trans, faz-se fundamental comunicar que cada experiência aqui relatada é singular e não pretende resumir os atravessamentos vividos por todas as pessoas trans, travestis e não-binárias. No entanto, as reflexões apresentadas oferecem uma representação situada da comunidade, que se desloca da periferia para o centro do debate, evidenciando encruzilhadas que nos permitem imaginar, por meio das circularidades, seus acessos, trajetórias e trocas.

A seguir, adentre as trajetórias trans e travestis da Planície Goytacá, suas encruzilhadas, seus acessos e as múltiplas formas de re-existência que as constituem.

Figura 16 - Bitó Jazin - “Quem tem medo da cidadania trans?”, 2025.



Fonte: Fotografado pela autora no “Isoporzinho TransNB” - UFF Campos (2025).

5.1 “Graças a Deus, olha só que coisa boa, um homem com buceta!”

O primeiro entrevistado tem 30 anos, identifica-se como homem trans, negro e bissexual, e nasceu e cresceu na periferia de Campos dos Goytacazes (RJ). Cícero foi o responsável por indicar Maria Clara, Romã e Arthur para a pesquisa, por meio da técnica de amostragem em “bola de neve” (Atkinson & Flint, 2001). Em nosso percurso metodológico, aplicamos a entrevista semiestruturada (Apêndice 1), a partir da qual iniciamos um diálogo sobre sua trajetória de vida e o processo de construção de sua identidade trans, compreendido por ele como prolongado em razão da escassez de informações e do condicionamento de sua infância pela igreja.

Então, no primeiro momento, eu pensei que eu era lésbica, e aí depois eu comecei a ter um pouco mais de informação e realmente não estava cabendo ainda, tipo, lésbica eu ainda não estava feliz, não era o que eu queria, não queria ser enxergado como uma mulher. Porque é muito chato andar na rua e ser visto como mulher. Então, quando eu comecei a pensar sobre isso, comecei, no maior sentido, a pesquisar, pesquisar, pesquisar e ver as possibilidades. (Cícero, 2026).

Cícero responde que, antigamente, grande parte das pesquisas que realizava sobre vivências transmasculinas eram feitas pelo YouTube. Nesse ambiente virtual, algumas pessoas transmasculinas apresentaram-lhe o *packer* — prótese peniana que confere volume à região genital ou pode estar associada a práticas sexuais (Nery; Maranhão Filho, 2013) — e o alertavam, inicialmente, para a sensibilidade em torno das questões mais explícitas que poderiam aparecer sobre seu uso, visto que nem todos desejam auxiliar sua afirmação de identidade de gênero e produção de subjetividade a partir desse artefato (Preciado, 2008, apud Nery; Maranhão Filho, 2013). Ele afirma que, naquele período, conseguiu obter muitas informações e construir um potencial criativo para sua identidade por meio da observação das mudanças corporais de vários “caras” que estavam atravessando por entre a transição social de gênero: “Ai eu vi, caraca, que possibilidade! E eu, pô, eu posso ter barba! Nunca tinha pensado nisso na minha vida.” (Cícero, 2026).

Em conformidade com Leite Junior (2012), o monstro revela as infinitas possibilidades da natureza, evidenciando tudo que “pode vir a ser”, entre o que se define como humano e o que se projeta para além desses limites. Diante da possibilidade de iniciar o seu próprio processo de transição, Cícero, que morava em outro estado naquele período, comunicou à sua mãe que estava questionando se era uma pessoa trans. Ela responde que não sabia do que se tratava, mas lhe pediu que retornasse a Campos para que pudessem conversar melhor.

Cícero considerou esse momento como “chato”, pois as expectativas de gênero — ou o que ele denomina de “pré-planejamento” da sua vida, fortemente marcado por uma criação cristã⁸⁶ — geraram dúvidas sobre o fato de que seu processo de autoconstrução era contínuo e poderia, de repente, se encerrar conforme a “vontade de Deus”. Doravante, para Collins (2016), as instituições sociais, como igreja e a família, modelam as opressões de raça, classe e gênero.

Após sua transição, além de questionar o gênero imposto em seu nascimento, Cícero também questionou sua sexualidade, entendendo-se, posteriormente, como uma pessoa bissexual. No início desse percurso, quando era mais jovem, sentia-se muito deprimido, triste e revoltado:

Mas, de certa forma, você entende se você conhece uma pessoa por 20 anos. Até você conseguir trocar, tipo, nome, pronome, coisa e tal. Aí começou no sentido mais de, assim, quando viram o quanto isso me afetava, foram tentando, com alguns erros de vez em quando, mas corrigindo, também tendo um pouco de paciência de corrigir. (Cícero, 2026).

É possível perceber, na trajetória de Cícero, que o apoio familiar e de amigos teve grande influência em seu caminho, o que resultou em menos tristezas para contar acerca do presente: “tudo de ruim foi no começo, violência, pessoas sem querer respeitar, mas agora eu só vivo, sou homem, um homem trans.” (Cícero, 2026).

As pessoas que continuam em sua vida, que desejam permanecer e manter contato com ele, o respeitam. Um ponto que ele destaca nesse diálogo é que sua expressão de gênero o deixa tão confortável em ser um homem trans que ninguém desconfia ou fica policiando qual genital que ele carrega entre as pernas. Em concomitância com a vivência de Preciado (2022), a jornada da transexualidade lhe permitiu aproveitar a vida para além dessas fronteiras, uma “sodateca” que figura em seu corpo vivo como gesto de autocriação.

Uma experiência que marcou sua caminhada como pessoa trans, na cidade de Campos dos Goytacazes, aconteceu no início de sua transição, em 2019, quando se inseriu no Coletivo Transgoytacá. No coletivo, Cícero pôde conhecer outras pessoas transmasculinas, em especial ao visitar a casa de um amigo trans, que o presenteou com um *binder* — usado com a função de esconder/comprimir as mamas (Nery; Maranhão Filho, 2023). Também conheceu outro amigo trans, com quem trocou mais informações, marcando de forma favorável sua experiência.

⁸⁶ A igreja junto ao machismo e ao patriarcado, reforçam estigmas e empurram as pessoas para a clandestinidade (Prada, 2018).

Ao atravessar — migrar e mudar o sexo — e tensionar o limite do que é um corpo humano, Cícero cria um novo mapa para uma nova sociedade, com outras percepções de produção e reprodução da vida, construídas em sua trajetória (Preciado, 2020).

No que diz respeito à experiência de acessos a serviços de saúde, assistência social, educação e trabalho, Cícero não relatou problemas em relação ao seu nome, pois utiliza a carteira de identidade com o nome social desde o início de sua transição. No entanto, ao acessar os serviços de saúde, percebe que não possuem tudo o que ele precisa para um cuidado integral, o que o desanima a retornar a esses espaços.

Cícero também realiza um acompanhamento de saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), onde consegue comparecer com mais frequência do que no Serviço Ambulatorial de Acolhimento à População LGBTQIAPN+ da cidade, uma vez que, neste, não encontrou psiquiatra disponível para atendimento.

Faz-se necessário apontar, retornando para a pesquisa apresentada pela Fapesp (2024) que, se o cuidado integral nesses serviços não contempla, com sensibilidade, as particularidades da população trans e travesti, eles estão operando para acentuar os agravos nos quadros de saúde mental.

Com relação ao Ambulatório LGBTQIAPN+, Cícero considerou ineficaz o acompanhamento em saúde mental, descrevendo que sua terapia com o psicólogo durou cerca de 20 minutos: “eu vou fazer o que? É mais fácil eu ligar para um amigo e conversar. E aí marca para daqui a 15 dias, quando que esse cara vai me ajudar?” (Cícero, 2026).

Na entrevista, Cícero também reclama sobre as suas dificuldades relacionadas ao deslocamento. No CAPS, conta que a psicóloga com quem iniciou o acompanhamento “não rolou”; ela saiu e foi substituída por um homem, o que acarretou sua desistência, já que prefere não ser atendido por homens — especialmente por considerar que um homem cis não compreenderia suas demandas. Além disso, o CAPS não oferece, segundo ele, um ambiente confortável e seguro para seu tratamento, gerando diversos gatilhos durante seus acessos. Atualmente ele precisa realizar atendimentos on-line por meio de uma terapia com valor social, custeada com recursos próprios.

O assistente social que o atende no CAPS, quando o encontra no cotidiano, conversa com ele, mas não responde aos seus contatos. Embora se ofereça para marcar suas consultas, não se prontifica a respondê-lo, o que o obriga a se deslocar de bicicleta por uma distância considerável até a instituição para realizar os agendamentos, conciliando isso com suas demandas diárias de trabalho e outros compromissos. A efetivação dos direitos é perpassada por múltiplas desigualdades: marcadores étnico-raciais, territoriais, socioeconômicos e a

diversidade de corporalidades e experiências intensificam os obstáculos de acesso, interseccionando-se com gênero e sexualidade e produzindo exclusão (Rodriguez; Medeiros, 2024).

Cícero relata que não tem muito contato com assistentes sociais. Afirmar gostar muito do atendimento da assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mas, no momento, não o considera uma prioridade, visto que necessita de acompanhamentos mais eficazes em saúde mental. Sawaia (2009) expõe a desigualdade social como uma ameaça que restringe a capacidade de mobilização dos sujeitos para combater as constantes hostilidades impostas pela vida social.

Ao ser perguntado sobre a educação, Cícero responde: “Não tem. Estamos precisando.” Desde sempre, o ambiente escolar foi hostil, fazendo-o sentir-se deslocado. Na escola, não gostava de sua imagem, devido ao condicionamento de sua vivência, atravessada pela igreja — “uma menina numa igreja, tradicional, é uma merda” (Cícero, 2026) —, o que envolvia desde as roupas que utilizava até as brincadeiras.

Segundo ele, não foi uma socialização considerada “normal”, descrevendo-se como uma criança “estranha”, que teve sua infância roubada pela igreja. Rego (2019) afirma que essa “expulsão” do ambiente escolar, ou mesmo a ridicularização nos espaços públicos, naturaliza e perpetua o regime da norma de gênero. Nesse contexto, Cícero descreve a descoberta de outras religiões, o que o conduziu ao questionamento: “porque dentro da igreja você não pode questionar, se questionar a Bíblia, você está blasfemando.” (Cícero, 2026), constatando, assim, a existência de outras encruzilhadas.

Retornando à escola — considerada, em sua trajetória, um espaço hostil, sobretudo no ensino médio —, Cícero não conseguiu manter tanta frequência, por ser considerado sempre como diferente demais — “abjeto”⁸⁷. Hoje, consegue frequentar a faculdade com mais tranquilidade e possui mais autonomia para fazer o que deseja, sem precisar obedecer a ninguém: “Agora eu vou viver o agora. E aí foda-se os outros.” (Cícero, 2026).

No que concerne ao trabalho, considera uma ótima experiência: afirma amar o que faz bem como seus colegas, e demonstra gratidão pela oportunidade. Entretanto, permanecia sem a requalificação de prenome e gênero em sua certidão de nascimento — obtida por meio da Justiça Itinerante, em uma campanha promovida em parceria com Centro de Cidadania

⁸⁷ Em concordância com Bento (2017), o corpo trans se constrói para além da binariedade e da universalidade, produzindo uma violência que contribui para impossibilidade de assimilação, sobrando nessas estruturas de análise e políticas os seres “abjetos”.

LGBTI+ —, direito que, em nossa sociedade, deveria garantir condições mínimas de acesso e dignidade.

Tudo que eu me disponho a fazer dá certo. A culpa é desse lugar aqui. Em outubro de 2024, fui lá na justiça itinerante, na puta que pariu, em Goitacazes. Eu precisando pra assinar minha carteira pra viver minha vida, não saiu. Pô, vai fazer dois anos esse ano. E nada é feito, já cansei de ir lá. Foda-se também agora, tô puto com isso. Você já atendeu alguém mais revoltado que eu? Tudo nem acontece, as pessoas não fazem o que tem que fazer. (Cícero, 2026).

Cícero desenvolveu resistências e estratégias de enfrentamento à transmasculinofobia (Pfeil; Pfeil; De Moura, 2024) no cotidiano, devido às amizades que fez, permitindo-se, com o tempo, ser mais carinhoso, até mais feminino: “foda-se, é o meu jeitinho.” Mas, no começo, antes de possuir barba, teve que performar uma masculinidade mais hegemônica, e impor respeito ao seu corpo, sobretudo ao se comunicar com outros homens cis na rua ou em comércios.

A fita — *binder* adesivo ou *tape* — é uma tecnologia de gênero que Cícero também adota em seu cotidiano, a qual considera “horrível”⁸⁸, mas que se configura como uma alternativa que o deixa mais confortável socialmente. Conforme João Nery e Maranhão Filho (2013), as potências políticas e criativas vão se delimitando por meio de um novo modo de subjetivação, alimentando a fúria que nos obriga a lutar por nossas existências (Stryker, 2021).

Em especial, Cícero comenta que se dá super bem com seu corpo, fez “amizade” com ele, gosta de ter um útero e das suas “estações”, das coisas “acontecendo” — “Graças a Deus, olha só que coisa boa, um homem com buceta!” (Cícero, 2026). Já a hormonioterapia, feita por Cícero, é realizada por conta própria. A ausência de acompanhamento endocrinológico/ginecológico e de prescrição médica resulta em automedicação e aquisição de hormônios por vias ilegais (Nery; Maranhão Filho, 2013).

Esse cenário reflete normas sociais excludentes. A ausência de reconhecimento e a falta de uma formação adequada dos agentes do Estado no tratamento das diversidades de gênero resultam em negligência para com nossas identidades (Leite Junior, 2012):

Eu não tenho hoje em dia problema com menstruação, com nada com relação ao meu corpo. Eu só uso, eu gosto do meu peito, por exemplo, eu só uso porque, pô, como que eu vou conseguir esse respeito na rua? Por conta da sociedade mesmo. Mas... Eu não tenho exatamente um problema interno comigo mesmo, estou de boa. (Cícero, 2026).

⁸⁸ Esses instrumentos podem resultar em diversos incômodos e riscos de saúde, como já apresentado (Nery; Maranhão Filho, 2023).

Mesmo que Cícero tenha encontrado autonomia com seu corpo e esteja confortável com suas práticas de autocuidado, o cenário colonial moderno de gênero cissexista o inviabiliza de acessar um cuidado em saúde integral para um corpo que experimenta o ciclo menstrual, confirmando a urgência de um debate mais aberto sobre “pessoas que menstruam” nas políticas sociais e no acesso aos direitos sexuais e reprodutivos (Peçanha; Jesus; Monteiro, 2023).

A marginalização das transmasculinidades nos discursos feministas e transfeministas deve alertar para o reconhecimento de suas vulnerabilidades, bem como para a construção de meios para elaborar resistências coletivas, repudiando o descaso do Estado para com seus corpos (Milanski; Pfeil; Albuquerque, 2024).

A comunidade, a família e as redes de apoio na vida de Cícero foram “importantíssimas” para o seu bem-estar. Em um momento de sua vida, no ano de 2024, ele se isolou socialmente, e a sua ressocialização com as pessoas, amigos e também com a sua família deu “força pra caramba” e carinho para resistir e continuar.

Sua mãe nunca o quis longe, preferiu se adaptar para respeitá-lo e também “doutrinou” seu marido — padrasto de Cícero — a acolhê-lo. O centro espírita frequentado por Cícero ofereceu oportunidades para sua reinserção social, além de suporte por meio de um cadastro para recebimento de uma cesta básica mensal e de um “atendimento fraterno”:

Se chama atendimento fraterno. É uma conversa com duas pessoas, que não pode ser só uma, né? Precisam ter uma testemunha. Imagina se você, dentro de um templo religioso, você entra numa sala e fica conversando só com uma pessoa, né? Não pode acontecer. E é uma conversa sigilosa, elas não podem conversar com ninguém. E era um momento que eu estava realmente bem fragilizado, aí conversei e me deram apoio, assim, me instruindo o que eu poderia fazer para melhorar a minha vida e tal. Depois, recentemente, também, eu estava, nessa vez, no último mês, que eu fui deprimido, eu também marquei um atendimento fraterno, que me deu, assim, uma luz, foi muito bom, conversei com um casal, isso foi até online. E assim, eu percebi, principalmente do final do ano pra cá, muito apoio dos meus amigos, todos me chamando pra perto e tal. (Cícero, 2026).

Na periferia, Cícero relata que nunca passou por violências transfóbicas, o que acontecia de forma diferente quando ia ao centro da cidade. Quando erravam seus pronomes, ele retribuía errando o pronome da outra pessoa também. Nas instituições, ele age diferente:

Aí depende. Eu faço isso na rua com qualquer pessoa sem informação. Se eu encontrar uma pessoa e errar o meu pronome, eu vou fazer o mesmo com ela. Agora em instituições, não. Em instituições a gente tem que apontar e falar: ‘Ué, você não pode fazer isso, isso daí não é coisa nova. Você tem que saber tratar a pessoa.’ Se for no IFF ou no SUS... Aí é outra história, né? Eu não vou ficar dando palestrinha pra qualquer velho que eu encontrar na rua. Eu só vou retribuir ele, chamando ele de senhora. (Cícero, 2026).

Cícero responde se ele já participou de atividades ou tem relação com movimentos sociais ou coletivos trans. Ele diz que é preciso ter “pessoas com nervos” para realizar essa tarefa no ativismo político, pois não se considera adequado para isso. Facchini (2012) atesta essa desvinculação do processo de produção de um sujeito político dos movimentos sociais, destacando que tais processos também se constroem nas lutas e nos acessos do cotidiano, que a autora define como “movimento social da vida”.

Quando não está trabalhando, Cícero prefere ficar em casa descansando. Quando é convidado por alguém, tenta se esforçar para ir, mas, por iniciativa própria, geralmente não vai. Ainda assim, considera importante aparecer de vez em quando, para que se lembrem de que ele está ali, que estamos juntos:

Não, porque eu não gosto de ficar junto com essas pessoas. Porque sempre dá briga, é muita... Disputa. É, eu não gosto, eu não gosto. Eu não sou um ser muito político, assim, não me envolvo nisso. Eu tento fazer a minha diferença onde eu tô. Onde estão me tratando bem, onde não vão deixar meus nervos à flor da pele. Eu não vou sair pra discutir coisa com gente de coletivo, nem com gente da política. Porque não me faz bem. (Cícero, 2026).

5.2 “A vida da mulher trans e travesti não é fácil!”

Maria Clara, 40 anos de idade, se identifica como uma mulher trans parda, heterossexual, nasceu e ainda vive na periferia de Campos dos Goytacazes (RJ). Desde muito cedo, reconhece que já era uma menina trans. Na época, além de não saber o que era uma pessoa trans, não podia expressar sua identidade, pois tinha medo de que esse movimento resultasse em uma expulsão compulsória: “Aí, se na época eu mostrasse quem eu era realmente, né? Meus avós poderiam futuramente me deixar, tipo assim, expulsar de casa, né?” (Maria Clara, 2026). De acordo com Foucault (1988), o “domínio do poder” vai definir o que é proibido e permitido, destacando que esse regime — que vai submeter corpos trans e travestis às suas normas — é sustentado por uma norma binária⁸⁹, organizando o sexo na sociedade por meio de mecanismos sutis e estabelecendo um “estado de direito”, para que esses corpos não percebam a máscara que colocaram em seu rosto e não ousem perguntar o que há por detrás dela (Moirá, 2017).

Maria Clara menciona esperar os avós e a tia saírem para usar calcinha e sutiã escondida, uma vez que estava presa em um “armário”: “Sempre usava roupa de mulher escondida, mas nunca saía das paredes.” (Maria Clara, 2026) — Almeida (2012) afirma que a

⁸⁹ Preciado (2020), faz menção à epistemologia da diferença sexual, que se funda na binariedade — homem e mulher.

maioria das pessoas vai enfrentar dificuldades com a predominância do binarismo de gênero, mas algumas experimentações vão acontecer em diferentes naturezas e dispositivos de enfrentamentos. No período do jardim de infância até os seus 20 anos, ela somente se vestia com as roupas que queria, escondida. Disse que, depois, decidiu passar por essa “experiência” também. Por conta da pressão a que foi submetida para ser um “macho” — falar grosso, mostrar que gostava de mulher —, começou a se relacionar com uma mulher cis, tiveram um filho juntas e, depois, se casou com outra mulher: “Mas desde o momento da primeira mulher que eu tive, usava a roupa dela escondida. Ela saía para trabalhar e eu usava a roupa dela escondida.” (Maria Clara, 2026).

O filho dela, hoje em dia, tem 18 anos e a chama de pai: “Por enquanto ele me chama de pai, não me chama de mãe, até o registro dele ainda tá com meu nome antigo, ainda de, meu nome antigo, de morto lá, né?”. Ao passar pela experiência de se casar com outra mulher, no decorrer do tempo — durante 9 anos —, viu que não era aquilo que ela imaginava para a vida dela — reimaginar o mundo e conhecê-lo possibilita projetar linhas de fuga e desfigurar os modos de poder (Mombaça, 2023) — e começou a frequentar uma casa espírita. Ali, ao conhecer uma pessoa do serviço social, teve indicação para um acolhimento com uma assistente social.

E na época eu tinha, no casamento eu comecei a tomar hormônio, eu comecei a usar roupa da mulher escondida. E a mulher começou a perceber que eu estava com o meu peito crescendo, usando roupas. E ela não gostou. Ela achou que poderia, ela achava que ia dar certo, mas na verdade ela queria um homem, ela não queria uma... Aí ela queria um homem, um homem forte, um homem... (Maria Clara, 2026).

A ex de Maria Clara, além de não apoiar a sua transição de gênero, tentou levá-la para a igreja e, dentro dela, foi submetida a um procedimento complexo de tortura psicológica — a “cura gay”. Nesse momento, cortou os seus cabelos, mas viu que isso tudo não daria muito certo. Ao conhecer uma amiga trans de Goiânia — aqui podemos evidenciar o termo “irmandade”, que define o encontro e a extensão de se perceber e reconhecer por meio das outras (Souza, 2021; Mombaça, 2023) —, pôde obter informações sobre a hormonioterapia e começou a aplicar os hormônios por conta própria, em farmácias.

Eu tomava hormônio toda semana. Injetava. Injetava. Na época eu fazia curso de computador (...)(...) Ia com a bunda toda cheia de sangue, os homens ficaram todos olhando pra minha cara, não sabiam o que era. (Maria Clara, 2026).

Ali, em 2019, ela começou a usar hormônios e usar roupas: “meu corpo começou”. Perguntei se ela teve algum contato com serviços de saúde após esse momento, e ela mencionou que nem sabia da existência de endocrinologistas na época, apenas “pegava dica

de uma amiga, pegava dica de outra amiga.” (Maria Clara, 2026). No período, trabalhava em um hospital de urgência e emergência na cidade de Campos, tinha um emprego de segurança patrimonial e também trabalhava como segurança perto da rodoviária, na BR-101. Maria Clara perdeu os dois empregos após sua transição — “A chefe de lá queria um segurança homem, não queria uma... uma mulher, né?” (Maria Clara, 2026). Depois, trabalhou como segurança na Unidade Básica de Saúde da Penha, sendo também demitida, o que a levou a ficar cinco anos desempregada. Susan Stryker (2023) aponta que o raro trabalho que uma mulher trans consegue acessar frequentemente passa pelo modo como pessoas cis estão dispostas a pagar para que ela desempenhe, para elas, um lugar de mulher trans.

Só que aí eu fiz curso de cuidador de idosos, fiz curso de técnico de enfermagem, fiz curso de segurança, serviços gerais. Aí depois de cinco anos, em 2024 praticamente, eu comecei a trabalhar no ambulatório LGBT, como técnica de enfermagem, mulher trans. Eu, (...)(...) e outras pessoas mais lá. Lá tem psicólogo, psiquiatra, endocrinologista. E lá já está com quase 500 cadastros e cadastramentos já. E esse ambulatório, ele serviu pra mim, tipo assim, voltar à minha realidade, que ainda há oportunidades para trabalhar na área. (Maria Clara, 2026).

Ao se separar de sua ex, precisou abrir um processo judicial na Defensoria Pública, o qual levou dois anos e meio para que obtivesse sua certidão de divórcio. O motivo da separação foi o apresentado pela esposa: “era porque eu era uma mulher trans e não poderia ficar com uma mulher, a mulher também não aceitava.” (Maria Clara, 2026). Posteriormente, conseguiu obter a certidão de nascimento com o prenome requalificado e, depois, solicitou novamente a certidão de divórcio. Questionei como foi esse processo da certidão e se havia tido algum apoio. Ela disse que sim, com o assistente social que havia conhecido no centro espírita e com o suporte do Centro de Cidadania LGBTI+, que a informou sobre os documentos necessários e a encaminhou para conseguir as isenções. A invisibilização, conforme Almeida (2013), é a expressão mais violenta do preconceito, pois não reconhece a existência e as práticas discriminatórias que destituem essas sujeitas do protagonismo de suas lutas individuais e coletivas.

Demorou dois anos e meio, na época eu dei entrada assim, na época eu tinha separado da mulher, né? Separei da mulher e dei entrada para poder tirar a certidão. Aí fiquei, levei os documentos, corre pra lá, corre pra cá, corre pra lá, aí vai no cartório ali no salete pra poder tirar. Aí, na verdade, nessa brincadeira toda aí, gerou praticamente três, quatro certidões. Certidão de casamento, certidão de nascimento, certidão de divórcio, no caso. A última certidão que eu peguei já estava com dois nomes de mulher, estava com meu nome feminino e estava com o nome da minha esposa. Depois eu comecei a tirar a identidade, e CPF, cartão do SUS... (Maria Clara, 2026).

Maria Clara cita que o que mais marcou todo esse processo foi a experiência com o nome, que exigiu dela muitos enfrentamentos, violência transfóbica e resoluções de

problemas junto às instituições. O desejo dela de ter acesso às modificações corporais pela via das cirurgias também foi um marco que a motivou a dar entrada na Defensoria Pública para conseguir atendimento especializado — Tratamento Fora do Domicílio (TFD) — para o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de não termos nenhum Ambulatório especializado habilitado para esse processo nos interiores. Jaqueline Gomes de Jesus (2014) relata que nem todas as pessoas vão corresponder às expectativas sobre o sexo e a conformação genital. O processo demorou cerca de dois anos para que ela iniciasse os acompanhamentos com endocrinologista, psicólogo, psiquiatra, nutricionista e ginecologista na Policlínica Universitária Piquet Carneiro (PPC/UERJ), onde vai uma vez ao mês. No momento, ela aguarda na fila da cirurgia de voz, de redesignação genital e de prótese mamária.

A exclusão integrativa, ou a exclusão precária (Martins, 2002), que sujeita pessoas trans e travestis a cuidados diferenciados, é auxiliada pela “tutela”, sobretudo no que se refere ao acesso para modificação corporal (Lionço, 2019). Conforme Lionço (2019), esse “cistema” tem como propósito principal não atender à integralidade de suas experiências de cuidado, mas expandir os nichos de mercado, submetendo essas pessoas a limitações no acesso aos serviços por meio da patologização de suas identidades. Os manuais diagnósticos da Medicina Psiquiátrica ocasionaram a classificação do “transexualismo” como doença mental (Lionço, 2019).

Eu saio daqui de casa umas nove horas. E chego lá no transporte domiciliar umas 10 horas. Aí eu saio de lá umas meia-noite e vou pro Rio e chego 6 horas da manhã. Aí no outro dia eu volto pra cá, pra Campos, umas 19, 20 horas da noite. Aí também eu pego atestado, que eu tenho que levar pro serviço pra mostrar o atestado. Porque se não eles vão botar falta em mim, né? Tem que combinar tudo antes. E eu já entrei na fila de cirurgia de mudança de sexo também. Cirurgia pra prótese. Tenho vontade... Se eu tiver viva até lá! (Maria Clara, 2026).

Ela expõe que só conseguiu ser contratada no Ambulatório LGBTQIAPN+ porque havia uma vaga para pessoas trans, para o cargo de técnica de enfermagem. Ficou, por muito tempo — de 2019 a 2024 —, trabalhando como cuidadora de idosos e em serviços gerais: “já na parte de segurança, eu já não trabalhei mais, entendeu?” (Maria Clara, 2026). Agora, acredita que conseguiria trabalhar novamente como segurança, mas precisaria ir ao local do curso, atualizar toda a documentação novamente e, talvez, ainda pagar um valor para obter seu certificado de vigilante. Aqui, devemos insistir no cenário das desigualdades que se enraízam em nosso continente e se interligam com as desigualdades de sexo/gênero, motivando uma dupla discriminação às mulheres não brancas, cuja condição racial e sexual faz com que sejam mais exploradas (Gonzalez, 2009).

O pai e a mãe ainda não a “aceitam”, chamando-a por pronomes masculinos. Ela acredita que isso se deve à diferença geracional, pois não conseguem entender e respeitar plenamente que ela é uma mulher trans. Atualmente, mora com a mãe, que depende dela e de seus cuidados, e com o pai, “a mesma coisa”. Maria Clara, hoje, trabalha como voluntária em uma casa espírita, organizando a entrega de cestas básicas sempre no terceiro sábado do mês e preparando sopa aos domingos para a comunidade. Depois que transicionou, as pessoas tiveram um pouco de dificuldade em respeitá-la, chamando-a pelos pronomes incorretos.

É, é o patriarcal na época... que homem é homem, mulher é mulher, e você tinha a obrigação de casar, mostrar que você era homem. Hoje em dia, tem muitos homens casados fingindo que gostam de mulher. Ou vivendo uma aventura enganando suas próprias esposas, né? Que às vezes é esses próprios homens casados que vão lá procurar pessoas estranhas na rua à noite. Eu já trabalhei como garota de programa também, desde a época que eu me separei da minha ex-mulher, né? Sempre toco nesse assunto que não é fácil, né? Ter que voltar lá atrás. Eu trabalhei dois anos e meio, quase três anos na prostituição. E eu já atendi policial, já atendi pastor. Às vezes traficante também. Às vezes ia lá ter relação, fazer programa. A gente fazia muito varejo. Às vezes cobrava 30, 50, 100 reais. Ia para os hotéis. A gente chegava lá 20 horas da noite, saía de lá 2 horas da madrugada ou 4, dependendo da situação. Tipo assim, eu sempre tinha na mente que eu queria sair da prostituição, poder ir trabalhar em uma área de enfermagem, essas coisas assim. (...) (...) Mas aí na prostituição, no começo eu gostava muito, mas também porque não tinha outra opção de trabalhar em outras áreas. Eu trabalhava na prostituição e às vezes cuidava do idoso, às vezes também. (...) (...) na época você era a vitrine da rua, você tinha que fazer unha, você tinha que fazer cabelo. Na época eu tomava hormônio também, continuei tomando hormônio. (Maria Clara, 2026).

Pedi para ela falar mais sobre ser a “vitrine da rua”, sobre como isso acontecia nas pistas — em função de a rua ser um espaço intenso de socialização de mulheres trans e travestis, onde as trocas são permanentes e acontecem em múltiplos níveis e sentidos (dos Santos, 2015):

É, tipo assim, então à noite na rua tinha briga, tinha assalto, né? Uma menina ‘atracava’ com a outra, às vezes ficava de bobagem. Tinha homem que não queria pagar o sexo, queria ir de graça. Tinha casal também que aparecia e pagava um valor para a mulher trans ter relação com homem e a mulher, que era um casal. Então, os mesmos empresários que negam oportunidade de emprego para as pessoas trans são aqueles que vão lá procurar a gente à noite na rua. Muitos homens casados, principalmente, que vão lá procurar a gente. Então a realidade da prostituição hoje em dia existe porque as mulheres trans não têm oportunidade de emprego. Ou quando às vezes conseguem fazer uma faculdade, às vezes bota currículo, na própria entrevista existe discriminação, na própria entrevista é uma vaga para um homem, duas vagas para mulher, aí no dia da entrevista entra três mulheres na sala para ser entrevistada e a entrevistadora pergunta: ‘cadê o homem?’, e a secretária fala: ‘o homem está ali no meio’, só que ela vê três mulheres e depois descobre que uma das três mulheres é uma trans, aí fala para voltar no outro dia para poder continuar a entrevista e nunca mais liga. E fora quando a pessoa consegue trabalhar nessas empresas, sofre preconceito do patrão (...) (...), ou sofre preconceito dos próprios funcionários que não deixam entrar no banheiro feminino. Então quando essas pessoas trans são contratadas, só ficam só três meses para dizer que contratou e depois é mandada embora, entendeu? Então o mercado de trabalho para as pessoas trans é bom? É bom, quando tem parcerias para contratar pessoas trans. E a

educação, muitas pessoas trans também é parte da exclusão, né? Muitas pessoas trans são excluídas do mercado de trabalho, da educação, da saúde. (Maria Clara, 2026).

Durante o tempo de escola, no ensino médio, quando ela ainda achava que era um homem cis e, no fundo, sabia que era uma pessoa trans, ela era constantemente ofendida, chamada de “bicha” e “gay”. Declara, novamente, que deveriam existir cotas para pessoas trans na faculdade, nos concursos públicos e em empresas, a fim de oferecer oportunidades mais concretas e seguras. Segundo Maria Clara, se a pessoa trans já não tem acesso à educação e a um emprego, como vai conseguir os atendimentos médicos, especialidades ou comprar os hormônios? Ela também reclama da falta de acesso aos hormônios no Ambulatório LGBTQIAPN+ de Campos. Os “discursos médicos”, elaborados pelo domínio disciplinar, estabelecem as aplicações de regras e regulamentos com base em raça, gênero, classe, sexualidade e deficiência, construindo vias de discriminação e coagindo as pessoas a seguirem caminhos estritamente regulados pelas “instâncias de controle bioquímico.” (Collins; Bilge, 2020; Mombaça, 2023).

Maria Clara disse que também distribui, de forma voluntária, para além dos horários de serviço, preservativos para as pessoas trans e travestis em comércios, bares e pontos de prostituição no centro e na “matinha”.

Se eu fosse uma pessoa rica, eu distribuiria sacolão para as pessoas trans, mas felizmente eu não sou uma pessoa rica. Muitas pessoas trans não têm emprego, então muitas delas precisam de um sacolão, precisam de um emprego. Às vezes o Centro LGBT também fazia distribuição de roupas. Eu gostava muito quando tinha roda de conversa, coffee break, esses eventos que tem lá da visibilidade trans, eu gosto quando as pessoas falavam cada uma da sua experiência da sua vida, mas eu acho assim, que nós pessoas trans, ou pessoas cis que simpatizam com pessoas trans, não devemos abandonar o barco, temos que lutar pelos poucos direitos que nós temos. A gente tem que resgatar o direito à educação, à saúde, ao trabalho, transporte. E, as famílias que rejeitam seus filhos, não rejeitem, porque senão a droga, a rua, vai acabar pegando as pessoas trans. (Maria Clara, 2026).

Maria Clara considera que o trabalho do Centro de Cidadania LGBTI+ e do Ambulatório LGBTQIAPN+ constituem uma rede de apoio, apesar de não atenderem todas as suas necessidades. Cita que, correndo atrás do pouco direito que temos, conseguimos acessar o banheiro, a requalificação do prenome, o emprego, a educação e, principalmente, a saúde. Ela comenta sobre o acesso às cirurgias, que, para ela, não são estéticas, mas sim relacionadas à sua saúde, em razão da constante exigência da sociedade com a “passabilidade” — caber em uma norma cis-heterossexista, na qual o patriarcado e a branquitude são estruturantes e mutuamente implicados (York, 2022) — e o quanto isso é custoso quando não se tem condições financeiras para arcar. É indispensável destacar que o controle externo pré-definido

das imagens de mulheres negras imputa danos potenciais à sua autoestima, acarretando um conjunto contínuo de resistências para sobreviverem a esses ataques (Collins, 2016).

Para Maria Clara, pessoas trans na terceira idade não conseguem se aposentar e não têm para onde ir, pois já não possuem uma estrutura familiar. Ela alerta para a importância e necessidade da existência de um acolhimento para a população trans e travesti na cidade de Campos, uma vez que o Ambulatório LGBTQIAPN+ e o Centro de Cidadania LGBTI+ não são suficientes. Faz referência aos acolhimentos para mulheres e população LGBTQIAPN+, como a Casa NEM⁹⁰ — fundada pela traviarca Indianarae Siqueira —, e a Casa Flôres⁹¹. Faz-se pertinente relembrar que, na década de 1970, após as travestis se organizarem contra a violência policial, espaços de acolhimento foram criados e conduzidos por mulheres trans e travestis que buscavam lutar contra as opressões impostas, enfrentando processos de silenciamento e apagamento (Bustamante; Carnavale, 2024).

Eu sei que a prefeitura, ela não gosta, ela finge que está ajudando, mas não gosta de ajudar, porque se eles quisessem ajudar realmente, o ambulatório estaria funcionando totalmente, com os hormônios, com os médicos. Mas, muitas vezes eu vejo que os projetos não andam para frente porque eles não querem que andem. Eu fico muito triste quando vejo isso. Mas, infelizmente, eu não sou pessoa grande, não sou perfeito, não sou governador, não sou presidente. (...) (...) Mas o ambulatório mesmo deveria ter uma farmácia para distribuir medicações. Eu sei também que tem que cuidar da saúde. Mas, tipo assim, eu acho que tem projetos que tem que botar pra funcionar. Não funcionar a meia boca. Funcionar a meia boca é fingir que tá funcionando, né? (Maria Clara, 2026).

Ela discorre sobre a violência transfóbica, quando anda na rua: homens acham que ela está disponível para “fazer programa”, pedem o seu telefone e ficam “dando em cima”. Perguntei se ela escutava alguma coisa deles, ela disse que a perseguem, como se estivessem querendo alguma coisa, mas, como não dá “muita bola”, acaba andando mais rápido para evitar contato. Maria Clara enfatiza que mulheres cis sofrem violência e feminicídio, porque, hoje em dia, os homens cis não têm mais amor: matam mulheres, batem nelas, querem que sejam suas escravas sexuais, ou empregadas domésticas, e as mulheres já não querem ficar mais dependentes desses homens, arrumam um emprego e procuram se livrar desses abusos. As mulheres trans e travestis pegam a ponta desse “iceberg”, tornando-se objetos sexuais para esses homens — “Eles preferem ver nós na prostituição, nas esquinas ou nos próprios locais de hotéis, lá, esperando eles.” (Maria Clara, 2026). A ridicularização da imagem das pessoas trans em locais públicos, a expulsão do seio familiar e do ambiente escolar e a negação do

⁹⁰ Projeto Casa NEM: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/casanem/> (Fundo Brasil, 2021).

⁹¹ Projeto Flores: <https://www.casaflores.org.br/> (Casa Flôres, 2018).

nome e dos pronomes são naturalizações dessa gerência neoliberal que estigmatiza vivências trans com violências sobrepostas e mantém o regime da norma de gênero (Rego, 2019).

A sociedade, segundo ela, prefere que nós fiquemos escondidas nas margens ou em nossas casas e acredita que ainda vai levar muito tempo para que passem a nos respeitar — “Eles não veem as pessoas trans como ser humano, eles vêem como outra coisa.” (Maria Clara, 2026). Talvez como um monstro, como refere Stryker (2021): menos humano, excluído. Maria Clara considera que muitas mulheres cis também não querem ver o “projeto” funcionar — Kaas (2015) alude ao feminismo transexcludente, que unifica o perfil da mulher a um padrão da branquitude, cis-heterossexual e classista —, produzindo uma “rachadura” que prejudica os nossos projetos, porém, para ela, estamos todas no mesmo barco. Relembro Mombaça (2023) acerca da possibilidade de uma coletividade que se estrutura no movimento do “estilhaçamento”, politizando as nossas feridas em ação conjunta, habitando espaços improváveis, e elaborando a consciência de que, quando resistimos juntas, reconhecemos nossas “quebras” uma nas outras.

5.3 “Se você precisar, se você falar, ó, preciso, é na hora. Sem hesitar.”

Patrícia é uma mulher trans branca, heterossexual, de 45 anos — apontada por Maria Clara para a pesquisa —, nasceu, cresceu e vive na região do centro da cidade de Campos dos Goytacazes. Iniciamos nosso diálogo para sua contribuição com a pesquisa tratando de seu processo de identificação enquanto pessoa trans, no qual Patrícia descreve se reconhecer desde “novinha”, nunca se identificando com o gênero que foi imposto no nascimento, apesar de só ter tido a possibilidade de iniciar sua transição na vida adulta, a partir dos 30 anos — na trajetória de Patrícia, o apoio de sua família desde o início foi essencial. Silvana de Souza Nascimento (2022) corrobora a materialidade dos corpos de mulheres trans e travestis transicionados, que desvelam, por meio de modificações, transformações, hormonização e múltiplas possibilidades de experienciar formas de mulheridades e feminilidades, destacando a centralidade nas construções e desconstruções de “corpas” trans que não foram designadas como femininas ao nascer.

O que mais marcou sua vida enquanto uma mulher trans, não somente em Campos dos Goytacazes, mas também em outras cidades, foram as oportunidades. Registros do estudo de Bustamante e Carnavale (2024) apontam para processos de silenciamento de mulheres trans e travestis, desde a década de 1970, que se perpetuam por meio das dificuldades no

acesso à educação e ao mercado de trabalho, além das constantes exposições e agressões físicas e verbais.

Não tem. Ou você é cabeleireira, ou você se joga no mundo que todas praticamente vivem, né? Que é a prostituição. Não é todas que têm a sorte, né? Tem umas também que são até expulsas de casa, que os pais não aceitam e tal. Eu, graças a Deus, nunca tive. Isso não, sempre, nunca tive problema. (...) (...) Nunca me discriminaram, sempre me apoiaram, minha mãe, meu pai, meus irmãos. (Patrícia, 2026).

Em relação aos acessos nos serviços de saúde e às experiências na assistência social, Patrícia relata não se interessar em procurar por esses serviços, mesmo que a cidade esteja começando a oferecê-los. Nos acessos disponíveis no Centro de Cidadania LGBTI+, pôde ser acompanhada, durante um período, por um psicólogo e por uma assistente social, conseguindo retificar seu prenome e gênero na certidão de nascimento e em seus documentos, além de receber encaminhamento para o CRAS, o que possibilitou o registro no Cadastro Único (CadÚnico) e o acesso ao Bolsa Família.

No que diz respeito ao seu acompanhamento em saúde, Patrícia nunca procurou o Ambulatório LGBTQIAPN+, somente o psicólogo no Centro de Cidadania LGBTI+. Quando há demanda, prefere marcar os seus atendimentos em clínicas particulares — financiando suas modificações corporais, como implante nos seios e glúteos, viabilizados por seu trabalho informal — ou se encaminha para a atenção primária em postos de saúde no SUS. Os ambulatorios especializados para o atendimento de pessoas trans e travestis devem qualificar continuamente seu quadro de profissionais e oferecer atendimentos individualizados por equipes multidisciplinares, constituindo-se como uma estratégia fundamental para viabilizar o acesso aos serviços de saúde experienciados por mulheres trans e travestis (Fapesp, 2024).

Deixa a desejar. Deixa a desejar, sim. Apesar que eu nunca passei nenhum constrangimento, não, graças a Deus. Nunca passei constrangimento, não. Mas é demorado, né? Os pessoal... Não tem aqueles olhos, acho que não tem profissional qualificado, na verdade, para o atendimento de uma mulher trans ou um homem trans. (Patrícia, 2026).

A respeito do acesso à educação e ao trabalho, na escola, Patrícia avalia que não tem muito a questionar e que isso vai depender de cada pessoa, independentemente de ela ser LGBTQIAPN+ ou cis. Na questão do trabalho, reflete ser muito escasso: “muito, muito mesmo”. O Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras (Antra, 2023) demonstra que mais da metade das mulheres trans e travestis assassinadas, viviam do trabalho na prostituição:

Porque ninguém dá oportunidade, todo mundo fecha as portas. Hoje, uma pessoa trans, se tiver empregada, você... Tem um conhecimento que, às vezes, nem o estudo você tendo, eles dão uma chance. As trans sofrem muito preconceito ainda. (Patrícia, 2026).

Embora Patrícia comunique que raramente sofre algum tipo de discriminação, já escutou algumas “piadinhas” em seu cotidiano, ainda assim, evita reagir, mesmo quando é provocada: ignora e pondera para não “piorar a situação”. Quando caminha pela rua e alguém a atravessa com palavras ofensivas, finge que não escuta. Para Rego e Almeida (2019; 2013), a gerência neoliberal e a discriminação, presentes no cotidiano e nas instituições, estigmatizam vivências trans com múltiplas violências. Consoante Junior (2012), as piadas e o medo de transitar no cotidiano também sustentam estruturas de violências que inferiorizam corpos de pessoas que estão fora dos limites das categorias de inteligibilidade social, sequer tendo seus percursos considerados para reflexão.

Em sua participação nas atividades dos movimentos sociais ou em grupos de travestis e mulheres trans, ela menciona que já frequentou várias palestras no Centro de Cidadania LGBTI+, no entanto, como trabalha e também cuida da mãe acamada e do pai com câncer, costuma sair de casa pela manhã e só retornar à noite: “Então tem muitos que me chamam, mandam mensagem pra mim, mas às vezes eu não posso ir, não vou.” (Patrícia, 2026). A entrevistada acredita que esses espaços ajudam bastante para o fortalecimento e a luta por direitos. A exclusão precária e/ou a exclusão integrativa (Martins, 2002; Ferreira, 2014), que grande parte das pessoas trans e travestis enfrenta em seus acessos, é evidenciada no trajeto e na inserção precária, moralizada e tutelar desses coletivos nas políticas sociais, que desconsideram e ignoram suas particularidades e dificuldades de aproximação à cidadania, expropriando suas calejadas capacidades de resistência (Almeida, 2013).

Tipo assim, eles gostam de... Tipo, encheção de coisas. Eles querem a quantidade de inscritos, mas não fazem. Não sei se é questão de recurso, né? Verba de prefeitura, essas coisas assim. Mas eu achava que deveria ter mais coisa, cursos, variedades de coisas, entendeu? Tipo, ajudar com uma cesta básica e tal. É muito raro isso acontecer. O mais que tem é uma marcação de consulta, preservativo. (Patrícia, 2026).

Na sociabilidade com outras meninas trans, conta que já foi muito rodeada — sua casa vivia cheia —, hoje em dia, não mais. A causa exposta é a “soberba”, com “uma querendo ser melhor do que a outra”. Assim, Patrícia foi se afastando e ficando mais seletiva, mantendo algumas amigas por perto para conversar e tomar um café — a pesquisa da Fapesp (2024) comprova que, nas narrativas de pessoas trans e travestis, evidenciam-se a precariedade nas redes de apoio, a instabilidade financeira e as dificuldades no acesso ao trabalho formal. Ao finalizar a conversa, ela sinaliza para a importância das Organizações Não Governamentais

(ONGs) e a urgência de acolher mais mulheres trans e travestis, devido à necessidade de alimentação e às violências constantes que acometem nossos corpos, inclusive físicas:

Teve uma também aí, não sei se você ficou sabendo, que levou umas facadas do companheiro. Ela era rodeada de amigos, ficou internada no hospital mais de 20 dias. Eu largava a minha mãe. Fiquei acho que uns cinco dias no hospital com ela. E não podia, mas fiz a minha parte, que é minha amiga. Eu gosto muito dela, não vive todo dia dentro da minha casa, a gente se fala às vezes, mas eu fui. E acho que é questão da união, na classe. É muita coisa. Nem todo mundo a gente vai ter um... Algum vínculo, né? Mas esse contato próximo é importante, porque a gente nunca sabe se a gente vai precisar. É questão de empatia, né? E eu fui também, porque eu gosto muito dela e ela também é muito igual a mim. Se você precisar, se você falar, ó, preciso, é na hora. Sem hesitar. E eu via ela rodeada em mesa de bar, bebendo. Ninguém foi. Eu mesma mandei mensagem para vários amigos dela, perguntando se podia trocar comigo. A resposta era não, não posso. Hoje eu vou fazer isso. (Patrícia, 2026).

5.4 “E, a partir daí, eu me entendo enquanto uma pessoa trans, não-binária, indígena, nesse território.”

Romã tem 39 anos, é uma pessoa trans não-binária, indígena Goitaca, nasceu e vive na periferia de Campos dos Goytacazes (RJ). Ao iniciarmos a entrevista, conversamos sobre seu processo de construção de identidade trans, elu/ela acredita que esse processo aconteceu simultaneamente ou paralelamente ao processo de construção de sua identidade étnica indígena, ocorrendo “meio que junto, quase que ao mesmo tempo” (Romã, 2026) — doravante, para Preciado (2020), a subjetividade e a sociedade se constroem a partir de forças heterogêneas, irreduzíveis a uma única identidade.

Então, à medida que eu vou buscando essas raízes originárias, não só da minha família, mas socialmente, entendendo os processos sociais aos quais as populações indígenas foram submetidas ao longo da história, eu também vou entendendo a minha identidade de gênero. (Romã, 2026).

Ao continuar nossa conversa, Romã descreve que talvez sua identidade étnica tenha começado primeiro, a partir de questionamentos, interesses e curiosidades sobre essa identidade, bem como os incômodos que elu sentia socialmente em determinados grupos. Também relata o resgate da ancestralidade de familiares ao longo desse processo: “Que não é dada importância, a gente não aprende a valorizar essas histórias.” (Romã, 2026). Como confirma Leda Maria Martins (2021), o tecido social brasileiro se funda por processos de cruzamentos transnacionais, multiétnicos e multilinguísticos.

Existe uma história que é valorizada e existem outras histórias que são desvalorizadas na vida das pessoas. E a partir daí eu também começo, aí eu já entro nesse... nesse conjunto de questionamentos e aí entra junto também a questão de gênero e eu vou também repensando a partir da minha própria história de vida. Como desde sempre eu destoava do padrão determinado, como desde sempre eu

impus sobre a minha existência, sobre a minha subjetividade, sobre a minha vida, aquilo que queriam de mim e isso foi mortificando a minha existência, percebendo o quanto que isso tudo estava errado. (Romã, 2026).

Romã relata certo desconforto nas relações que mantinha na época, não se sentindo confortável com a forma como essas relações se estabeleciam — a partir de uma lógica cis-heteronormativa de se relacionar. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2014), a fixação binária vai definir quem pode existir e legitimar exclusões e violências sutis contra essas corporeidades. A partir desse momento, ela/ela passa a se restringir de relações emocionais, físicas, sexuais e eróticas para experimentar outros interesses, começando a usar acessórios lidos como femininos, roupas, símbolos e elementos “construídos socialmente como femininos” (Romã, 2026), incorporando-os em seu cotidiano e também em sua identidade étnica, simultaneamente. Participando, ainda, de resgates de sua história e de sua identidade indígena, Romã passa a se envolver em atividades, eventos e grupos que pensam a “retomada étnica” — “Essa... essa identidade, essa história, que traziam uma representação originária”. (Romã, 2026). Resgatando o que a colonialidade do saber e do poder impôs sobre esses grupos, por meio do extermínio de saberes originários e da imposição de epistemologias brancas sobre esses povos (Yby, 2023).

(...) que isso não era definido, o homem e a mulher, esses papéis de gênero não eram definidos como a gente aprende. Dentro das populações indígenas haviam pessoas como nós e essas pessoas eram respeitadas. E essas pessoas eram tidas como... elas tinham naquela sociedade, nas diversas sociedades indígenas, que não é uma só, não é uma coisa homogênea, né? Nas diversas sociedades indígenas, essas pessoas tinham um papel de liderança, liderança espiritual, liderança social, né? E isso é combatido com a chegada, com a invasão dos europeus. (Romã, 2026).

Le entrevistade adentra em indagações presentes no movimento LGBTQIAPN+ que trazem Tibira — nome que foi utilizado para contar a história dessa pessoa, associado, em termos brancos e europeus, a um comportamento lascivo, sodomita e a relações de pessoas do mesmo sexo — como a primeira pessoa indígena LGBTQIAPN+ registrada assassinada. Romã afirma que Tibira teve uma morte extremamente violenta, sendo colocade dentro da boca de um canhão e, ao dispará-lo, seu corpo foi estraçalhado diante de todo o seu povo, em 1614, no Maranhão: “então assim eu vou entendendo também que o que na verdade eu estou reivindicando pra mim faz parte de quem eu sou, da minha história.” (Romã, 2026). Para Gualito (2023), a transcestralidade é um modo de reconhecer e afirmar nossas matrizes de origem e pertencimento, onde se entrecruzam dimensões subjetivas, territoriais e estético-políticas.

Ao continuar nossa entrevista, Romã comunica a importância das categorias políticas reivindicadas pelo movimento, mas também de sua ancestralidade, que não é uma invenção moderna, e sim algo estabelecido, que sempre existiu entre as populações originárias em todo o planeta, não somente no Brasil — a noção de transcestralidade indígena se relaciona às redes de afetos, identificação e resistência construídas a partir daquelas que vieram antes de nós (Gualito, 2023). Romã considera como um marco em sua vida o ingresso nos movimentos políticos durante as eleições de 2022, quando pôde participar, em Campos, da campanha eleitoral da candidata a deputada estadual Indianarae Siqueira, uma traviarca indígena não-binária. Na primeira reunião, Indianarae foi até sua casa e fortaleceu bastante o seu processo, naquele momento, também participaram muitas pessoas trans, o que possibilitou que ela se sentisse muito bem acolhida e, por meio desse acontecimento, pudesse se perceber enquanto uma pessoa trans, não-binária, indígena, localizada nesse território.

Eu ainda não me identificava como uma pessoa trans, mas já performava um desajuste binário de gênero. Então, já estava pensando na não binariedade enquanto possibilidade de existência, possibilidade de vida, de relação, de performance, de identidade, de representação. Acho que aquele momento foi um momento meio que decisivo. Eu dialogava com aquelas pessoas, eu interagia com aquelas pessoas e não sentia nenhum tipo de resistência com isso. (Romã, 2026).

Ao iniciarmos a discussão a respeito da saúde, da assistência social e do trabalho, Romã informa sua condição de pessoa vivendo com HIV⁹², desde 2021. Desde então, acessava os serviços de saúde no Centro de Doenças Infecciosas e Parasitárias (Cedip), da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), comunicando-nos que, por parte do atendimento social — do serviço social —, o acolhimento foi “incrível”; entretanto, ao chegar nas especialidades, foi atravessada por diversas situações de violência homotransfóbica e racismo. Doravante, Reis (2000) aponta que o Brasil foi transformado em um enorme laboratório hospitalar, por meio de modelos deterministas dos racismos científicos.

Eu lembro que a primeira ficha que foi preenchida com os meus dados, o médico, que era um homem branco, que estava com uma equipe enorme de estagiários, todas também pessoas brancas, o médico, no campo, com raça, ele colocou branco. E eu só fui ver isso depois, porque eu tive acesso a esse documento, porque eu tinha que levar ele para fazer um outro exame. E aí, eu lendo o documento detalhadamente, porque é isso, né? Essa é a lógica, né? Não existe ali eu, só sou, naquele momento, eu era um objeto a ser estudado por aqueles estudantes e por aquele médico que estava... Então, em momento nenhum houve o interesse em saber quem eu era, minha história, nada disso. Então, eu percebo isso depois e eu fico assim, isso me assusta demais, né? Que equipe médica é essa que quer fraudar a história daquela pessoa? (Romã, 2026).

⁹² Vírus da Imunodeficiência Humana.

Romã narra que essa situação é um problema muito grave no campo das Políticas Sociais, pois, por não ser uma pessoa branca e ser registrada como uma, menos pessoas como ela serão consideradas para terem suas experiências atendidas em sua integridade dentro dos aparelhos públicos: “Então, isso me choca.” (Romã, 2026). Duas vezes por ano, retornava a esse serviço e, mais à frente, quando começou a se compreender enquanto uma pessoa trans, percebeu que o mesmo médico também não possuía nenhum entendimento sobre questões de gênero. No momento, já se relacionava com seu atual companheiro, uma pessoa transmasculina, e, ao tirar dúvidas por já possuir o diagnóstico de carga viral não detectável, o médico foi extremamente rude e transfóbico, tratando o companheiro delu de forma transfóbica, utilizando pronomes femininos. Além de precisar corrigir o médico, a experiência foi péssima. O estigma e a discriminação protagonizados por esses profissionais, dentro das instituições em que as políticas sociais são implementadas, constituem construções sociais e ideológicas que precisam ser responsabilizadas e enfrentadas por meio de um trabalho político e educativo, tanto na dimensão individual quanto coletiva (Almeida, 2013).

No ano de 2024, quando passa a residir na cidade do Rio de Janeiro, Romã transfere seu acompanhamento para a capital e começa a ser cuidada na Clínica da Família da Maré, próxima à residência onde morava com seu companheiro, tendo um acesso mais respeitoso em relação à sua experiência de identidade e mais integral diante de suas necessidades de saúde:

E aí o tratamento é outro. Eu vou pegar minha medicação na Fiocruz e faço o acompanhamento na clínica da Maré. Então o tratamento é outro. E aí eu percebo essa diferença. Tanto que hoje eu voltei a morar em Campos, desde o ano passado e eu continuo mantendo o meu acompanhamento no Rio de Janeiro. Eu pego os remédios no Rio de Janeiro. Eu não transferi nada aqui para Campos. (Romã, 2026).

Perguntei se ela também conseguia transporte para o acompanhamento em saúde no Rio de Janeiro, e ela respondeu que vai por conta própria, quando visita seu companheiro, aproveita para acessar os serviços. Prefere dessa forma, por avaliar os serviços como “muito mais qualificados, os profissionais são qualificados, são treinados.” (Romã, 2026). Comunica que a Fiocruz é referência no cuidado de populações LGBTQIAPN+, especialmente da população trans e travestis, conhecendo diversas pessoas no local que trabalham nessa temática, na perspectiva da humanização do cuidado para com essas pessoas e suas corporeidades.

Em certa ocasião, ao se inscrever em um programa específico para o atendimento da população transfeminina na Fiocruz — que Romã reconhece como mais qualificado para essa população —, não foi chamada, em razão da grande demanda: “Porque é um programa de

referência também, é um programa que dava, inclusive, hormônio para as meninas, mas aí do ano passado para cá parou por falta de verba.” (Romã, 2026). Fraser (2006) alerta para os mecanismos econômicos institucionalizados que sistematicamente negam os meios que precisamos para manter nossos cuidados e garantir nossa sobrevivência.

Na Fiocruz, também foi agendada uma entrevista com uma psicóloga, acompanhada de um estagiário. Naquele momento, perguntaram a ela se a presença do estagiário lhe incomodava e, caso preferisse, ele poderia se retirar. Essa experiência foi considerada “incrível” para a construção do vínculo em seu acesso. Apesar de a profissional ser uma mulher cis branca, Romã percebeu que ela estava totalmente preparada para lidar com essa população, com sua existência e corporeidade.

Em Campos, Romã teve experiência com atendimento com o serviço social em dois momentos distintos. No primeiro, buscava compreender melhor os direitos da pessoa vivendo com HIV por parte dos profissionais de assistência social do Cdip. O atendimento foi suficiente, não havendo nenhuma questão em relação ao acolhimento — na farmácia, no atendimento e na recepção, nenhuma violência foi relatada.

No acesso ao Centro de Cidadania LGBTI+, relata ter demorado a decidir pela requalificação civil. Quando tomou essa decisão, procurou o serviço por meio da advogada e da assistente social. O acolhimento foi “excepcional”, assim como o da coordenadora que atuava no momento, oferecendo suporte diante de todos os problemas que precisou enfrentar com sua documentação, dos erros do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e das denúncias que evidenciaram a desqualificação de setores e de profissionais técnicos.

No dia que eu venho tirar foto, preencher, assinar bonitinho, é um show de horrores. E o Centro de Cidadania foi fundamental nesse processo todo, porque me representou questionando o DETRAN, a equipe do DETRAN, conversando e não sei o quê, e marcando um novo dia para ouvir, não sei o quê. Então, foi muito importante nesse processo todo o atendimento, o acolhimento, o acompanhamento dos profissionais do Centro de Cidadania nesse processo. Então, é um... o que me surpreendeu, me surpreendeu bastante, assim, positivamente. É muito difícil, porque é um baque, né? E levando um baque, a instituição é tão... Rígida, eu tenho falado aí. Rígida, você chega lá e não consegue nem entrar praticamente. Você tendo um apoio... Não consegue entrar e é isso, é tão rígida, que enrijece as pessoas (Romã, 2026).

Para Romã, a instituição precisa ter o mínimo de flexibilidade e sensibilidade para lidar com pessoas — não apenas com a população LGBTQIAPN+, mas com toda a população que tem questões muito específicas. A implementação de ambulatórios especializados, aliados à qualificação permanente desses profissionais de saúde, é fundamental para o enfrentamento das barreiras do acesso (Fapesp, 2024).

Romã observa que não somos um corpo homogêneo, sendo deprimente e desolador perceber que as pessoas que trabalham nessas funções de cuidado — e que são pagas para isso — não têm o mínimo de preocupação em oferecer um atendimento respeitoso, cuidadoso e educado a pessoas que, muitas vezes, chegam nesses lugares com histórias muito específicas, violentas e atravessadas pela vulnerabilidade social: “A gente tá falando aqui de qualificação, de profissionalização, de treinamento, que isso tem a ver com outras instâncias.” (Romã, 2026).

Ao seguir a entrevista, falamos também sobre sua experiência na infância, adolescência e escolarização. Romã cita que todos esses momentos foram “bastante complicados”, não tendo a oportunidade de vivenciar uma estabilidade emocional nesse período: “Ah, enfim, na infância foi um horror, na escola, né?” (Romã, 2026).

Elu comunica que veio de uma família muito grande e também tem um irmão gêmeo. Esse irmão era o típico “garotinho”, gostava de coisas de menino, enquanto Romã era “o menininho afeminado”, que gostava de brincar com “coisinhas de meninas”, consideradas por elu mais interessantes, coloridas e belas. Além da constante comparação com a construção subjetiva de seu irmão — situação que sofria em casa, no ambiente familiar —, também passava por essa situação na escola. Assim, em todas as fases, desde a infância até o ensino fundamental, experienciou diversas violências por parte dos professores, da equipe técnica escolar e de outros estudantes.

Violência física, violência verbal, violência psicológica, assédio. Tudo isso aconteceu no ambiente escolar. No ambiente familiar foi igualmente violento. Eu costumo dizer que a única pessoa que nunca demonstrou nenhum tipo de aversão à minha existência foi a minha mãe, que nunca me bateu por eu ser quem eu sou, nunca me ofendeu por eu ser quem eu sou. Nunca, nunca, nunca, nunca. Agora, todas as outras pessoas da minha família, meu pai e os meus irmãos e irmãs, todos eles... A maneira como me tratavam era de muita violência e sempre me ofendendo com adjetivos jocosos e pejorativos, né? Com o tempo, essa relação muda com a minha família, né? Na fase adulta, isso meio que muda, porque durante muitos anos da minha vida, eu tomo essa decisão de performar essa masculinidade que tanto me cobravam, e aí eu me relaciono com mulheres cis, enfim. Eu sou uma pessoa que durante 20 anos da minha vida eu convivi em espaço religioso, evangélico, então isso também influencia, o que não impediu também de ter essas violências dentro da igreja, só que isso acontece de um outro jeito, de uma forma mais velada, mas acontece igualmente. (Romã, 2026).

Todas essas histórias contadas por Romã permeiam a sua existência ao longo dos anos, a partir de uma performance que elu não considera parte de si e da qual só consegue se distanciar na fase adulta: “E aí eu vou mortificando a minha existência, vou matando quem eu sou, enfim.” (Romã, 2026).

Depois que inicia esse processo — bastante intenso — de retorno e resgate de sua própria existência, o qual considera tardio do ponto de vista capitalista, aos 29 anos, ingressa na Universidade Federal Fluminense, no curso de Ciências Sociais. Na época, após entrar na faculdade, casou-se “no papel” com uma mulher cis branca. A universidade também não foi um espaço em que Romã se sentia pertencente, mas foi um lugar onde pôde conhecer outras pessoas LGBTQIAPN+, mesmo que, no início, tivesse receio de se aproximar delas.

E eu tinha medo do que isso poderia representar naquele espaço. Então... Demora bastante tempo para isso acontecer. E, enfim, a universidade, ao mesmo tempo que é esse espaço opressor de não pertencimento, também, à medida que eu vou me transformando, ela também aparece para mim, surge para mim como um espaço de possibilidade de eu ser quem eu sou, por mais que também existisse situações de violência, mas tinham brechas na estrutura que eu podia acessar e aí enfim eu permaneço na universidade até hoje, e me formo. (Romã, 2026).

Hoje, Romã ainda sente resistência no sentido da sua corporalidade na academia, percebendo isso de forma muito sutil. Atua em dois espaços acadêmicos: na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde participa de algumas atividades, e na Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), exercendo a função de bolsista no programa de prevenção de IST e HIV. Também ingressa no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), buscando estabelecer um diálogo sobre questões étnico-raciais, sobretudo vinculadas à questão indígena.

Nos dois espaços, encontra algumas resistências, o que faz com que ela tenha que se provar o tempo inteiro para convencer as pessoas de que é capaz de fazer diversas atividades e também comprovar que sua vivência reflete em sua prática — a questão de gênero e indígena, para além de tudo o que a atravessa. No que diz respeito ao trabalho, até hoje não conseguiu encontrar um emprego formal, possui interesse em lecionar, mas não deseja trabalhar em uma instituição privada. Tem tentado concursos públicos e, atualmente, vislumbra ingressar em um mestrado como forma de tentar se manter financeiramente.

A questão do trabalho revela uma resistência, pois Romã não considera que o ambiente escolar esteja preparado para receber profissionais como nós, apesar dos diversos exemplos existentes no Brasil, demonstrando o quanto essas pessoas precisam “dar a cara a tapa” para sobreviver aos múltiplos ataques presentes na educação.

Relata também a precarização e a falta de respeito com seu trabalho, mencionando alguns espaços que a convidam para atividades, mas não oferecem remuneração nem auxílios para a sua realização, continuando a responsabilizar as pessoas indígenas e pessoas trans por levarem esse conhecimento, ainda de modo gratuito:

Eu, ano passado, (...) eu criei uma oficina didático-pedagógica, né, para trabalhar a questão indígena nas escolas. Executei, realizei esse trabalho em escolas públicas, e isso eu fiz de forma gratuita, em diálogo com gestores das escolas que estavam interessadas nesse trabalho, ou professores e professoras das escolas que estavam interessadas nesse trabalho, e esses profissionais puxaram a minha ida até a escola. A minha ida, que eu falo do transporte mesmo. Porque, além disso, nada foi pago. É mais um trabalho de cunho social e político mesmo, de letramento sobre a questão indígena na cidade. E aí, a única escola particular que chamou o meu trabalho, me chamou porque uma professora da escola se interessou e quis, e essa professora me pagou para fazer a atividade na turma dela. E aí, chegando lá, outros estudantes queriam participar da atividade e eu acabei dando a mesma atividade para três turmas, sendo que quem me pagou foi uma turma só. E a escola, enfim, a escola politizou isso, a escola divulgou isso como se fosse um trabalho da escola. E disse que ia me chamar para fazer outras atividades e até hoje não me chamou. E a outra escola particular que me procurou, eu passei o orçamento do meu trabalho, da oficina na escola, e simplesmente essa escola não me respondeu mais. E teve uma outra escola particular também que me pediu, eu passei o orçamento e nunca mais me procurou. Então, assim, para além de ser uma tentativa de trabalhar a questão indígena dentro das escolas, por mais que a gente tenha uma lei que determina isso, que é a lei nº 11.645/2008, isso não acontece em escola nenhuma, nem privada, nem particular, não acontece. Ponto. Então, é uma tentativa de levar o cumprimento da lei para dentro da escola. (Romã, 2026).

Uma das maiores dificuldades que Romã encontrou foi a questão da mudança do nome: antes usava o nome social e agora utiliza o nome de registro. Coincidindo com a nossa geração, esse momento histórico de conquistas políticas para a população LGBTQIAPN+ também evidencia, de certa forma, a nossa responsabilidade de cobrar das instituições e dos aparelhos públicos uma ação efetiva em seus processos, “cistemas” e profissionais. Ao mesmo tempo em que precisamos construir e reivindicar nossas demandas, todas essas ações e aparelhos do Estado brasileiro também estão aprendendo conosco, desnaturalizando a continuidade do regime da norma de gênero (Rego, 2019).

Porque eu acho que toda essa mudança social que as nossas corporalidades estão impondo, que eu não estou falando que isso está sendo lindo e maravilhoso. A gente está impondo mesmo, gera essas adaptações. É um aprendizado também, é um processo formativo. É um processo formativo, porque eu lembro que quando eu vim aqui, para refazer minha identidade, já foi diferente. Eu tive a oportunidade de conversar com as mulheres sobre isso, as mulheres estavam interessadas. ‘Nossa, você é a segunda pessoa que acontece isso’. Porque na minha identidade eu estava como pessoa não-binária. Estou como pessoa não-binária. E o que pegou foi o campo sexo que eles colocaram, não colocaram masculino, mesmo estando lá no documento não-binária, e aí eu tive que voltar para mudar isso. E aí mudei para X. E aí com isso vem, a gente tendo um pouco de paciência, a gente explica o que é uma pessoa não-binária, o que significa isso, qual a importância disso, não sei o que, sei lá. Então tudo isso também meio que acontece nesse processo. (...) Eu acho que não tem como a gente escapar disso, mas também tem todo um processo educativo, no... nos estudos indígenas, tem um texto muito interessante do Daniel Munduruku, que é o movimento educador indígena. Como que o movimento indígena também cumpre um papel educativo na sociedade. Então, penso, seria interessante a gente escrever sobre isso também, o movimento educador trans, ou o movimento educador LGBTQIAPN+, que como o movimento LGBT também cumpre um papel educativo

na sociedade. Não só... na sociedade civil, mas também na sociedade quanto às instituições de Estado, os aparelhos que estão aí para atender a população. Então, eu acho que é isso. A gente também está fazendo parte desse processo formativo da sociedade. E a gente precisa entender isso. E isso vai vir com tudo. Vai vir com os ônus e os bônus disso tudo. (Romã, 2026).

Romã comenta sobre as questões relativas às violências e sobre como resiste no cotidiano, refletindo que passa muito tempo escolhendo a roupa com a qual vai sair, de acordo com o lugar para onde vai, havendo momentos em que precisa trocar de roupa quatro vezes. Pensando que determinada roupa pode causar ou impactar o ambiente em que estará, percebe que isso tudo também é muito subjetivo, porque há dias em que se sente muito empoderada e sai como quer — “não está nem aí, foda-se” —, mas, em outros momentos, sente medo, diante das notícias que chegam até nós.

Confessa que sente muito medo por seu companheiro, que mora no Rio de Janeiro, quando estão juntas, por mais que transitem em lugares “mais ou menos” seguros. O deslocamento faz com que se sinta insegura, já tendo passado por perseguições, violência física, racismo e situações em que zombaram delu: “A violência está aí, ela acontece a qualquer momento. Ninguém sai de casa preparado para isso” (Romã, 2026).

Romã percebe, também, que passou a se isolar mais em decorrência de outros processos que aconteceram em sua vida, passando por situações de receio quando precisa se deslocar em carros de aplicativo, com os motoristas, tomando muito cuidado com qualquer gesto que venha fazer.

(...) é uma situação sempre de vigilância, de auto-vigilância, de vigilância ao entorno também, né? Então, eu percebo isso socialmente. Na minha família, a minha relação é muito tranquila. Muito tranquila. Eu acho que tem muito a ver com o momento da minha vida que eu decido ser quem eu sou para todo mundo. Então, meio que eu não devia mais satisfação nenhuma para ninguém. Então, eu faço o que eu quiser da minha vida. Acho que se tem uma coisa positiva de transicionar tardiamente, porque eu também não acho que não existe transição tardia. As pessoas são as pessoas. Mas, assim, nessa lógica do tempo... desse tempo ocidental, enfim, desse tempo capitalista, que a gente tem tempo para fazer as coisas. Nessa lógica, foi tardiamente. E aí, acho que se tem uma vantagem disso acontecer tardiamente é que ninguém tem nada a ver com a tua vida. Muitas vezes a pessoa já trabalha, muitas vezes a pessoa já tem moradia, já tem tudo. Está independente, não precisa da família para nada. Então, se a família simplesmente não quiser aceitar, tchau, beijo. Então, acho que esse processo é um pouco menos... Claro que isso vai depender muito da relação familiar que se estabelece. Mas acho que é isso. (Romã, 2026).

Romã percebe a importância da comunidade, da família, do relacionamento, de amigos e dos afetos como elementos fundamentais para o seu processo, pois já sentia uma identificação nesses espaços antes de transicionar, principalmente em relações afetivas e

amizades com pessoas trans, mulheres trans, mulheres cis e, sobretudo, pessoas transmasculinas. Até hoje, a presença de pessoas transmasculinas permanece muito forte em sua existência trans, tendo em vista as rupturas, quebras de vínculo e distanciamentos que reduziram algumas interações em razão das circunstâncias da vida e das mudanças de território.

Para elu, essas relações não dizem respeito necessariamente ao fato de serem pessoas trans, mas sim por serem pessoas, perpassando sua própria história de vida e, de certa forma, o território em que sempre viveu, além das relações com algumas pessoas não LGBTQIAPN+ e pessoas cis que, de alguma forma, não seguiam um padrão estabelecido e reapareceram em sua vida, fazendo com que percebesse a potência desses processos de reaproximação. Conforme aprendemos a florescer e suportar a intimidade da investigação, os medos que dominam nossas existências passam a perder o controle sobre nós (Lorde, 2023).

Eu acho que muitas pessoas LGBTs, muitas pessoas trans acabam se envolvendo somente por pessoas do seu grupo, até por uma questão de proteção mesmo. E aí eu não estou questionando isso. Mas eu percebo que na minha experiência individual, manter essa diversidade de vínculos, de relação, fez sentido para mim. Fez sentido para mim. E eu acho que tem a ver com o território, porque quando eu moro um ano da minha vida no Rio de Janeiro, o meu círculo de amizades é majoritariamente LGBT, majoritariamente trans. E aí tem a ver por ser um novo território, e aí nesse novo território eu vou naturalmente me aproximando de espaços... (Romã, 2026).

Na infância, viveu diversas situações de violência explícita, sofrendo agressões físicas do pai por ser quem era. Na escola, também apanhava por isso, não apenas dos outros alunos, mas igualmente de professores, por volta dos seus 7 anos.

Para lidar com essas múltiplas situações de violência institucional ao longo da vida, elu cita a terapia, o autocuidado, uma rede segura de afeto, de relações e trocas, além dos trabalhos artísticos, que também a ajudam a elaborar formas de se envolver com as experiências que a antecederam. De acordo com Martins (2021), os conhecimentos culturais revelam saberes de diferentes naturezas, manifestando-se tanto em grandes eventos socioculturais quanto em gestos quase imperceptíveis do cotidiano.

Em coletivo, no movimento social, Romã inicia seu percurso participando da primeira Semana de Visibilidade Trans, que aconteceu no Museu Histórico de Campos, encontrando outras pessoas LGBTQIAPN+ e escutando sobre questões diversas de pessoas trans, passando a se sentir pertencente àquele espaço e àquela comunidade. Atualmente, participa da Frente LGBT+ do Norte Fluminense e de movimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS, mas sua atuação político-social mais efetiva e ampliada acontece dentro do movimento indígena, que

também pensa as questões LGBTQIAPN+ dessa população, acreditando que esses espaços são primordiais:

Conflitos, desentendimentos vão existir em qualquer espaço político. E o que seria também desses espaços se não fossem os conflitos? Acho que isso é determinante para essa formação, esse processo de formação política da gente, que a gente meio que se insere. É quase que obrigatório ser uma minoria social e participar de algum movimento social de representação dessa minoria. Enfim, é claro que isso também tem muito a ver com um processo de formação política dessa pessoa, e isso tem a ver com acesso, muitas vezes, nem sempre, mas muitas vezes tem a ver com acesso. Eu fico pensando se eu não tivesse acessado a universidade, se eu estaria aqui hoje conversando contigo. Acho que outros caminhos teriam sido... apresentados para mim, ou impostos para mim. Então, acho que tem a ver com acesso e acho que é importante demais que essas organizações que representam esses grupos específicos estejam atuantes, não só na luta por direitos, mas no acolhimento também dessas pessoas. Porque muitos de nós vêm desse histórico de abandono. E na maioria das vezes é nesses espaços que a gente se conhece. Sim. Conhece e começa a construir. Construir rede, construir vínculo, construir perspectivas, sonhos, possibilidades de existência. É extremamente potente. (Romã, 2026).

Outros espaços também se mostraram potentes para a construção de Romã: as periferias, organizações dessas periferias, a escola de samba, os terreiros de umbanda e de candomblé, as festividades, os festejos comunitários, salões de beleza, entre outras organizações não oficiais que sempre existiram e, de alguma forma, acolheram essas diversidades ao longo do tempo, possibilitando que estivéssemos presentes nesses espaços, nos contornos da cidade. Espaços cívicos saudáveis possibilitam diferentes grupos e indivíduos da sociedade civil se organizarem, participarem e se comunicarem sem impedimentos (Szabó, 2020).

Por mais que eu venha de uma vivência evangélica, mas vivi a vida inteira numa área periférica da cidade, no bairro de Guarus, sempre foram presentes essas manifestações sociais ali. Por mais que eu não tinha a compreensão disso e que não tinha também o incentivo de participar, mas eu sabia que do lado da minha casa tinha uma família indígena e a matriarca daquela família era rezadeira, era benzedeira, era curandeira. Eu sabia que duas casas depois da minha tinha uma pessoa extremamente afeminada, que hoje entendo que era uma travesti, que já morreu, e que a gente ficava. Ela nunca levou a gente para dentro da casa dela, mas tinha um banco do outro lado da rua, de pedra, que a gente ficava ali sentada brincando à tarde. E muitas vezes essa pessoa, que eu nem lembro mais o nome, vinha e ficava conversando e brincando com a gente, com as crianças. E meu pai nem ligava para isso, minha mãe nem ligava para isso. E era uma pessoa da vizinhança ali. E tinham outras pessoas também LGBTQs que conviviam com a gente ali. Tinha terreiros ali próximo, que a gente passava em frente, que a gente via. Então essas relações, essas manifestações, essas confluências sempre existiram nesses espaços. Hoje que a gente percebe uma... uma disputa muito grande de narrativas e um ódio à produção, à reprodução, o incentivo de um ódio a essas essas manifestações muito grandes. Mas, na minha existência, esses espaços sempre estiveram presentes, direta ou indiretamente. Isso, de certa forma, fez parte da minha formação, para hoje falar aqui de diversidade e fazer esse resgate histórico da diversidade que sempre esteve presente na minha vida e que as pessoas meio que esqueceram disso. Parece que essa onda conservadora jogou uma fórmula na cabeça das pessoas e simplesmente elas esqueceram que a gente sempre viveu em

diversidade. Mas eu entendo também que a partir do momento que esses grupos começam a reivindicar espaço público, espaço político, política pública, direitos... Isso ameaça determinados setores da nossa sociedade. E aí acontece o que acontece. Enfim, mas eu acho que é importante resgatar essa historicidade da diversidade do Brasil, dos nossos territórios, para poder fortalecer o nosso discurso mesmo. Fortalecer o nosso discurso. Gente, isso sempre existiu. É o que eu falo quando me perguntam alguma coisa sobre existências LGBTs dentro das sociedades indígenas. E sempre existiu. Isso não é uma invenção de agora. É um pouco do que eu estou pesquisando, porque eu trago a política, mas pensando na vida também. O principal para a minha pesquisa é a trajetória das pessoas, se estão envolvidas com política, para entender como as pessoas trans estão se movimentando e produzindo rede, produzindo afeto, enfrentamento. (Romã, 2026).

5.5 “Se as pessoas não vissem a gente como anormais ou como se homens não pudessem ter peito ou vagina, talvez eu não tivesse feito.”

O último entrevistado é um homem trans branco, de 29 anos de idade, vive na periferia de Campos. Arthur narra, em sua trajetória pessoal de construção de identidade, que começou a se identificar já na infância: “Eu sabia que eu era um menino na época, mas eu não sabia como colocar isso em prática.” (Arthur, 2026). Porém, ainda não tinha contato com outras pessoas trans, nem tinha nenhuma informação sobre o tema, pois a internet era escassa e ele ainda era uma criança.

Relata que, depois de um tempo, já na adolescência — por volta dos 17 anos —, viu em um programa de TV um homem trans. Nesse contexto, o que está em jogo na guerra do capitalismo racista dominado pelo masculino são os territórios de produção, reprodução e imaginação (Haraway, 2023). A partir dessa experiência, começou a perceber que era com aquela vivência que se identificava. Desde então, passou a procurar formas de acessar a hormonioterapia e, posteriormente, compreender como poderia retificar seu nome, ainda que as informações ainda fossem escassas.

Quando adulto, Arthur começou a se hormonizar — tecnologia que assume a forma do corpo, incorporando-se a ele na produção de sua subjetividade e identidade de gênero (Preciado, 2008, apud Nery; Maranhão Filho, 2013) — e passou a ter mais acesso às informações na internet: “(...) Eu fui virando adulto, e a gente teve, né, novas tecnologias para a gente acessar, novas redes.” (Arthur, 2026). João W. Nery e Eduardo Maranhão Filho (2013) ressaltam as tecnologias de gênero como tecnologias que produzem vidas materiais e discursivas, culturais e políticas. Foi nesse momento que Arthur começou, “de fato”, a ter mais contato com pessoas trans e travestis.

Arthur nasceu na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, foi morar em São Lourenço, no sul de Minas Gerais. Mais tarde, retornou para o Rio de Janeiro para cursar o

ensino médio. Foi nesse período que começou a ter mais acesso a informações, a conhecer os termos e a identificar outras identidades de gênero. Após isso, iniciou sua hormonioterapia, ainda sem muito conhecimento sobre o processo. Quando terminou o ensino médio, mudou-se para Campos dos Goytacazes para fazer faculdade e precisou interromper a hormonioterapia devido às dificuldades financeiras para acessar acompanhamento endocrinológico.

As experiências que mais marcaram sua caminhada enquanto um homem trans “foram experiências ruins”, principalmente pela dificuldade de acesso a médicos, sobretudo endocrinologistas especializados para o atendimento de pessoas trans: “De 2016 para 2017 que eu comecei essa procura. Mas eu voltei a me harmonizar mesmo em 2018, que foi só aí que eu achei o endócrino para me atender.” (Arthur, 2026).

Quando voltou a se harmonizar, agora com acompanhamento médico, enfrentou muitas dificuldades para comprar o hormônio e encontrar alguém que pudesse aplicá-lo. Embora o médico fornecesse a receita, a farmácia e o hospital se negavam a realizar a aplicação. Para Nery e Maranhão Filho (2013), esses sistemas evidenciam falhas “cistêmicas” no abastecimento desses insumos e na obtenção da prescrição médica, tanto por conta da escassez de profissionais qualificados quanto pela morosidade do SUS no acesso. Diante disso, muitas pessoas trans recorrem à automedicação.

No período de 2016, Arthur teve boas experiências em Campos dos Goytacazes. O que mais fortaleceu esse processo foi o contato direto com outras pessoas trans — a comunidade recria o seu solo, travando uma batalha no campo da cultura, dos saberes e das técnicas (Fanon, 2022). Ao iniciar a faculdade, conheceu a travesti Hisis, um de seus primeiros contatos dentro da comunidade trans. A partir dessa aproximação, passou a trocar informações sobre hormonização e sobre farmácias que vendiam sem receita, além de começar a participar do Coletivo Transgoytacá.

E aí eu comecei a ter mais pessoas trans no meu vínculo, no meu ciclo de convivência. Essa foi uma experiência muito boa, porque eram trocas seguras, eu considerava trocas seguras que a gente fazia, porque a gente tinha reuniões praticamente mensalmente, semanalmente, quer dizer, que a gente conseguia trocar afeto mesmo, trocar... sei lá, só se encontrar pra trocar uma ideia e tudo mais. Isso foi muito importante pra mim na época, me fortaleceu muito. Talvez se eu não tivesse isso, não sei se eu teria força pra continuar, porque Campos é muito difícil o acesso a tudo pra uma pessoa trans, em qualquer lugar, né? Principalmente no Brasil, mas Campos em especial é bem difícil. (Arthur, 2026).

Outro marco em seus acessos em Campos dos Goytacazes foi a experiência com médicos, especialmente psiquiatras — sendo a medicina psiquiátrica historicamente responsável por classificar o “transexualismo” como doença mental (Lionço, 2019) —, que analisavam o seu corpo a partir de uma leitura feminina: “É uma coisa que me marca muito

porque eu não considero que eu tenha um acesso pleno à saúde. Não é seguro também. Isso não é seguro.” (Arthur, 2026). Arthur relata que é muito difícil conseguir acesso à saúde pública enquanto pessoa trans e que, no atendimento particular, consegue ser atendido apenas porque está pagando. Nesses espaços, afirma receber minimamente uma receita ou um pedido de exame, mas não recebe um atendimento humanizado. Descreve, ainda, que nunca passou por um acolhimento pelo serviço social.

Eu ia muito no... Desde que abriu o ambulatório. Eu comecei a ir fazer minhas consultas lá com psiquiatra, endocrinologista, passei também pelo clínico. Estava sendo muito bom porque eu consegui acesso a pedido de exame e, o exame é muito fácil porque o ambulatório tinha uma parceria com um laboratório aqui de Campos, né? Então eu conseguia fazer esses exames com mais frequência e era um lugar também que eu me sentia seguro porque... Não pelo espaço em si, mas quando eu estava lá eu sabia que lá a maior parte ia ser pessoas LGBTs no geral, tinha muitas pessoas trans na sala de espera, então a gente já começa a identificar que aqueles profissionais estão aptos a nos atender de alguma forma. Mas na saúde pública o melhor tipo de acesso que eu tive foi enquanto durou o ambulatório, que na verdade durou muito pouco com todos esses médicos. (Arthur, 2026).

Depois que os atendimentos especializados no Ambulatório LGBTQIAPN+ foram interrompidos — de acordo com Potyara (2013), a política social, capturada pela focalização e pela responsabilização individual, por meio de sua direitização, passa a não garantir os direitos universais e funcionar como dispositivo de regulação da moral e da pobreza —, Arthur retornou para os atendimentos na clínica particular que já fazia acompanhamento. Nessa clínica, conseguia transcrever a receita, mas não teve nenhum acesso a atendimento especializado.

Nos serviços públicos, de modo geral, relata ter sido sempre muito violentado, inclusive precisando abrir um processo judicial por transfobia, que foi arquivado. Conforme Almeida (2013), uma das expressões mais violentas do preconceito é a invisibilização, pois não reconhece as práticas discriminatórias que destituem esses sujeitos do protagonismo de suas lutas individuais e coletivas.

Eu perdi o processo, né, mas... porque o Estado não reconheceu como transfobia. Tô tentando recurso, tentando com outro advogado, enfim, mas... Sempre nega nossos corpos, né? Nesse caso desse processo, eu fui fazer uma... (...) É, tomografia. E... Aí, como é um exame de imagem, saiu a imagem e o técnico de radiologia falou que tinha uma alteração no meu exame, porque estava parecendo um útero. Então, ele não me reconheceu enquanto um homem com um útero, enquanto pessoa trans. Ele ficou me indagando de forma violenta. de forma violenta se eu fazia uso de algum remédio e tudo mais. Eu fui tentar ir na ouvidoria, ele invadiu a ouvidoria várias vezes, foi muito, enfim, foi muito violento mesmo, então... É esse tipo de coisa que acontece. (Arthur, 2026).

No que diz respeito à educação, quando ingressou na Universidade Federal Fluminense, Arthur ainda não havia realizado a retificação de seu nome, utilizando seu nome morto e pronomes femininos. Inicialmente, narra que tudo ocorreu bem, mas, após solicitar a inclusão do nome social, sofreu muita transfobia por parte dos professores, principalmente durante as chamadas, quando seu nome social não era respeitado. Em alguns casos, até mesmo as listas circulavam sem a devida alteração. Nesse período, contudo, recebeu apoio de uma parte do corpo docente.

No processo seletivo do mestrado, afirma ter ingressado por meio da cota para pessoas trans. Entretanto, no formulário de inscrição, também foi constrangido de maneira transfóbica por conta do campo “sexo de acordo com o nascimento”. Tentou recorrer à situação, mas ninguém assumiu a responsabilidade pelo ocorrido. Segundo ele, isso tirou toda a sua alegria da sua aprovação no mestrado, fazendo com que pensasse em desistir e nunca mais retornar, compreendendo essa experiência como uma barreira para seu acesso e permanência na educação.

Então, são processos institucionais, assim como qualquer outro, que a gente sofre transfobia, porque esse espaço ainda é elitista, esse espaço ainda é majoritariamente cis, majoritariamente hétero, majoritariamente branco. Então a gente... Eu sofri bastante, mas eu também tive apoio de muita gente, assim, principalmente de outros alunos na época, colegas e tudo mais, que me ajudaram muito nesse processo. (Arthur, 2026).

A permanência na UFF foi difícil. Em vários momentos em que sofreu transfobia, Arthur relatava à sua companheira: “Não ia voltar, ia desistir, não tinha mais saúde mental, física para estar encarando aquilo ali.” (Arthur, 2026). E, em meio às violências vividas, foi seguindo “se arrastando”, sempre pensando em sua família e em sua companheira, sobretudo por ser a primeira pessoa da família a acessar o ensino superior. Afirma que, se dependesse apenas dele, já teria desistido há muito tempo.

Então, assim, não foi fácil a permanência. Não foi fácil. Desde a graduação até o mestrado, sofri muita coisa, inclusive com professores. Até denunciei também no mestrado, eu entrei porque já tinha cotas trans, eu entrei como cotista e mesmo assim ainda sofri transfobia lá dentro. Então, a permanência ela é forçada, digamos assim, ela não é confortável. (Arthur, 2026).

Arthur comenta que a educação também é o seu trabalho e que nunca conseguiu acessar o mercado de trabalho de forma mais ampla enquanto pessoa trans. Costuma dizer que faz “cosplay de cis” — tecnologia de autopreservação (Rodriguez; Medeiros, 2016) — por medo das violências que já sofreu quando as pessoas acabavam descobrindo, de uma forma ou outra, que ele era trans: “E aí sempre tinha uma piadinha e tudo mais.” (Arthur, 2026).

Arthur questiona a falta de espaços para falar sobre essas experiências de violência, embora existam diversas leis, legislações e projetos que nos assegurem a permanência nesses espaços; na prática eles não funcionam de maneira efetiva, operando como qualquer outra instituição atravessada por violências e exclusões. “Então, é cosplay de cis que eu faço, eu nunca, se alguém me perguntar, eu nunca falaria que eu sou cis, mas eu também não me sinto seguro de externar que eu sou uma pessoa trans.” (Arthur, 2026). Arthur considera essa prática como uma estratégia de sobrevivência, especialmente porque já foi contratado por uma escola particular e, quando descobriram que ele era um homem trans, sofreu perseguições.

Pergunto a Arthur sobre as estratégias de enfrentamento às violências que construiu em seu cotidiano, e ele comenta que demorou muito para conseguir aprender a reagir a essas situações: “(...) dependendo do grau, de onde aconteça e com quem aconteça, eu travo, né?” (Arthur, 2026). Diante da vivência constante de violências, diz que sente que se tornou um pouco “carrasco” em determinadas situações, principalmente quando alguém comete alguma violência transfóbica, ele encara, debate e consegue apresentar leis, sempre “bate de frente mesmo, de forma bem grosseira, porque está me violentando (...)” (Arthur, 2026). Ainda assim, considera que não gostaria de agir dessa maneira e que nem sempre consegue reagir.

Por exemplo, a primeira transfobia que eu sofri na UFF, eu fiz uma roda de conversa. E aí eu recebi apoio do CA de Geografia e recebi apoio também do Conselho Regional de Psicologia. Foi regional, não, foi estadual, acho. Que aí veio a Cêú, foi uma advogada também, que era LGBT na época daqui de Campos (...) (...), foram poucas pessoas no evento, mas foi uma coisa que repercutiu e me marcou bastante. Foi o primeiro evento que eu pude fazer e que eu sabia que estava defendendo não só a mim, mas também outras pessoas que estavam por vir. Então, sempre que acontecia alguma coisa, eu tentava mobilizar. Todas as vezes consegui mobilizar de alguma forma. Eu acho que essa também era uma estratégia de tornar público aquilo que estava acontecendo para ganhar força para que a gente consiga permanecer nesses espaços. (Arthur, 2026).

Arthur percebe como “imprescindível” a presença da comunidade, dos afetos e das redes de apoio em sua vida: “eu tive uma trajetória também em relação a isso, entre as redes de apoio.” (Arthur, 2026). Arthur pôde perceber que não estava sozinho e que poderia encontrar apoio e se “equilibrar” através de coletivos e do contato com outras pessoas trans, em especial aquelas que já haviam passado por situações semelhantes, possibilitando múltiplas trocas e construções coletivas de cuidado.

E aí no início foi muitíssimo importante, ainda é muito importante, mas eu também tive algumas experiências ruins no antes que eu precisava e não tive apoio dessa população. Então, eu me afastei bastante desde esses episódios, porque a gente também passa, a gente fica muito iludido, né? Ah, é uma pessoa trans e não sei o que, a gente acha que vai ser a melhor pessoa do mundo, que sempre vai nos abraçar, que sempre vai nos entender, mas na verdade é uma pessoa como qualquer outra, né? Têm formações diferentes da gente, vivências diferentes da gente, às vezes até

preconceitos também diferentes da gente. Quando a gente vê muitos homens trans que ainda são machistas, por exemplo, é um exemplo aí que tá, né, pra debate, que as pessoas pouco falam também. E a gente percebe que a vida não é essa maravilha toda, mas foi imprescindível para eu ter acesso à informação, para eu ter acesso a outras pessoas trans, para eu ter acesso, por exemplo, à hormonioterapia, para a gente trocar ideia sobre várias coisas. Enfim, conhecimento também acadêmico. (Arthur, 2026).

Hoje, Arthur relata que, se tivesse tido contato com mais pessoas trans desde a infância, acredita que tudo teria sido muito mais fácil. Para além de se compreender por meio da representatividade, pondera que pessoas trans são, antes de tudo, pessoas, e que, portanto, possuem comportamentos, experiências e posicionamentos totalmente diferentes, podendo ou não concordar com eles dentro do movimento social, do qual está afastado no momento.

Comentei com ele que a comunidade não precisa ser só um movimento social ou político, mas também pode emergir nos encontros cotidianos, nas trocas, redes de apoio e nos vínculos afetivos, podendo inclusive estar para além das pessoas trans também, como no caso de pessoas cis em sua família. Em seguida, Arthur comenta que sua família, de modo geral — para além da sua esposa —, possui pouca escolarização, sem ter completado o ensino fundamental. Por esse motivo, avalia que encontra dificuldades para conversar sobre temas como sua saúde mental, por exemplo. “Mas eu tenho uma rede de apoio, assim, boa, tenho muitos amigos, que eu consigo conversar sobre isso, amigas também, minha esposa.” (Arthur, 2026). Questionei, então, se ele acredita que os movimentos sociais fortalecem as lutas por direitos.

Acredito. Na verdade, os direitos voltados para pessoas LGBTQs no geral, eles são concedidos depois de inúmeros anúncios de violência, né? Ou seja, que as leis que poderiam abranger a gente, se a gente pensar nos direitos humanos, por exemplo, a gente está ali dentro do grupo de pessoas que precisam ter uma cidadania plena, né? Mas a gente não tem, então a cidadania não é para todo mundo. A cidadania plena não é para todo mundo e nós somos um grupo que a gente não tem cidadania plena. Então, acredito que quando a gente se organiza e a gente se movimenta e a gente leva esses debates para outros espaços, a gente consegue denunciar essas violências que estão acontecendo e a gente consegue criar leis, legislações, e até inserir outras pessoas também em debates políticos que podem nos abraçar e criar, sei lá, criar algum tipo de defesa, algo que é voltado só para a gente, algo que interpreta de fato nossa realidade, não de forma genérica. (Arthur, 2026).

Além disso, Arthur expõe a realização de sua mastectomia, oportunidade que considera ser muito importante e um momento decisivo em sua vida. Discorre que estava no “auge” de sua saúde mental e aproveitou o fato de possuir um plano de saúde na época para procurar, sem que soubessem, um médico especialista. Ao comunicar sua mãe sobre o procedimento, ela disse a ele que precisaria cancelar o plano de saúde. Diante disso, ele respondeu que, se não conseguisse efetuar a cirurgia antes, “ia me cortar em casa, eu ia retirar tudo em casa e eu ia parar no hospital só para costurar.” (Arthur, 2026).

Para Fanon (2022), desde o nascimento, torna-se evidente que esse mundo só pode ser reformado pela violência absoluta. Trata-se de um corpo dilacerado que alimenta uma fúria direcionada contra as condições que nos obrigam a lutar por nossas existências (Stryker, 2021). A mastectomia masculinizadora costuma ser uma das principais intervenções procuradas por homens trans, possibilitando a eliminação do uso contínuo de binders e favorecendo processos de aceitação e reconhecimento social (Nery; Maranhão Filho, 2013).

É, minha mastectomia foi muito importante para mim, foi um período decisório na minha vida. Eu já tinha a ideia de fazer mastectomia há muito tempo, claro, porque eu tinha muito peito, (...) eu sentia acima do peso e tudo mais, então eu tinha bastante gordura nessa região e aí depois que eu comecei a me hormonizar eu comecei a perder muita gordura, também depois tive queda de peso também, então eu fiquei com muita flacidez e aquilo me incomodava demais, eu não queria sair na rua, não queria colocar binder porque eu ficava todo machucado, doía muito minha coluna, não conseguia ficar muito tempo sentado, não conseguia ficar muito tempo deitado, não conseguia ficar muito tempo em pé, então era algo totalmente desconfortável. Não tinha uma posição confortável para usar aquilo. (Arthur, 2026)

Quando foi operar, encontrou uma médica, em Juiz de Fora, que aceitava o plano de saúde. Todavia, na véspera da operação, o plano — que já havia autorizado o procedimento — voltou atrás e se recusou a aprová-lo, alegando que se tratava de uma cirurgia estética e justificando a negativa pelo contexto pandêmico.

E aí eu cheguei lá um dia antes de operar e recebi essa notícia. E aí foi difícil, tão difícil para mim, mas a minha médica conseguiu reverter a situação e ela falou que estava sofrendo mesmo ataques de alguns planos de saúde. Porque ela fazia muita mastectomia por planos, vários planos, não era só unimed, não. Vários planos e eles não estavam gostando disso, supostamente, né? E é um ataque a pessoas trans indiretamente também, né? Ou diretamente, que seja. (Arthur, 2026).

Ao conseguir concretizar a cirurgia, Arthur mudou totalmente a forma com que via seu corpo, tendo em vista todo esse sofrimento que observa ser imposto por questões sociais: “(...) se as pessoas não vissem a gente como anormais ou como se homens não pudessem ter peito ou vagina, talvez eu não tivesse feito.” (Arthur, 2026). Nery e Maranhão Filho (2013) apontam para uma “masculinidade inquietante”, marcada pela insegurança em uma sociedade brasileira que insiste em não considerar homens sem pênis, com seios e vaginas.

Entretanto, nessa realidade transfóbica, Arthur confessa que precisava daquilo para conseguir se encaixar, avaliando esse momento como decisivo para sua vida, pois sente que consegue viver melhor e, de fato, ser ele mesmo: “Sem aquilo, eu não conseguia me encaixar.” (Arthur, 2026). Em uma sociedade que se estrutura a partir de um modelo binário, que exclui outras diversidades, a hormonização e as cirurgias acabam sendo vivenciadas como imposições para que esses corpos sejam reconhecidos socialmente (Nery; Maranhão Filho, 2013).

6 CIRCULARIDADES

Não se trata de um pensamento binário, mas de um pensamento fronteiriço. Nunca vamos atravessar para o lado do humanismo, mas também nunca vamos querer que o humanismo atravesse para o nosso lado. Também não queremos que ele deixe de existir; só queremos que haja respeito e diálogos de fronteira. A humanidade está aí, não vamos matar a humanidade. Mas como vamos nos relacionar com ela? Estabelecendo fronteiras. Pode ser que, no futuro, como a fronteira é um território movediço, elástico, a gente avance quando eles recuarem, ou pode ser que a gente recue quando eles avançarem, mas sem chegar ao limite. Nós pensamos sempre na circularidade, quebrando o monismo, a dualidade e o binarismo.
(Bispo dos Santos, 2023, p. 17).

Começo esse esboço do fim — que também anuncia o início de novos pensamentos, práticas, deslocamentos e possibilidades — retomando uma inquietação central que circula por toda esta dissertação: há espaço para a defesa do espaço cívico nas instituições de políticas sociais em Campos dos Goytacazes? A partir das narrativas apresentadas, articuladas às discussões teóricas mobilizadas ao longo deste trabalho, torna-se evidente que as experiências de pessoas trans e travestis nesse território ainda são profundamente atravessadas por múltiplas formas de violência, exclusão e negligência institucional — violências essas que se materializam não apenas nas barreiras de acesso às políticas sociais, mas também na ausência de reconhecimento da dignidade dessas existências.

Falar sobre interseccionalidade, neste contexto, não significa apenas reconhecer diferenças subjetivas entre les sujeitos, mas compreender estruturalmente como raça, classe, gênero, sexualidade e território perpassam as possibilidades de acesso, cuidado e permanência nas políticas sociais. As pessoas trans e travestis entrevistadas relataram experiências marcadas pela revitimização constante em serviços que deveriam operar como espaços de proteção social. Portanto, pensar o atendimento dessas populações exige considerar suas trajetórias de vida, seus deslocamentos, suas condições materiais de existência e as marcas produzidas historicamente pela violência cis-heteronormativa, racista e neoliberal. Sem essa compreensão, os serviços acabam por reproduzir práticas institucionais violentas que reforçam o afastamento dessas pessoas dos equipamentos públicos.

O atendimento multiprofissional aparece como necessidade urgente, não apenas como encaminhamento técnico entre setores, mas como construção coletiva de um cuidado ético, integral e territorializado. É essencial que os profissionais compreendam quais equipamentos, políticas e acompanhamentos le sujeito necessita acessar, articulando saúde, assistência social,

educação, trabalho e garantia de direitos. Mais do que intervenções fragmentadas e burocráticas, as experiências analisadas ao longo desta pesquisa demonstram a necessidade de práticas comprometidas com a transformação social e com o reconhecimento dos afetos, resistências e estratégias de sobrevivência na vida de pessoas trans e travestis. Identifica-se também uma urgência em romper com práticas individuais, mecânicas e aceleradas, sustentadas pela lógica produtivista neoliberal, que reduzem sujeitos a números, prontuários e demandas institucionais.

O neoliberalismo produziu profundas transformações nos modos de cuidado e nos acessos às políticas sociais, por meio da individualização da responsabilidade sobre a própria sobrevivência, articulada à cis-heteronormatividade e à branquitude enquanto regimes políticos. Esse processo faz com que as instituições deixem de reconhecer as dimensões coletivas e territoriais das violências vividas, ignorando as especificidades das comunidades periféricas e o potencial transformador das experiências trans e travestis, além de manter práticas coloniais e tutelares que impedem a efetivação plena da cidadania. Os “cistemas” políticos, como denunciado ao longo desta dissertação, operam frequentemente mais como mecanismos de controle, vigilância e correção das dissidências do que como espaços de garantia de direitos.

O assistencialismo, a caridade e a educação popular também emergem de maneira recorrente nas falas dos interlocutores da pesquisa. Embora equipamentos como o Centro de Cidadania LGBTI+ e o Serviço Ambulatorial de Acolhimento à População LGBTQIAPN+ representem importantes possibilidades de acesso menos violentas e mais acolhedoras, ambos enfrentam limites estruturais significativos, especialmente a dificuldade de prospectar esse público e a insuficiência de investimentos públicos. Essas brechas institucionais fazem com que muitas pessoas trans e travestis recorram às redes comunitárias, aos centros religiosos, às práticas de solidariedade e aos cuidados produzidos entre pares como formas de sobrevivência cotidiana. Ainda que, essas redes sejam fundamentais, sua centralidade evidencia o desleixo do Estado e a precarização das políticas sociais voltadas para nossa população.

As entrevistas também revelam a necessidade da implementação de políticas específicas e especializadas para pessoas trans e travestis, como o cuidado integral em saúde — *PAES Pop Trans* —, ainda não efetivado nos serviços de saúde. Há uma urgência evidente de inclusão nos setores gerais da saúde, assistência social e educação, mas também de construção de espaços especializados capazes de compreender as singularidades dessas experiências sem reproduzir práticas patologizantes ou violentas. Isso exige não apenas

formação continuada para os profissionais, mas uma mudança ética e política nas formas de cuidado.

O fatalismo aparece como estratégia de culpabilização desses corpos, responsabilizando pessoas trans e travestis pelas dificuldades de acesso. Entretanto, esta dissertação reafirma que os obstáculos enfrentados por essas populações não decorrem de incapacidades individuais, mas da ausência de compromisso efetivo dos gestores públicos, das políticas institucionais e de profissionais que frequentemente negligenciam as especificidades das vivências trans, negras e periféricas. Em Campos dos Goytacazes — maior município em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro —, as dificuldades de deslocamento, acesso e permanência nos serviços tornam ainda mais complexas as desigualdades já existentes em suas interseccionalidades.

As questões relacionadas à educação e ao trabalho também se manifestam como dimensões centrais, ressaltando que, mais do que ofertar cursos profissionalizantes ou inserções precarizadas no mercado de trabalho, é necessário compreender que essas trajetórias foram historicamente atravessadas pela expulsão escolar, pela violência familiar, pelo abandono e pela marginalização social. O acolhimento institucional precisa reconhecer essas marcas e construir possibilidades concretas de reinserção social, autonomia e produção de futuro. A responsabilidade pela mudança, infelizmente, ainda recai sobre a implementação de políticas que não alcançam a justiça social, pois não há interesse, por parte da cisgeneridade e da branquitude, em que nos libertemos de suas violências, mantendo seus privilégios por meio da violência direcionada a corpos que, historicamente, têm sido estigmatizados, discriminados e mortos.

Esta pesquisa reafirma a necessidade urgente de mobilização coletiva contra a fome, a insegurança alimentar, a desinformação, o abandono de crianças e adolescentes trans e travestis e as violências produzidas por discursos patologizantes, moralizantes e fundamentalistas, como também as chamadas “terapias de reversão” ou “cura gay”. É indispensável fortalecer redes de proteção, políticas sociais e estratégias de cuidado longitudinal que acompanhem essas pessoas ao longo de toda a vida. Isso implica reconhecer a importância da representação, da produção de informação e da ocupação política dos espaços institucionais, acadêmicos e comunitários por pessoas trans e travestis.

Dessa forma, esta dissertação não se encerra apenas como denúncia das violências produzidas pelo Estado e pelas suas instituições, mas também como afirmação das potências que florescem das experiências trans e travestis. Entre dores, deslocamentos e resistências, nossos corpos continuam produzindo vida, comunidade, cuidado mútuo e transformação

social e institucional. São justamente essas existências, historicamente discriminadas, que anunciam outras possibilidades de mundo: menos violentas, anticoloniais e radicalmente comprometidas com a dignidade humana.

Figura 17 - “Efe Godoy”.



Fonte: Arte concedida pela artista (Godoy, 2026).

REFERÊNCIAS

ADELOWO, Ayò. **Senhor do Fogo Oculto**. 2025. 1 obra de arte. In: EXPOSIÇÃO Kitanda. Campos dos Goytacazes: Museu Histórico de Campos, 2025.

ADUFF. **Lançamento do documentário "Transbordar", sobre a vida de jovens trans, acontece na UFF em Pádua nesta quarta**. Aduff.org, 2024. Disponível em: <https://aduff.org.br/site/index.php/noticias/noticias-recentes/item/6511-lancamento-do-documentario-transbordar-sobre-a-vida-de-jovens-trans-no-noroeste-fluminense-acontece-na-uff-em-padua-nesta-quarta-11>. Acesso em: 10 julho, 2026.

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. **Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas**. Revista Conhecimento Online, v. 1, p. 36-44, 2017.

ALEJANDRO, Diego. **Tentativa de suicídio representa 66% das hospitalizações de jovens trans**. Veja Abril, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/tentativa-de-suicidio-representa-66-das-hospitalizacoes-de-jovens-trans/>. Acesso em: 05 maio, 2025.

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. [et al]. **Famílias negras e serviço social**. In: GAMA, Andréa de Sousa; SILVA, Ana Paula Procópio da (org.). Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social. Curitiba: CRV, [2024]. p. 81–100. Disponível em: <https://www.ppgservicosocial.uerj.br/coletaneas/genero%20familia%20trabalho.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

ALMEIDA, Daniella. **Nove em cada dez estudantes LGBTI+ sofreram agressão verbal na escola**. Agência Brasil, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/nove-em-cada-dez-estudantes-lgbti-sofreram-agressao-verbal-na-escola>. Acesso em: 05 maio, 2025.

ALMEIDA, Guilherme. **'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?**. Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 513-523, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x2012000200012. Acesso em: 17 abr. 2026.

ALMEIDA, Guilherme. **Superando o politicamente correto: notas sobre o sexto princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social**. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). Projeto ético-político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulado à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. p. 74-86.

ALVES, Zélia M.; SILVA, Maria H. **Análise Qualitativa de dados de uma entrevista: uma proposta**. Paidéia, Ribeirão Preto - SP, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/yKQmzXgZMrdhBCMkdbYvJYj/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ANTRA - Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Antra Brasil Org. Brasília DF: Distrito Drag, 2024.

ANTRA - Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Antra Brasil Org. Brasília DF: Distrito Drag, 2025.

ANTRA - Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025**. Antra Brasil Org. Brasília DF: Distrito Drag, 2026.

ANTRA. **Dossiê trans Brasil: um olhar acerca do perfil de travestis e mulheres transexuais no sistema prisional**. Antra, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2022. Disponível em:
<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossie-transbrasil-sistema-prisional.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ANTRA. **Nota Antra cotas e reserva de vagas em universidades destinadas às pessoas trans**. Antra Brasil, 2020. Disponível em:
<https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: The new mestiza**. 2. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas, 2000. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/311>. Acesso em: 06 abr. 2024.

ARAÚJO, Thatiane; SOUZA, Dediane. **Censo Trans: Reflexões sobre os dados do Censo Trans**. Rede Trans, 2020. Disponível em:
<https://escolajudicial.trt5.jus.br/sites/default/files/sistema/cursos/2024-04/tathiane-araujo.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ARAÚJO, Rogério da Costa. **O Processo de Inserção em Psicologia Comunitária: Ultrapassando o nível dos papéis**. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 13/14, n.1/2, 1995/1996, p. 69-96. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/11107>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Editora Companhia das Letras, 2013.

ATKINSON, R., & FLINT, J. (2001). **Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies**. Social Research Update, 33(1), 1-4. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/46214232_Accessing_Hidden_and_Hard-to-Reach_Populations_Snowball_Research_Strategies. Acesso em: 17 abr. 2026.

AYÔ TUPINAMBA. 2022. **Ancestravas**. In: “Ancestravas”. Disponível em:
<https://www.letras.mus.br/ayo-tupinamba/ancestravas/>. Acesso em: 17 abr. 2026.

AZEVEDO, Pietra Conceição; PEREIRA, Elcimar Dantas. **“Cidade pequena não dá pra travesti, é só fumo”: performatização da identidade travesti e o contexto urbano**

moossoroense. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 26, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/7901>. Acesso em: 27 set. 2025.

AZEVEDO, Valquíria. **Ambulatório LGBTQIAPN+ passa a funcionar no Centro de Saúde Escola de Custodópolis**. Prefeitura de Campos, 2026. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=103135. Acesso em: 08 mai. 2026.

BARBOSA, Angie. **Transcestralidades: trauma, violência e futuro fora do parentesco**. Ruído Manifesto, 2022. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/transcestralidades-trauma-violencia-e-futuro-fora-do-parentesco-po-r-angie-barbosa/>. Acesso em: 27 set. 2025.

BARBOSA, Aluysio Abreu. **Lei de banheiro por sexo de nascimento em Campos é natimorta**. Folha1, 2025. Disponível em: <https://opinioes.folha1.com.br/2025/10/29/lei-de-banheiro-por-sexo-de-nascimento-em-campo-s-e-natimorta/>. Acesso em: 30 out. 2025.

BARBOSA, Francielly. **Mulheres trans e travestis em situação de rua estão mais vulneráveis a uma série de violências**. #COLABORA, 2024. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/em-situacao-de-rua-mulheres-transexuais-e-travestis-esta-o-mais-suscetiveis-a-uma-serie-de-violacoes-de-direitos/>. Acesso em: 28 mar. 2026.

BARBOSA, Francielly; ALFANO, Bruno. **Universidades federais só preenchem 34% das cotas para estudantes trans e travestis**. O Globo - Educação, 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2025/10/20/universidades-federais-so-preenchem-34percent-das-cotas-para-estudantes-trans-e-travestis.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2026.

BENEVIDES, Bruna; ALVES, Joyce. **Observatório Cotas Trans**. AntraBrasil.org, 2025. Disponível em: <https://antrabrazil.org/cotastrans/>. Acesso em: 10 julho, 2026.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26037/1/Transviadas-BereniceBento-2017-EDUFBA.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BESSA, L.; MOTTER, C.; CAPIBARIBE, F.; VIERO, F.; MOIRA, A. **Experiência travesti: Conversa com Amara Moira sobre lutas, visibilidade e comunidade trans**. Esferas, v. 1, n. 27, p. 1-17, 26 ago. 2023. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14723>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BEY, Marquis. **Todas minhas amigas são trans (ou logo serão)**. Tradução Livre Bibliopreta, 2024. (Título Original: Marquis Bey, All My Friends Are Trans (or Will Be Soon). 2024, TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 10, Numbers 3–4. November 2023 208 DOI 10.1215/23289252-10900732 a 2023 Duke University Press.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BUSTAMANTE, Ana Paula; CARNAVALE, Becca da Silva. **O Apagamento das identidades travestigêneres no Brasil: Uma análise da atuação do estado brasileiro**

enquanto garantidor de proteção social. Capítulo 7, p 184-211. Niterói, RJ: Editora Uaná, 2024.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero.** Tradução de Aléxia Bretas *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2022. 451 p.

BUTLER, Octavia F. **A Parábola Do Semeador: Semente Da Terra.** Volume 1. 1a Ed. Tradução: Carolina Caires Coelho. São Paulo: Editora Morro Branco, 2018.

CARTACAPITAL. **342 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil, aponta levantamento.** Carta Capital, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/342-projetos-de-lei-anti-lgbt-tramitam-no-brasil-aponta-levantamento/>. Acesso em: 05 maio, 2025.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização.** Psicologia: ciência e profissão, v. 38, p. 175-191, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MLLBpknvMfqdR66rvVGF3WD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

COLLING, Leandro. **Os novos discursos críticos às identidades e a crise nas universidades.** Diplomatieque, 2024. Disponível em: <https://diplomatieque.org.br/os-novos-discursos-criticos-as-identidades-e-a-crise-nas-universidades/>. Acesso em: 05 maio, 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Sociedade e estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **No mês que celebra a visibilidade trans, OMS conclui prazo para que países retirem a transexualidade do rol de patologias.** CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/no-mes-que-celebra-a-visibilidade-trans-oms-conclui-prazo%E2%80%A8-para-que-paises-retirem-a-transexualidade-do-rol-de-patologias/#:~:text=2022%20%2D%2021:41-,No%20m%C3%AAs%20que%20celebra%20a%20visibilidade%20trans%2C%20OMS%20conclui%20prazo,transexualidade%20do%20rol%20de%20patologias>. Acesso em: 27 mar. 2026.

CORRÊA, Fábio Henrique Mendonça. [*et al.*]. **Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico.** Jornal brasileiro de psiquiatria, v. 69, p. 13-22, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/BXhSxJZtjHvVMwz5hkVyyGK>. Acesso em: 05 maio, 2025.

COUTINHO, Laerte. **“Laerte”.** Cartum - Folha, 2025. Disponível em: <https://x.com/LaerteCoutinho1/status/1965385184884523521>. Acesso em: 31 out., 2025.

CURI, Carolina. **Aprovado projeto que pune a “cura gay” no Distrito Federal**. Agência CLDF, 2025. Disponível em: <https://psol50.org.br/projeto-de-fabio-felix-psol-df-que-pune-cura-gay-e-aprovado-na-camara-distrital/>. Acesso em: 03, fev. 2026.

CURI, Juliana; SÖNKSEN, Martina. **“Realizadoras falam sobre ‘Uýra’: ‘Na essência da luta social está a conservação da vida’**”. Mulher no Cinema, 20 out. 2022. Disponível em: <https://mulhernocinema.com/especiais/realizadoras-falam-sobre-documentario-uyra-na-essencia-das-lutas-sociais-esta-a-conservacao-da-vida/>. Acesso em: 31 out., 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2016.

DE CASTRO, Lucia Rabello. **A infância e seus destinos no contemporâneo**. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lucia-Castro-5/publication/279464014_A_infancia_e_seus_destinos_no_contemporaneo/links/56efd89a08ae3c6534365465/A-infancia-e-seus-destinos-no-contemporaneo.pdf. Acesso em: 8 dez. 2024.

DE MOURA, Cauê Assis. **E não posso ser eu um transfeminista?**. Revista Estudos Transviades, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 128-142, 2021. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/01/revista-estudostransviades-v.-2-n.-4-nov-2021-112-116.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2026.

DE OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. **Entre silêncios, sussurros e gritos: transgressões de gênero, raça e sexualidade**. – 1. ed. – Salvador, BA: Devires, 2025.

DIAS, Alfrancio F. **Escrevivência Trans* como Potência**. Revista da FAEEBA, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v29n59/2358-0194-faeeba-29-59-329.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DOMINGUES, Luis Mahin; RODRIGUEZ, Shay de los Santos. **Homens trans envelhecem? Diálogos entre transmasculinidades e envelhecimento**. Corpos Transitórios: Narrativas Transmasculinas. Salvador: Diálogos, 2021.

DOS PASSOS, Maria Clara Araújo. **Pedagogias das travestilidades**. Civilização Brasileira, 2022.

DOS SANTOS, Rafael F. Gonçalves. **As aparências enganam? O fazer-se travesti em Campos dos Goytacazes-RJ**. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, UERJ.

FACCHINI, Regina. **Estudos Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro**. Bagoas - gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 3, n. 04, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 2 maio, 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAPESP. **Vírus, estigma e solidão**. Pesquisa FAPESP, São Paulo, ed. 294, p. 84-87, ago. 2020. Disponível em:

https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2024/10/044-047_travestis_345.pdf. Acesso em: 29 mar. 2026.

FAVERO, Sofia. **Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais**. Equatorial–Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, v.7, n. 12, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520/12588>. Acesso em: 27 set. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2023.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais**. JESUS, Jaqueline Gomes de [et al]. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões : a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. Guilherme Gomes Ferreira. – Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/563>. Acesso em: 17 abr. 2026.

FIGUEIREDO, Camilla; MALVEZZI, Paulo. **Brasil teve 57 PLs pró-LGBTQIA+ no primeiro semestre de 2025**. Diadorim Observatória, 2025. Disponível em: <https://adiadorim.org/reportagens/2025/06/brasil-57-projetos-de-lei-pro-lgbtqia-primeiro-semestre-de-2025/>. Acesso em: 19 de ago. 2025.

FIGUEIREDO, Camilla; MALVEZZI, Paulo. **Com bancada conservadora maior, Senado dobra projetos anti-LGBTQIA+ em 7 meses**. Diadorim Observatória, 2025. Disponível em: <https://adiadorim.org/reportagens/2025/08/com-bancada-conservadora-maior-senado-dobra-projetos-anti-lgbtqia-em-7-meses/>. Acesso em: 17 abr. 2026.

FLORÊNCIO, Roberto Remígio; ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. **Os povos indígenas do Opará e a educação intercultural: uma etnografia crítica**. Espaço Ameríndio, v. 16, n. 1, p. 105-136, 2022.

FODA. **Marcha Trans e Travesti do Rio de Janeiro luta ‘Pelo direito de sonhar novos futuros’**. Mídia Ninja, 2023. Disponível em: <https://midianinja.org/marcha-trans-e-travesti-do-rio-de-janeiro-luta-pelo-direito-de-sonhar-nos-vos-futuros/>. Acesso em: 02 maio, 2025.

FOLHA1. **Ambulatório LGBTQIAPN+**. Folha 1, 2023. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/geral/2023/08/1292447-ambulatorio-lgbtqiapn-de-campos-ainda-s-em-previsao-de-funcioamento.html>. Acesso em: 5 mai. 2025.

FOLHA1. **Câmara sediará audiência pública sobre direitos humanos e população LGBTQIAPN+ na segunda-feira**. Folha1, 2025. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/politica/2025/11/1312415-camara-sediara-audiencia-publica-sobre-direitos-humanos-e-populacao-lgbtqiapn-na-segunda-feira.html>. Acesso em: 04 fev. 2026.

FOLHA1. **Política de Campos na luta por representatividade feminina**. Folha 1, 2024. Disponível em:

<https://www.folha1.com.br/blogs/cotidiano/2024/06/1299339-politica-de-campos-na-luta-por-representatividade-feminina.html>. Acesso em: 5 maio, 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. In: História da sexualidade I: a vontade de saber. 1988/1992.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade IV: As confissões da carne**. Lisboa: Relógio D'Água, 2019.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento: classe e status na sociedade contemporânea**. Tradução: Julio Assis Simões. Portal de Revistas USP, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 16 abr. 2026.

GAMA, Guilherme. **Justiça suspende norma do CFM que proibia terapia hormonal para trans**. CNN Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/justica-suspende-norma-do-cfm-que-proibia-terapia-hormonal-pessoas-trans/>. Acesso em: 19 de ago. 2025.

GARCIA, Carla Cristina; SILVA, Fabio Mariano da; SANCHEZ, Marcelo Hailer. **Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, n. 138, p. 321-341, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qqQVBMm8rxh4k3JRVnfxMPG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GODOY, Efe. **“Efe Godoy”**. 2026. Pintura. Autorização concedida por Efe Godoy para o trabalho “TRAJETÓRIAS TRANS E TRAVESTIS NA PLANÍCIE GOYTACÁ: Encruzilhadas no acesso em Campos dos Goytacazes” em 29 de março de 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

GOVERNO FEDERAL. **Denunciar violação de direitos humanos (Disque 100)**. Gov.Br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>. Acesso em: 27 mar. 2026.

GUALITO, Vic. **Transcestralidades indígenas como ferramenta de resistência contra o genocídio de identidades não-binárias na América Latina**. Revista Estudos Transviades, v.4, n. 9, 2023. Disponível em: <https://www.revistaestudostransviades.com/ed-09>. Acesso em: 27 set. 2025.

HARAWAY, Donna. **A reinvenção da natureza-símios, ciborgues e mulheres**. WMF, Martins Fontes, 2023.

HUBRASIL. **Transgesta - Caderneta de Pré-natal**. Governo Federal do Brasil, 2026.

Disponível em:

<https://www.gov.br/hubrasil/pt-br/atencao-a-saude/transgesta-caderneta-de-pre-natal>. Acesso em: 30 mar. 2026.

IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidade. **‘Pessoas que menstruam’: entidade repudia texto de Djamil Ribeiro e pede retratação**. Diadorim, 2022. Disponível em: <https://adiadorim.org/opiniaio/2022/12/pessoas-que-menstruam-entidade-repudia-texto-de-djamil-ribeiro-e-pede-retratacao/#:~:text=Muito%20nos%20admira%20voc%C3%AA%2C%20Djamil,somos%20atravessades/as/os>. Acesso em: 29 mar. 2026.

IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidade. **Relatório das mortes e violências contra as transmasculinidades em 2023**. Curitiba-PR, 2024. Disponível em:

<https://www.ibratnacional.com/portfolio-collections/pesquisas/a-dor-e-as-delicias-1-1-1-1>. Acesso em: 27 dez. 2024.

JAZIN, Bito. **Quem tem medo da cidadania trans?** 2025. Registro fotográfico realizado pela autora durante o evento “Isoporzinho TransNB”, Universidade Federal Fluminense, Campus Campos dos Goytacazes, 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo: teorias e práticas**. Digitaliza Conteúdo, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Xica Manicongo: A Transgeneridade toma a palavra**.

Revista Docência e Cibercultura UERJ, 2019. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817/29703>. Acesso em: 27 set. 2025.

JUP DO BAIRO; INDIANARAE SIQUEIRA. **INTRO**. Intérprete: Jup do Bairro e Indianarae Siqueira. In: Juízo Final. São Paulo: Meia-Noite FM, 2025. Faixa musical. Disponível em: <https://genius.com/Jup-do-bairro-intro-lyrics>. Acesso em: 11 mai. 2026.

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução**. 2ª versão. Blog

Transfeminismo, 2015. Disponível em:

<https://ulfa.org.br/wp-content/uploads/2022/09/O-que-e-%CC%81-Transfeminismo-por-Hailey-Kaas.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

LAMAS, João P. **Justiça suspende anulação de cotas para pessoas trans na Furg e garante a permanência de estudantes já matriculados**. G1, Globo, 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/10/29/justica-suspende-anulacao-de-cotas-para-pessoas-trans-na-furg.ghtml>. Acesso: 18 abr. 2026.

LAPLANTINE, François. **La description ethnographique**. Paris: Nathan Université, 2000.

LEISMUNICIPAIS. **Lei nº 9.258, de 16 de fevereiro de 2023**. Leis Municipais Campos dos Goytacazes, 2023. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/2023/926/9258/lei-ordinaria-n-9258-2023-proibe-o-uso-da-linguagem-neutra-ou-linguagem-nao-binaria-nas-public>

acoes-propagandas-publicitarias-e-midias-da-prefeitura-de-campos-dos-goytacazes. Acesso em: 5 maio, 2025.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Transitar para onde?: monstrosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras**. Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 559-568, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GZ4KZpZGPTjvPkMyKq4bffv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

LINN DA QUEBRADA. 2017. **Bomba pra caralho**. Em “Pajubá”. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-linn-da-quebrada/bomba-pra-caralho/>. Acesso em: 02 maio, 2025.

LINS, Fefa. **Broderagem**. 2021. in: Dia Nacional da Visibilidade Trans: 5 artistas plásticos para conhecer. Bravo! Revista Abril, 2025. Disponível em: <https://bravo.abril.com.br/arte/dia-nacional-da-visibilidade-trans-5-artistas-plasticos-para-conhecer/>. Acesso em: 17 abr. 2026.

LINS, Fefa. **Sêxtupla Mastectomia**. In: “Fefa Lins inaugura nova exposição, ‘Um Plano de Corte’, na Torre Malakoff”. Folha de Pernambuco, 2024. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/cultura/fe-fa-lins-um-plano-de-corte/376859/>. Acesso em: 31 out. 2025.

LIONÇO, Tatiana. **A Psicologia entre a patologização e a despatologização das identidades trans**. In: Psicologia, travestilidades e transexualidades: compromissos ético-políticos da despatologização / Ematuir Teles de Sousa, Marília dos Santos Amaral, Daniel Kerry dos Santos (organizadores). Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 44-57, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/48815292/Psicologia_travestilidades_e_transexualidades_compromissos_%C3%A9tico_pol%C3%ADticos_da_despatologiza%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 17 abr. 2026.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Autêntica Editora, 2023.

MAHIN, Luis. **Últimas palavras: escrever para provocar novas educações sobre as formas de viver**. In: PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas. *Corpos Transitórios: Narrativas transmasculinas*. São Paulo: Diálogos, 2022. p. 60.

MARINHO, Silvana. **Mulheres trans, violência de gênero e permanente caça às bruxas**. Argum. Vitória, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31355>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MARQUES, Lucas. **A resolução assassina do Conselho Federal de Medicina**. Esquerda Online, 2025. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2025/04/18/a-resolucao-assassina-do-conselho-federal-de-medicina/>. Acesso em: 01 de julho, 2025.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Editora Vozes Limitada, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras**. Editora Perspectiva S/A, 1995.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Editora Cobogó, 2021.

MASCUCETAS. **Nem na Sobrancelha**. 2023. In: “Quem tem medo dos meninos”. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mascucetas/nem-na-sobrancelha/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Duke University Press, 2020.

MELO, Luiza. **Sob o lema país sem transfobia, Marsha Trans reúne ativistas em sua terceira edição em Brasília**. Brasil de Fato, 2026. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/01/26/sob-o-lema-pais-sem-transfobia-marsha-trans-reune-ativistas-em-sua-terceira-edicao-em-brasilia/>. Acesso em: 27 março 2026.

MILANSKI, Bení; PFEIL, Bruno Latini; PUSTILNICK, Nicolas. **Seria eu um Homem?: investigações decoloniais sobre os percalços das transmasculinidades nos feminismos**. Revista Anômalas, v. 4, n. 1, p. 120-141, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74713>. Acesso em 27 set. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde publica orientações para garantir o uso do nome social e a segurança clínica de pessoas trans no SUS**. Ministério da Saúde, Governo Federal, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/janeiro/ministerio-da-saude-publica-orientacoes-para-garantir-o-uso-do-nome-social-e-a-seguranca-clinica-de-pessoas-trans-no-sus>. Acesso em: 17 abr. 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009: Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde**. Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html#:~:text=Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%A9de. Acesso em: 27 mar. 2026.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. **Retrocesso e violação de direitos fundamentais: PEC 48 é aprovada no Plenário do Senado Federal**. Governo Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/12/retrocesso-e-violacao-dedireitos-fundamentais-pec-48-e-aprovada-no-plenario-do-senado-federal#:~:text=Inclu%C3%ADda%20na%20ordem%20do%20dia,a%20favor%20e%2015%20contra>. Acesso em: 27 mar. 2026.

MOIRA, Amara. **O cis pelo trans**. Estudos Feministas, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521/33682>. Acesso em: 02 maio, 2025.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2023.

MONNERAT, Tanize do Couto Costa. **Abolicionismo em ação: o jornal Vinte e Cinco de Março em Campos dos Goytacazes**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12108?show=full>. Acesso em: 17 abr. 2026.

MOREIRA, M. C. N.; DIAS, F. D. S.; MELLO, A. G. D.; & YORK, S. W. (2022). **Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência**. *Ciência & saúde coletiva*, 27, 3949-3958. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pvR4YxRFZzcpNdPCZ6YCwLw/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

MURILLO, Susana. **Produção de pobreza e construção de subjetividade**. AD Cimdamore & AD Cattani, Produção de pobreza e desigualdade na América Latina, p. 39-78, 2007. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/13193/1/04mur2.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas**. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 35, p. 548-573, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/DGJb8snh5xr44yXVwvgRDSB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

NERY, João Walter. **Erro de pessoa: Joana ou João?**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

NERY, João Walter; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de A. **Transhomens no ciberespaço 2: biopolíticas nos tecno-homens**. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/35794222/Transhomens_no_ciberespa%C3%A7o_2_biopol%C3%ADticas_nos_tecno_homens. Acesso em: 29 mar. 2026.

NERY, João W.; MOIRA, Amara; ROCHA, Márcia; BRANT, Tarso. **Vidas trans: a coragem de existir**. Editora Alto Astral Ltda, 2022.

NEVES, Benjamin A. N.; PEÇANHA, Leonardo M. B. **Os desafios das transmasculinidades no ambiente educacional: violências e intersecções**. *REBEH*, v. 4, n. 13, p. 143-60, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12397>. Acesso em: 17 abr. 2026.

NFNOTÍCIAS. **Suspeito de envolvimento de assassinato de travesti é detido em Campos**. Redação, 2022. Disponível em: <https://www.nfnoticias.com.br/noticia-31951/suspeito-de-envolvimento-em-assassinato-de-travesti-e-detido-em-campos>. Acesso em: 19 de ago. 2025.

NICOLAU, André. **Justiça anula cotas para estudantes trans em universidade federal no RS**. CNN Brasil, 2025. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/justica-anula-cotas-para-estudantes-trans-em-universidade-federal-no-rs/>. Acesso em: 19 de ago. 2025.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**. Gestão social: uma questão em debate. - 2ª ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Ruan; CAVALLIN, Beatriz. **Escola não é segura para nove em cada dez estudantes LGBTQIAPN+**. Porvir, 2025. Disponível em: <https://porvir.org/escola-nao-segura-nove-em-cada-dez-estudantes-lgbtqiapn/>. Acesso em: 05 maio, 2025.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; DE JESUS, Jaqueline Gomes; MONTEIRO, Anne Alencar. **Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos**. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371964510_Transfeminismo_das_transmasculinidades_Dialogos_sobre_direitos_sexuais_e_reprodutivos_de_homens_trans_brasileiros. Acesso em: 29 mar. 2026.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista**. A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, p. 15-26, 2013. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rfv9p/pdf/costa-9788577982318-01.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

PERRA, Hija de. **Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma**. Revista Periódicus, 2014. Disponível em: <https://www.cidadequeer.lanchonete.org/wp-content/uploads/2016/06/12896-38990-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.

PFEIL, Bruno Latini. [et al.]. **Mapeamento educacional das transmasculinidades no Brasil**. Revista Transviades, 2023. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/mapeamento-educacional-1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

PFEIL, Bruno Latini; MOURA, Cauê Assis de; PFEIL, Cello Latini; HENTZY, Thárcilo; EVANGELISTA, Vita. **Por um transfeminismo transmasculino e não-binário**. Revista Estudos Transviades, 2024. Disponível em: https://revistaestudostransviades.wordpress.com/wp-content/uploads/2024/09/oah-2023_-1.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini; DE MOURA, Cauê Assis. **Pela nomeação da transmasculinofobia: uma análise transfeminista**. Revista Eletrônica Interações Sociais, v. 8, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/16926>. Acesso em: 17 abr. 2026.

PINTO, Walber. **Mercado de trabalho ainda é principal desafio para travestis e transexuais**. CUT - Central Única dos Trabalhadores, 2024. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/mercado-de-trabalho-ainda-e-principal-desafio-para-travestise-transexuais-0b9d>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PODER360. **Kataguiiri apresenta projeto para prender quem praticar prostituição na rua**. Poder Congresso, 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/kataguiiri-apresenta-projeto-para-prender-que-m-praticar-prostituicao-na-rua/>. Acesso em: 05 maio, 2025.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Editora Veneta, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro — 1ª ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUEIROZ, Danilo. **Brasil é denunciado na CIDH por práticas de ‘cura gay’ e financiamento de comunidades terapêuticas**. CartaCapital, 2026. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/brasil-e-denunciado-na-cidh-por-praticas-de-cura-gay-e-financiamento-de-comunidades-terapeuticas/>. Acesso em: 28 mar. 2026.

REGO, Yordanna Lara Pereira. **Reflexões sobre afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia**. Humanidades & Inovação, v. 6, n. 16, p. 167-181, 2019.

REIS, José Roberto Franco. **"De pequenino é que se torce o pepino": a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 7, p. 135-157, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Z76pr6qNqLGf3nFN54GQnKQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

REIS, Lazuli. **80 anos de Marsha P. Johnson: conheça o legado da ativista trans que mudou o movimento LGBTQIA+**. O globo, 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/noticia/2025/08/25/80-anos-de-marsha-p-johnson-conheca-o-legado-da-ativista-trans-que-mudou-o-movimento-lgbtqia.ghml>. Acesso em: 30 de out. 2025.

RIBAS, Raphaela. **Conheça as feministas que compraram briga contra a causa trans**. Gazeta do Povo, 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/conheca-as-feministas-que-compraram-briga-contra-a-causa-trans/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

RIBEIRO, Eduardo. **Entrevista: ‘A violência gera lucro ao converter vidas e corpos em mercadorias’**. The Intercept Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/03/07/entrevista-capitalismo-gore-violencia-em-conteudodesejavel/>. Acesso em: 02 maio, 2025.

RIBEIRO, José da S. **Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação**. Portal de Revistas da USP, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27220>. Acesso em: 06 abr. 2024.

RODRIGUEZ, Ale Mujica. **Aborto legal para quem?**. Catarinas, 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/aborto-legal-para-quem/>. Acesso em: 27 set. 2025.

RODRIGUEZ, Ale Mujica; MEDEIROS, Raiz Policarpo. **Justiça Reprodutiva para Todes: Saúde, gestação e parentalidades dissidentes**. Catarinas, 2016. Disponível em: <https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/07/Cartilha-Justica-Reprodutiva-para-Todes.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2026.

RODRIGUEZ, Ale Mujica (2021). **Rizomas: in(visibilidades) dentre dos espaços institucionais de cuidado à saúde**. In: M. Morgado (Org.) A primavera não-binária: o protagonismo trans não-binária no fazer científico (pp. 39-60). Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota).

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; GUIMARÃES, Thaís de Andrade Alves. **O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, 2024.

SANTANA, Venus. **“Trava Deusa, Deusa Trava”**, 2019. Behance. Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/220084555/TRAVA-DEUSA-DEUSA-TRAVA-2019/modules/1254958801>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. [et. al]. **Contribuições ao entendimento da diversidade humana em uma perspectiva de totalidade**. In: Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ Selo Serviço Social, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2023/05/SEXUALIDADES-SERVIC3%87O-SOCIAL-1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SAWAIA, Bader Burihan. **Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. Psicologia e Sociedade, PUC-SP, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2024.

SOUZA, Dediane. **"Dando o nome": Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do Jornal O Povo**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69714>. Acesso em: 27 set. 2025.

SOUZA, Joaquim Renato Alves de. **Aprendizados sobre Tecnologias Trans e Trabalho no Brasil e na Argentina**. Digilabour, 2025. Disponível em: https://digilabour.com.br/pt/aprendizados-sobre-tecnologias-trans-e-trabalho-no-brasil-e-na-argentina/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 05 fev. 2026.

SOUZA, Henrique. **RETOMADA**. Festival Transforma, 2023. Disponível em: <https://www.festivaltransforma.com.br/filmes-2024/retomada>. Acesso em: 10 julho, 2026.

SOUZA, Renata. **Lula sanciona lei que proíbe uso de linguagem neutra pelos governos.** CNN Brasil: São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-sanciona-lei-que-proibe-uso-de-linguagem-neutra-pelos-governos/>. Acesso em: 05 fev. 2026.

STF. **Associação questiona lei de Campos dos Goytacazes (RJ) que restringe abordagem de questões de gênero nas escolas.** Notícias STF, 2023. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/associacao-questiona-lei-de-campos-dos-goytacazes-rjq-ue-restringe-abordagem-de-questoes-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 5 maio, 2025.

STF. **Entidades questionam resolução do Conselho Federal de Medicina que restringe terapias de mudança de gênero.** Notícias STF, 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/entidades-questionam-resolucao-do-conselho-federal-d-e-medicina-que-restringe-terapias-de-mudanca-de-genero/>. Acesso em: 05 maio, 2025.

STRYKER, Susan. **Minhas palavras para Victor Frankenstein acima da aldeia de Chamonix: Performar a fúria transgênera.** Revista Eco-Pós, v. 24, n. 1, p. 42-64, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27775/15199. Acesso em: 27 set. 2025.

SUPPROJES. **Rio Sem LGBTIFobia.** UERJ, 2025. Disponível em: <https://www.supproj.es.uerj.br/rio-sem-lgbtifobia>. Acesso em: 19 de ago. 2025.

SZABÓ, Ilona. **A defesa do espaço cívico.** Editora Objetiva, 2020.

THIX, Tina. **A mulher mitológica.** Premio Pipa, 2024. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/thix/>. Acesso em: 31 out. 2025.

TODXS Brasil; UNAIDS Brasil. **Cartilha de Saúde LGBTI+ - Políticas, instituições e saúde em tempos de COVID-19.** 2021. Disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2021/04/2021_04_16_CartilhaSaudeLGBT.pdf. Acesso em: 27 mar. 2026;

TRANSÄLIEN. **Calling the aliens.** 2016. In: MUTHA, 2021. Disponível em: <https://mutha.com.br/2021/05/04/ana-giselle/>. Acesso em: 17 abr. 2026.

UOL. **Campos dos Goytacazes (RJ): veja votos de Lula e Bolsonaro no 2º turno.** Notícias UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/campos-dos-goytacazes-rj-veja-votos-de-lula-e-bolsonaro-na-cidade-no-2-turno.htm>. Acesso em: 05 maio, 2025.

VEIGA, Edison. **Quem foi o 1º e único presidente negro do Brasil.** BBC News Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c86qd512qqlo>. Acesso em: 05 mai. 2025.

VENTURA PROFANA. **Eu não vou morrer.** 2020. In: “Traquejos Pentecostais para Matar o Senhor”. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ventura-profana/eu-nao-vou-morrer/>. Acesso em: 17 abr. 2026.

VERGUEIRO, Viviane. **É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo e (ab?) uso de substâncias.** In: JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). Transfeminismos: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metonímia, 2014. p. 19-41.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise ográfica da cisgeneridade como normatividade.** Repositório UFBA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 22 mai. 2024.

VIEIRA, Francisco Cleiton. **Estudos trans e políticas globais em perspectiva feminista: uma entrevista com Susan Stryker.** Revista Estudos Feministas, v. 31, n. 3, p. e90958, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x2023000300301. Acesso em: 28 mar. 2026.

VILLADA, Camila Sosa. **As Malditas.** Tradução: Joca Reiners Terron. — 1. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

VITTORAZZI, Davi. **STF derruba leis municipais que vetam termos de gênero em escolas.** CNN Brasil - Política, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-derruba-leis-municipais-que-vetam-termos-de-genero-em-escolas/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

VULCANICA POKAROPA. **“Vitória”**, 2022. Prêmio Pipa, 2024. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/vulcanica-pokaropa/>. Acesso em: 17 abr. 2026.

YBY, Okara. **Transcestralidade indígena.** In: Revista Estudos Transviades, v. 4, n. 9, 2023. Disponível em: <https://www.revistaestudostransviades.com/ed-09>. Acesso em: 27 set. 2025.

YORK, Sara Wagner. **Invisíveis.** In: JESUS, Dánie Marcelo de; CARBONIERI, Divanize; NIGRO, Claudia Maria Ceneviva (Org.). Estudos sobre gênero: Identidades, discurso e educação. Homenagem a João W. Nery. 1. ed. Campinas: Pontes, 2017. p. 107-118.

YORK, Sara Wagner. **Movimentos trans convocam ato nacional contra resolução transfóbica do CFM.** Brasil 247, 2025. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/movimentos-trans-convocam-ato-nacional-contr-resolucao-transfobica-do-cfm>. Acesso em: 05 maio, 2025.

YORK, Sara Wagner; DE OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. **Manifestações textuais (insubmissas) travesti.** Revista Estudos Feministas, v. 28, p. e75614, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKThX8JTwGjJbd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2026.

ZICQUA, Madelyyna. **Luta Trans e Anarquismo Queer: rompendo os dogmas (Trans)Feministas para a liberação total.** Acervo digital trans-anarquista, 2024. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/acervo-digital-trans-anarquista-revista-trans-libertarian-1-2024?v=1750371403#toc3>. Acesso em: 27 set. 2025.

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista individual.

Este roteiro orienta a entrevista individual semiestruturada com pessoas trans e travestis participantes da pesquisa “TRAJETÓRIAS TRANS E TRAVESTIS NA PLANÍCIE GOYTACÁ: Encruzilhadas no acesso em Campos dos Goytacazes”. As perguntas são flexíveis e podem ser adaptadas conforme o diálogo.

I. Acolhida e apresentação:

- Agradecer a presença da pessoa participante;
- Reforçar que a participação é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento;
- Explicar os objetivos da pesquisa e reforçar o sigilo e anonimato;
- Confirmar assinatura do TCLE e autorização para gravação, se houver.

II. Trajetória pessoal e de construção de identidade trans:

- Você poderia contar um pouco sobre sua trajetória pessoal de construção de identidade trans e como se identifica?
- Quais experiências marcaram sua caminhada como pessoa trans/travesti em Campos?

III. Acesso às políticas sociais:

- Como tem sido sua experiência no acesso a serviços de saúde, assistência social, educação e trabalho?
- Já enfrentou dificuldades ou barreiras no acesso, caso sim, quais?

IV. Vivências de deslocamento e resistência:

- Quais estratégias de resistência ou enfrentamento às violências você construiu no seu dia a dia?
- Como você percebe a importância da comunidade, dos afetos e redes de apoio na sua vida?

V. Violência transfóbica:

- Você já vivenciou situações de violência ou discriminação em serviços públicos ou nos seus espaços sociais?
- Como lida com essas situações?

VI. Movimentos sociais e coletividade:

- Já participou de alguma atividade ou tem alguma relação com os movimentos sociais ou coletivos trans e travestis?
- Você acredita que esses espaços fortalecem a luta por direitos?

VII. Encerramento:

- Gostaria de acrescentar algo que não perguntamos e que considera importante?
- Agradecimento pela participação e reforço da importância da fala compartilhada para pesquisa.

APÊNDICE 2 – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Informações aos participantes

1) Título do protocolo do estudo:

“TRAJETÓRIAS TRANS E TRAVESTIS NA PLANÍCIE GOYTACÁ: Encruzilhadas no acesso em Campos dos Goytacazes.”

2) Convite:

Você está sendo convidada/e/o a participar desta pesquisa. Antes de decidir, é importante que entenda como ela será realizada e quais são seus direitos. Leia este documento com calma e se sinta à vontade para tirar suas dúvidas sempre que precisar. Sua participação aqui é voluntária, sem nenhuma discriminação e será de extrema importância para expandir o conhecimento na academia acerca de experiências trans e travestis.

3) O que é o projeto?

Este projeto busca compreender as trajetórias de vida de pessoas trans e travestis em Campos dos Goytacazes (RJ), especialmente no acesso às políticas sociais e de proteção social, a exemplo da assistência social, saúde, trabalho e educação.

4) Qual é o objetivo do estudo?

O estudo pretende analisar as experiências trans e travestis, desafios e estratégias de resistência dessa população no acesso, dando visibilidade às suas demandas, contribuindo para a construção de políticas públicas mais inclusivas e ampliação do debate deste tema.

5) Por que eu fui escolhido(a)?

Você foi convidada/e/o porque faz parte do público-alvo da pesquisa: pessoas trans e travestis maiores de 18 anos, que residem em Campos dos Goytacazes (RJ) e/ou frequentam espaços de acolhimento, coletividade e serviços sociais voltados à população LGBTI+, como o Centro de Cidadania LGBTI+ Norte Fluminense.

A escolha desse grupo se deve ao objetivo do estudo, que busca compreender as experiências de acesso (ou resistências) às políticas sociais na cidade e periferia.

6) Eu tenho que participar?

A sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Nenhuma forma de obrigatoriedade será cobrada. Você terá a liberdade de decidir se deseja ou não participar e poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar o motivo, sem qualquer prejuízo ao seu acesso a serviços ou relações institucionais. Decidindo participar do projeto “TRAJETÓRIAS TRANS E TRAVESTIS NA PLANÍCIE GOYTACÁ: Encruzilhadas no acesso em Campos dos Goytacazes” você precisará assinar este Registro e receber uma via assinada pelo pesquisador, para guardar o seu documento.

7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Caso aceite participar, você poderá:

I - Participar de uma entrevista individual (duração aproximada de 60 minutos), a ser realizada mediante disponibilidade das pessoas envolvidas e da instituição coparticipante, no Centro de Cidadania LGBTI+ Norte Fluminense (Travessa Santo Elias, 252-292, Parque Jardim Carioca) com segurança e privacidade;

II - Participar no mesmo local de um grupo de conversa (grupo focal) com até 5 pessoas, em encontro único (duração aproximada de 90 minutos), se assim desejar;

III - Ter sua fala gravada em áudio apenas mediante sua autorização, sendo garantido que a gravação (em áudio) será usada exclusivamente para análise da pesquisa e destruída ao final do estudo;

IV - Revisar, se desejar, sua transcrição antes da análise final do projeto;

V - Respeitar a confidencialidade e não compartilhar nenhuma fala de participantes, caso deseje e consiga participar do grupo focal.

8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Para essa pesquisa não há e nem haverá nenhuma exigência além da disponibilidade do seu tempo e da sua vontade em compartilhar experiências. Você pode interromper a participação na pesquisa a qualquer momento sem prejuízo.

9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Caso o participante tenha algum tipo de despesa com transporte (táxi, ônibus) para o local da entrevista, tal despesa será ressarcida no dia da pesquisa, ou o participante também poderá optar pelo ressarcimento previamente mediante suas necessidades. As despesas com alimentação serão supridas no local conversando com o participante previamente para entender suas restrições alimentares (se houverem), garantindo uma mesa com café, lanches,

frutas, etc. A alimentação ficará disponível e poderá ser solicitada durante todo o tempo que o participante precisará para a realização da entrevista.

10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Além do desconforto emocional, não há riscos físicos, econômicos ou legais da participação na pesquisa, o sigilo será preservado mesmo em caso de desistência. Caso o participante precise, poderá solicitar os serviços técnicos do Centro de Cidadania LGBTI+ Norte Fluminense: psicologia social, orientações jurídicas e de assistência social, mediante seus devidos alcances, sendo necessário encaminhar o participante para outra instituição pública do município de saúde.

11) Quais são os possíveis benefícios de participar?

Além do impacto social comentado anteriormente, os resultados serão compartilhados de forma acessível promovendo rodas de conversas sobre o projeto com a população trans e travestis no Centro de Cidadania LGBTI+.

12) O que acontece quando o estudo termina?

Os resultados serão entregues impresso ou digitalmente às instituições parceiras, e caso o participante queira uma versão digital poderá ser solicitada.

13) E se algo der errado?

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e só acontecerá com seu consentimento. Ainda assim, se durante a entrevista ou grupo de conversa você se sentir desconfortável, poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem precisar dar explicações e sem sofrer nenhum tipo de prejuízo no acesso a serviços ou em sua relação com a pesquisadora.

Se, durante a participação, você se sentir emocionalmente abalada/e/o ou caso algum relato desperte lembranças dolorosas, será oferecido apoio imediato. Você poderá interromper a atividade, pedir para que a gravação seja suspensa ou mesmo solicitar a exclusão de sua fala do material coletado.

Você também será informada/e/o sobre a possibilidade de encaminhamento como informado anteriormente por meio dos serviços já disponíveis no Centro de Cidadania LGBTI+ Norte Fluminense, caso seja necessário, encaminhado para outro setor.

14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Em nenhuma hipótese sua identidade será revelada, e todo o material coletado será tratado de forma confidencial.

15) Contato para informações adicionais

Se você tiver dúvidas sobre esta pesquisa, pode entrar em contato com:

- I. Pesquisadora responsável: Nike Ártemis Eccard Manhães
Programa de Pós-Graduação em Política Social - Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: n_eccard@id.uff.br
- II. Orientadora: Profa. Dra. Nivia Valença Barros - Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: barros.nivia@gmail.com
- III. Instituição proponente: Universidade Federal Fluminense - UFF
Endereço: Rua Miguel de Frias, Nº: 9. Bairro Icaraí. Niterói-RJ. CEP: 24220-008.
Telefone: (21) 2629-5215.
- IV. Instituição coparticipante: Centro de Cidadania LGBTI+ Norte Fluminense
E-mail: cclgbtinorte.dhrj@gmail.com
Endereço: Núcleo de Assistência ao Cidadão (NAC) localizado na Travessa Santo Elias Nº: 252-292. Bairro Parque Jardim Carioca. Campos dos Goytacazes (RJ). CEP: 28080-470.

Se você tiver dúvidas sobre os seus direitos como participante ou quiser apresentar reclamações, entre em contato diretamente com:

- V. Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras, Artes e Linguística (CEP-Humanas/UFF)
E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br
Telefone: (21) 2629-5119
Endereço: Rua passo da pátria, Nº 156. Bairro São Domingos. Niterói-RJ.
Campus da Praia Vermelha da UFF - Instituto de Física (torre nova - 3º andar)

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

Este documento respeita as resoluções nº 510 e nº 466 do Conselho Nacional de Saúde e demais normativas complementares. O candidato também poderá solicitar o acesso de forma digital à “Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa” realizada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

16) Remunerações financeiras:

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o à pesquisadora. Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 - Confirmo que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas;

2 - Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados;

3 - Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante:

Assinatura do participante:

Data: ____/____/____